

FORTALEZA/CE

RELATÓRIO DE GESTÃO DNOCS



DEPARTAMENTO
NACIONAL DE OBRAS
CONTRA AS SECAS

20
25



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional

Ministro de Estado

Antônio Waldez Góes da Silva

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Diretoria Geral

Fernando Marcondes de Araújo Leão

Diretoria de Infraestrutura Hídrica

Luiz Hernani de Carvalho Júnior

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção

Sebastião Ednir Menezes - Substituto

Diretoria Administrativa

Narcélio Moreira Albuquerque

Procuradoria Federal - PF/DNOCS

Felipe Ferreira de Carvalho

Auditoria Interna - AUDI

Luana Evangelista Cavalcante de Sousa

Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - CPGE

Nilo Alberto Lopes Barsi

Coordenadoria Estadual em Alagoas - CEST/AL

Juliano Ribeiro Balbino

Coordenadoria Estadual na Bahia - CEST/BA

Rafael Guimarães de Carvalho

Coordenadoria Estadual no Ceará - CEST/CE

Raimundo Joacir Moreira de Sousa - Substituto

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais - CEST/MG

Germanielle Géssica Pereira de Oliveira

Coordenadoria Estadual na Paraíba - CEST/PB

Alberto Gomes Batista

Coordenadoria Estadual em Pernambuco - CEST/PE

Marcantonio Dourado

Coordenadoria Estadual no PiauÍ - CEST/PI

Francisco de Assis Leal Rocha

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte - CEST/RN

Larissa Alves Dantas de Araújo - Substituta

Coordenadoria Estadual em Sergipe - CEST/SE

Marcos Vander Costa da Cunha

Sumário

04

Mensagem
do Dirigente



08

Visão Geral,
Organizacional
e Ambiente
Externo



28

Governança,
Estratégia e
Desempenho



96

Riscos,
oportunidades
e perspectivas



106

Informações
Orçamentárias,
Financeiras e
Contábeis



113

Lista de siglas,
abreviaturas e
expediente

MENSAGEM DO DIRIGENTE

DNOCS EM AÇÃO



DNOCS



Inspeção e
recuperação
de barragens



Pavimentação



Perfuração
e instalação
de poços



Entrega de
equipamentos



Fomento da
Aquicultura



Regularização
fundiária



Palavra do Diretor-Geral

Com a convicção de que atuamos com responsabilidade, zelo com o recurso público e profundo compromisso institucional, apresentamos as ações desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) ao longo do exercício de 2025. Mesmo diante de desafios significativos, seguimos firmes na missão de promover soluções estruturantes voltadas à convivência sustentável com o fenômeno da seca. Os resultados alcançados refletem o empenho da Autarquia em fortalecer o desenvolvimento regional e ampliar a segurança hídrica do semiárido brasileiro.

Ao longo de mais de um século de história, o DNOCS consolidou-se como uma das mais relevantes instituições públicas dedicadas ao desenvolvimento do semiárido. Em 2025, enfrentamos severas restrições orçamentárias e reduções no quadro funcional, circunstâncias que impuseram desafios adicionais à gestão, à fiscalização de obras e à execução das políticas públicas. Ainda assim, a Autarquia manteve-se fiel à sua missão, assegurando entregas concretas e impactos sociais positivos e expressivos.

FERNANDO LEÃO
DIRETOR-GERAL

No eixo estruturante da infraestrutura hídrica, continuamos realizando obras estratégicas para o abastecimento humano e para a segurança hídrica da região. Destacam-se a construção da Barragem de Oiticica, em Jucurutu/RN, com capacidade de 598,57 milhões de m³ e 100% de execução; a implantação da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú, beneficiando 40 localidades em Pernambuco e na Paraíba, com 596 km de extensão e avanço superior a 81%; e a Barragem Fronteiras, em Crateús/CE, com 65,89% de execução e capacidade de 488,18 milhões de m³.

Essas obras beneficiarão mais de 800 mil pessoas, ampliando a oferta de água para o consumo humano e para atividades produtivas e reafirmando o papel do DNOCS como protagonista na promoção da segurança hídrica do Nordeste.

Paralelamente, intensificamos as ações de recuperação e manutenção de barragens sob responsabilidade da Autarquia. Em 2025, concluímos intervenções em oito importantes reservatórios nos estados do Ceará, Bahia e Alagoas, garantindo maior integridade estrutural e segurança às populações do entorno. Também avançamos, em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, na modernização de barragens estratégicas, inclusive com recursos do Novo PAC, com destaque para a conclusão das obras nas barragens Quixabinha e Prazeres, no Ceará.

A perfuração e instalação de poços continuou sendo uma ação essencial para o atendimento emergencial e estruturante das comunidades difusas do semiárido. Foram instalados 563 poços, beneficiando cerca de 34.496 pessoas em diversos estados da nossa área de atuação, reforçando o compromisso do DNOCS com a ampliação do acesso à água.

Além disso, a Autarquia distribuiu 287 equipamentos destinados ao apoio produtivo de pequenos agricultores, promovendo melhores condições de trabalho, incremento da produção e geração de renda. No campo da infraestrutura viária, executamos 4.684.345,35 m² de pavimentação em diferentes modalidades e promovemos a recuperação de estradas vicinais, beneficiando aproximadamente 1.326.840 pessoas, facilitando o escoamento da produção agrícola e a integração das comunidades.

No campo da irrigação, o DNOCS manteve sob sua jurisdição 37 Projetos Públicos de Irrigação distribuídos na maioria dos estados do Nordeste. Buscando maior eficiência e eficácia na gestão desses perímetros irrigados, avançamos na implementação da Gestão Compartilhada com os Distritos de Irrigação, por meio de contratos de cogestão administrativa celebrados com os projetos Araras Norte, Baixo Acaraú, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas, no Ceará; Brumado, na Bahia; e Tabuleiros Litorâneos do Piauí.

Os resultados alcançados são expressivos: renda bruta superior a R\$ 908 milhões, geração de 21.204 empregos diretos e 42.408 indiretos, beneficiando uma população estimada em 127.224 pessoas. Esses números evidenciam que os perímetros irrigados sob gestão do DNOCS seguem se destacando em produtividade e competitividade, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento do agronegócio regional e para a inclusão produtiva de milhares de famílias.

No âmbito da aquicultura, foram distribuídos 8.442.600 alevinos, impulsionando a produção aquícola em diversos açudes públicos. Destaca-se, ainda, a atuação do Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolfo von Ihering, em Pentecoste/CE, que promoveu a capacitação de 594 pessoas, fortalecendo o setor e ampliando oportunidades de geração de renda.

Todos esses resultados foram alcançados em um cenário de limitações orçamentárias significativas e de quadro técnico reduzido, o que exigiu dedicação redobrada, criatividade administrativa e elevado espírito público de nossos servidores. É importante registrar, de forma institucional e responsável, que o acesso a um orçamento mais robusto permitiria ao DNOCS ampliar a capacidade de planejamento e execução de suas ações, potencializando resultados e entregas ainda mais expressivas à sociedade.



Ainda assim, o esforço, a competência e o comprometimento do nosso corpo técnico foram decisivos para manter o ritmo das atividades e assegurar a qualidade das obras e serviços prestados.

Nesse contexto, o DNOCS também tem fortalecido sua atuação sob a perspectiva da sustentabilidade, compreendida de forma integrada às dimensões ambiental, social e institucional da gestão pública. No campo ambiental, a Autarquia tem adotado práticas voltadas à redução de impactos e ao uso responsável de recursos, com destaque para a implementação de ações de coleta seletiva, campanhas de conscientização ambiental e iniciativas de racionalização do consumo de papel e de copos descartáveis.

Essas medidas se somam aos impactos

sociais das políticas executadas pelo Departamento, especialmente por meio das obras de infraestrutura hídrica, dos projetos de irrigação e das ações de apoio à produção rural, que contribuem para ampliar o acesso à água, gerar emprego e renda e promover melhores condições de vida para as populações do semiárido.

No plano institucional, seguimos empenhados no aprimoramento da governança e na busca contínua por maior eficiência administrativa, fortalecendo a capacidade de atuação da Autarquia mesmo diante de um quadro funcional reduzido.

No âmbito da sustentabilidade financeira, a gestão da Autarquia orienta-se pelos princípios da responsabilidade fiscal, da transparência e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Sob a ótica da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a sustentabilidade está relacionada à capacidade institucional de manter o equilíbrio financeiro e patrimonial no longo prazo, por meio de uma gestão prudente de ativos e passivos. Em 2025, esse compromisso refletiu-se na eficiência operacional, evidenciada pela redução de 6,1% nos gastos com pessoal e encargos e de 26,2% nas despesas com transferências e delegações concedidas.

Reafirmo, portanto, o orgulho de integrar uma instituição histórica, resiliente e estratégica para o desenvolvimento regional. O DNOCS permanece como instrumento essencial do Estado brasileiro na construção de soluções estruturantes para o semiárido, promovendo inclusão produtiva, segurança hídrica e dignidade para milhões de nordestinos.

Seguiremos firmes, superando desafios e honrando nossa missão institucional, certos de que cada obra concluída, cada perímetro irrigado fortalecido e cada família beneficiada representam passos concretos na construção de um Nordeste mais próspero, resiliente e sustentável.

Palavra do Diretor-Geral

FERNANDO LEÃO
DIRETOR-GERAL

VISÃO GERAL, ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

+ÁGUA PARA O SERTANEJO



Identificação da unidade prestadora de contas

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), com atuação voltada ao desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro.

A Autarquia executa obras e ações estruturantes nas áreas de recursos hídricos e desenvolvimento regional, incluindo a construção e modernização de açudes, implantação de projetos de irrigação, fomento à piscicultura, perfuração de poços, implantação de adutoras, estradas vicinais e infraestrutura elétrica rural.

Além da ampliação da infraestrutura hídrica, o DNOCS atua na recuperação, operação, manutenção e monitoramento de suas obras, com foco na segurança estrutural e na melhoria do desempenho dos empreendimentos existentes.



Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional		Código SIORG: 042670	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas			
Denominação abreviada: DNOCS			
Código SIORG: 367	Código LOA: 53204	Código SIAFI: 22204	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 7511-6	
Telefones:	(085) 3391.5100	(085) 3391.5200	(085) 3281.1037
E-mail: fernando.leao@dnocs.gov.br			
Página na Internet: http://www.dnocs.gov.br			
Endereço Postal : Av. Duque de Caxias, 1700 – Centro, CEP 60035-111, Fortaleza/Ceará.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criado pelo Decreto Nº 7.619/1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS; Procedida a primeira alteração em seu nome por meio do Decreto Nº 13.687, de 09 de julho de 1919, para “Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS”; Transformação do Departamento de Obras Contra as Secas – DNOCS em autarquia em decorrência da Lei Nº 4.229, de 01 de junho de 1963; e Lei Nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, altera a Lei Nº 4.229/1963, estabelecendo suas competências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A estrutura organizacional do Departamento foi definida pelo Decreto nº 4.650 de 27 de março de 2003 – que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, e dá outras providências. Em janeiro de 2007, foi publicado no DOU, de 12 de janeiro de 2007, Regimento Interno do DNOCS, através da Portaria nº 48, de 11 de janeiro de 2007. Com o advento dos Decretos Nº 8.684, de 25 de fevereiro de 2016, e Nº 8.895, de 03 de novembro de 2016, houve uma reformulação na Estrutura Regimental do DNOCS, e a edição de Novo Regimento Interno da Autarquia, aprovado por meio da Portaria Nº 43, de 31 de janeiro de 2017, com publicação no Diário Oficial da União, às folhas 73 a 80, Seção 1, do dia 01º de fevereiro de 2017.			

VISÃO GERAL DA UNIDADE

O DNOCS foi criado em 21 de outubro de 1909, pelo Decreto nº 7.619, sob a denominação de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS). Em 1945 passou a adotar a denominação atual (Decreto-Lei nº 8.846/1945) e, posteriormente, foi transformado em autarquia federal pela Lei nº 4.229/1963, com alterações promovidas pela Lei nº 10.204/2001.

Trata-se da mais antiga instituição regional do Governo Federal, com atuação concentrada no semiárido nordestino e em áreas específicas das bacias dos rios Parnaíba e Jequitinhonha.

A estrutura organizacional compreende:

- 01 Administração Central (sede da Direção-Geral e Diretorias);
- 09 Coordenadorias Estaduais (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além das áreas das bacias dos rios Parnaíba e Jequitinhonha nos Estados do Maranhão e Minas Gerais);
- 12 Estações de Piscicultura em operação;
- 01 Centro de Pesquisas;
- 22 Unidades de Campo organizadas por bacias hidrográficas;
- 01 Escritório de Representação em Brasília.

A Diretoria Colegiada, órgão de deliberação superior, é composta pelo Diretor-Geral (que a preside) e pelos Diretores de Infraestrutura Hídrica, Desenvolvimento Tecnológico e Produção e Administração, competindo-lhe conduzir a Autarquia e deliberar sobre matérias estratégicas e de alta complexidade.

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
113801	DNOCS - CEST/PE - Recife/PE
113802	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS / UO
193001	DNOCS - CEST/PI - Teresina/PI
193002	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS
193003	DNOCS - CEST/CE - Fortaleza/CE
193004	DNOCS - CEST/RN - Natal/RN
193005	DNOCS - CEST/PB - João Pessoa/PB
193006	DNOCS DIBRA/R - Campina Grande/PB
193007	DNOCS – CEST/AL- Palmeira dos Índios/AL
193008	DNOCS - CEST/SE - Aracaju/SE
193009	DNOCS - CEST/BA - Salvador/BA
193010	DNOCS - CEST/MG - Montes Claros/MG
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
11203	DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Nos termos da Lei nº 4.229/1963 e do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022, compete ao DNOCS:

- Contribuir para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e para a elaboração do Plano Regional de Recursos Hídricos;
- Elaborar projetos e executar obras de captação, acumulação, condução, distribuição, proteção e utilização de recursos hídricos;
- Implementar e operar ações voltadas ao aproveitamento sustentável dos recursos hídricos;
- Desenvolver e apoiar projetos de irrigação;
- Promover ações de regeneração de ecossistemas hídricos e áreas degradadas;
- Apoiar a organização e capacitação administrativa das comunidades usuárias dos projetos de irrigação.

A atuação institucional, que visa garantir a oferta hídrica para abastecimento urbano e industrial, dessedentação animal e aproveitamento agrícola e aquícola, está estruturada em dois eixos fundamentais:

1. Ampliação da infraestrutura hídrica, mediante construção de novas obras de acumulação e adução, integração de bacias hidrográficas e perfuração de poços tubulares profundos;
2. Melhoria da infraestrutura existente, por meio de manutenção, operação e monitoramento das obras;



NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO	
Decreto 7.619 de 21/10/1909	Criado sob o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS)
Decreto 9.256, de 28/12/1911	Reorganiza os serviços a cargo da IOCS
Decreto 11.474, de 03/02/1915	Aprova o regulamento para a IOCS
Decreto 12.330, de 27/12/1916	Dá novo regulamento para a IOCS
Decreto 13.687, de 19/07/1919	Recebeu o nome de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e aprova o regulamento
Decreto 19.726, de 20/02/1931	Aprova o novo regulamento da IFOCS
Decreto 21.641, de 18/07/1932	Substitui artigos do regulamento aprovado
Decreto 21469, de 06/07/1932	Modifica, provisoriamente, o Regulamento da IFOCS
Decreto-Lei 8.846, de 28/12/1945	Dispõe sobre a reorganização da IFOCS que passa a denominar-se (DNOCS), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Decreto 20.284, 28/12/1945	Aprova o Regulamento do DNOCS
Decreto-lei 9.857, de 13/09/1946	Modifica o Decreto-lei 8486, de 28/12/1945
Lei 1.348, de 10/02/1951	Revisão dos limites do Polígono das Secas
Decreto 40.444, de 30/11/1956	Aprova o Regulamento expedido, em virtude da Lei 2814/1956, que dispõe sobre a concessão de auxílio aos Municípios do Polígono das Secas
Decreto 50.446, de 11/04/1961	Altera Regimento DNOCS
Lei 4.229, de 01/06/1963	Transforma o DNOCS em Autarquia
Decreto 52.637, de 08/10/1963	Aprova Regimento DNOCS
Lei 4.763, de 30/08/1965	Altera a área de atuação do DNOCS no Polígono das Secas
Decreto 57.427, de 14/12/1965	Aprova Regimento DNOCS
Decreto 61.237, de 24/08/1967	Regulamenta o Decreto-lei 138, de 02/02/1967 que autoriza o DNOCS a executar obras de engenharia rural
Lei 5.508, de 11/10/1968	Aprova a 4a etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste para os anos de 1969 a 1973
Decreto 73.159, de 14/11/1973	Dispõe sobre a Estrutura Básica DNOCS
Lei 6.084, de 10/07/1974	Acrescenta parágrafo ao art. 22 da Lei 4229/63
Portaria/MINTER 1.110, de 08/04/1975	Aprova Regimento Interno DNOCS, baseado no art. 6º do Decreto 68.885/1971 e o art. 38 do Decreto 75.444/1975
Decreto 84.410, de 22/10/1980	Dispõe sobre a Estrutura Básica DNOCS
Decreto 3.970, de 16/10/2001	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Decreto 4.650, de 27/03/2003	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Portaria Nº 48 de 11/01/2007. Public. DOU Nº 9 de 12/01/2007	Regimento Interno
Decreto Nº 8.895, 03/11/2016. Public. DOU Nº 212, de 04/11/2016	Altera o Decreto nº 4.650, de 27 de março de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas
Portaria 43, de 31/01/2017. Public. DOU Nº 23, de 01/02/2017	Aprova o Regimento Interno do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)
Decreto 11.198 de 15/09/2022. Public. DOU Nº 177, de16/09/2022	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança

Missão, Visão, Valores e Valor Público

Missão

Promover a adequada convivência com a seca, por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico nas áreas suscetíveis à escassez hídrica.

Valores

Transparência, integridade, equidade, participação social, cooperação, compromisso com resultados, inovação e responsabilidade socioambiental.



Visão

Ser referência nacional na construção de infraestrutura hídrica e no seu aproveitamento, garantindo o desenvolvimento das áreas suscetíveis à escassez hídrica e a democratização do acesso à água.

Valor Público

Criação de condições para o desenvolvimento regional, contribuindo com a segurança hídrica, a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e econômica no semiárido brasileiro.

MAPA ESTRATÉGICO DNOCS 2025-2028

MISSÃO: Promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, fomentando o desenvolvimento socioeconômico nas áreas suscetíveis à escassez hídrica.

VISÃO: Ser referência nacional na construção de infraestrutura hídrica e no seu aproveitamento, garantindo o desenvolvimento das áreas suscetíveis à escassez hídrica e a democratização do acesso à água.

VALORES:
Transparência | Integridade | Equidade | Participação social | Cooperação | Compromisso com resultados | Inovação | Responsabilidade Socioambiental

RESULTADOS INSTITUCIONAIS

Efetuar monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos

Construir novas Infraestruturas estratégicas destinadas à ampliação da oferta de água

Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido

Realizar aproveitamento hidroagrícola e aquícola

Transferir conhecimento e tecnologia na área de produção

PROCESSOS INTERNOS

Executar planos e projetos de irrigação

Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica

Promover o desenvolvimento da pesca, aquicultura e atividades afins

Efetuar a segurança de barragens

Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios

Implantar sistemas simplificados de abastecimento

Otimizar os processos de trabalho

Fortalecer a governança institucional

Otimizar a gestão orçamentária, financeira e de transferência

Promover a cultura da gestão de riscos

Promover a transformação digital dos serviços e dados

INFRAESTRUTURA E APRENDIZAGEM

Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho

Assegurar infraestrutura tecnológica e suporte logístico

Aprimorar a disponibilidade, a qualidade, a integração e a segurança de informações e dados

Estrutura Organizacional

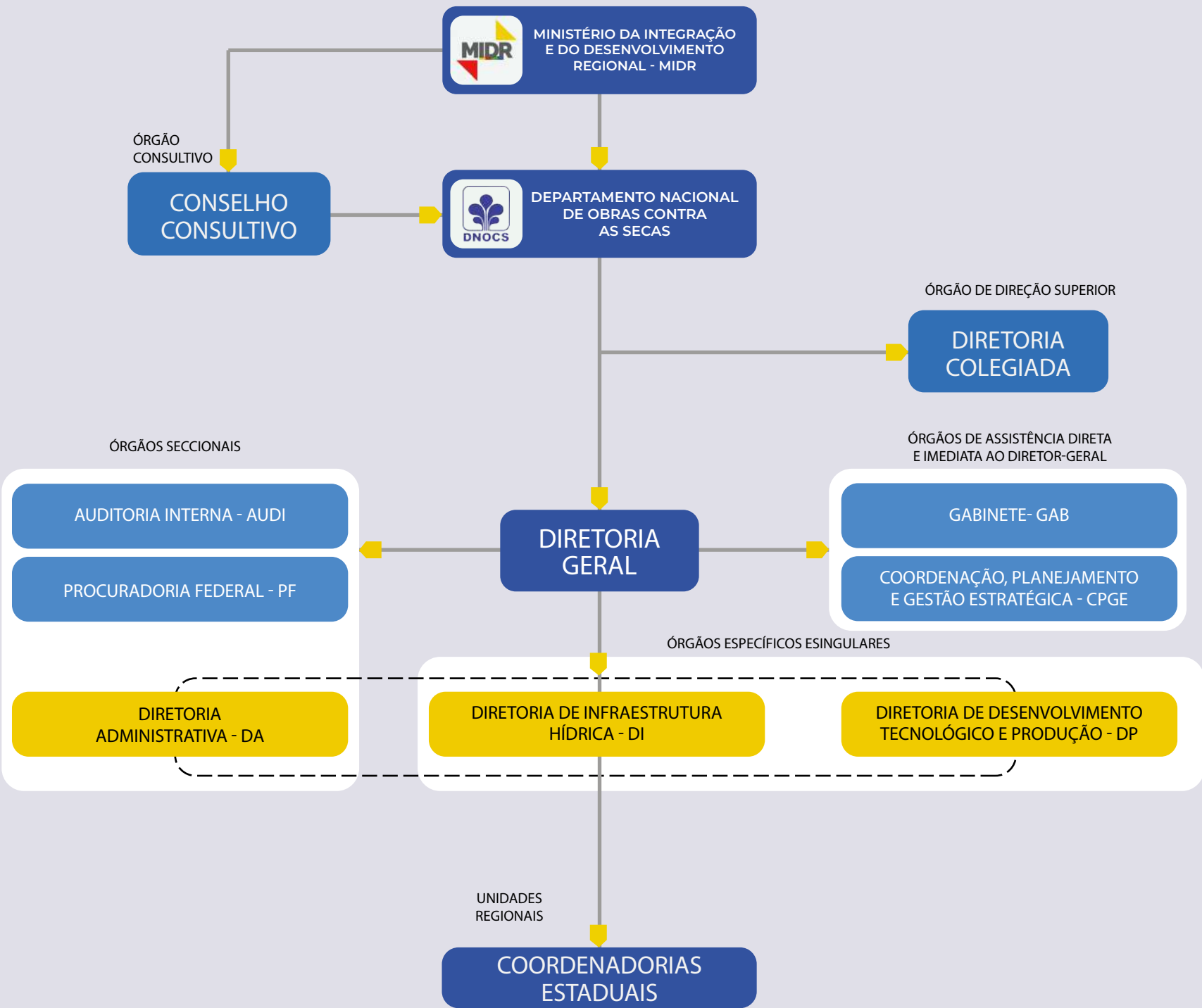
O DNOCS é regido pelas Leis nº 4.229/1963 e nº 10.204/2001, regulamentadas pelo Decreto nº 11.198/2022 e, em consequência, sua estrutura organizacional reflete o teor do citado Decreto, com as atualizações introduzidas pelo Decreto nº 12.552/2025, depois de que continua se mantendo em estrita conformidade com as diretrizes históricas que representam a Autarquia.

No ano de 2025, seguindo as normas gerais do quadro de preenchimento de cargos e funções estabelecidos pelo Decreto nº 9.739/2019, o órgão modernizou sua estrutura organizacional para garantir maior transparência e eficiência técnica, em atenção às recomendações de órgãos de controle interno do executivo, para permitir que a autarquia otimize seus processos de gestão da área meio. Dessa forma, o aprimoramento institucional contribui para que o DNOCS possua a capacidade operacional necessária para executar as políticas do Governo Federal, focadas no desenvolvimento regional sustentável e na eficácia das ações de convivência com o semiárido e combate aos efeitos das secas.

O Decreto nº 12.552/2025, publicado em julho de 2025, atualizou o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do DNOCS, remanejando os Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE), possibilitando a transformação do Serviço de Correição em Corregedoria, conforme estrutura vigente no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal – SIORG.

O DNOCS apresentou interesse em aderir ao Programa de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) em parceria Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), com o intento de fomentar a recomposição da força de trabalho da autarquia. As reuniões inaugurais ocorreram entre outubro e novembro de 2025.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Estrutura de Governança



Estrutura de Governança

A estrutura de governança do DNOCS é constituída pela Diretoria Colegiada e pelos coordenadores estaduais.

Instância máxima de direção do DNOCS, a Diretoria Colegiada é regida pela Resolução nº 01, de 28 de março de 2017. É presidida pelo Diretor-Geral e integrada, também, pelos Diretores de Infraestrutura Hídrica, de Desenvolvimento Tecnológico e Produção, e Administrativo.

Os coordenadores estaduais são os representantes das unidades regionais das áreas de atuação correspondentes à região abrangida pelos estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia e as áreas das bacias hidrográficas dos Rios Parnaíba e Jequitinhonha, nos estados do Maranhão e de Minas Gerais, respectivamente.

As instâncias internas de governança definem e avaliam as estratégias e políticas que orientam o DNOCS na entrega de valor à sociedade. Em suporte a esse processo, as instâncias internas de apoio à governança atuam na gestão de riscos, fortalecimento dos controles internos e auditorias, garantindo a devida transparência e comunicação aos stakeholders. As principais instâncias internas de governança são apresentadas ao lado:

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA
Auditoria Interna: Instituída pela Portaria nº 43/2017/-DG/GAB, de 31 de janeiro de 2017. Ligada a estrutura do órgão de assistência direta à Direção-Geral.
Serviço de Governança Institucional: Estruturada a partir da edição do Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022. Vinculado à Coordenação de Planejamento Estratégico do DNOCS.
Ouvidoria: Estruturada a partir da edição do Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022. Ligada a estrutura do Gabinete do Diretor-Geral.
Corregedoria: Estruturada a partir da edição do Decreto nº 12.552, de 14 de julho de 2025. Ligado a estrutura do Gabinete do Diretor-Geral.
Comissão de Ética: Instituída pela Portaria nº 294 DG, de 02 de outubro de 2018, alterada pela Portaria nº 335 DG, de 5 de setembro de 2019.
Unidade Gestora de Integridade: Instituída pelas Portarias de nº 319 DG, de 28 de junho de 2017 e nº 395 DG, de 27 de dezembro de 2018 e alteradas pela Portaria nº 238 DG, de 10 de Setembro de 2021. O Chefe do GOV atua de forma permanente na estruturação, na execução e no monitoramento do Programa de Integridade.

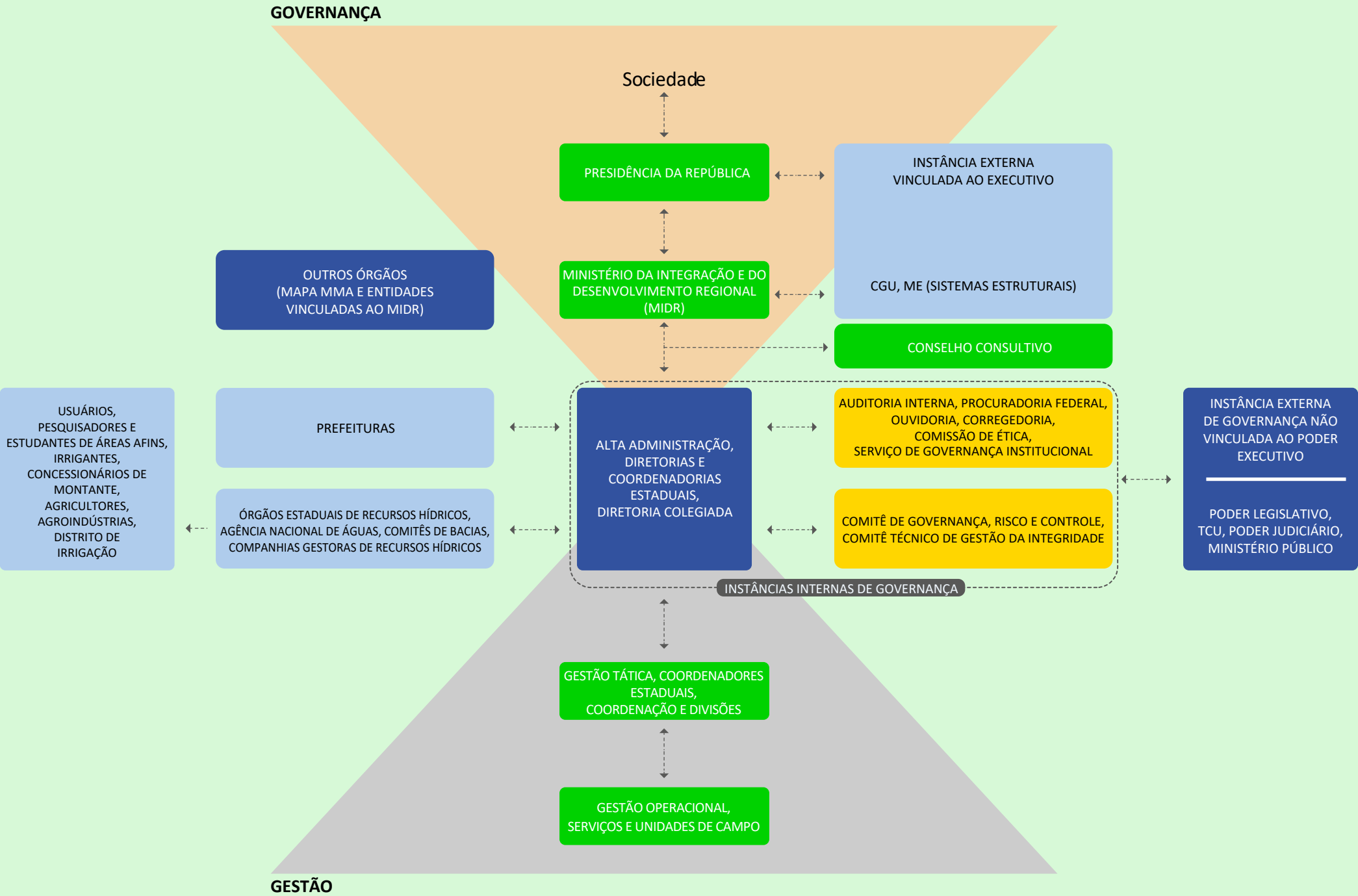
PRINCIPAIS INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA VINCULADAS AO GOVERNO FEDERAL
CGU: www.gov.br/cgu/pt-br
ME: www.gov.br/economia/pt-br
Sistemas Estruturantes: www.gov.br/economia/pt-br/assuntoa/sistemasestruturadores

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA INDEPENDENTES
Ministério Público: www.mpf.mp.br/pgr
TCU: www.portal.tcu.gov.br/inicio/
Poder Judiciário.
Poder Legislativo.



A imagem da página seguinte ilustra a estrutura do modelo de governança corporativa do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), destacando as principais instâncias internas e externas, bem como suas interações para assegurar a boa governança da Autarquia.

MODELO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



Os mecanismos de transparência e prestação de contas do DNOCS são fundamentais para viabilizar o controle externo sobre a instituição. Essas ferramentas permitem que tanto as instâncias externas de governança quanto as de apoio monitorem de forma satisfatória o modelo de negócio da autarquia.

Dessa forma, assegura-se a fiscalização rigorosa sobre o processo de gestão, garantindo que a estratégia institucional esteja alinhada à efetiva geração de valor público e consolidando a confiança da sociedade e dos órgãos reguladores na integridade de suas entregas e resultados.

MODELO DE NEGÓCIOS APLICADOS AOS NOSSOS PROCESSOS

NOSSOS CAPITAIS

Produção

328
Açudes

37
Perímetros
Irrigados

01
Centro de Pesquisa
em Aquicultura

125 mi
Capacidade de
produção de
alevinos

17,5 mi
População
beneficiada

36,1 bilhões^{m³}
Capacidade de
acumulação

12
Estações de
piscicultura

54,8 mil
Poços perfurados
e instalados (mil)

3,3 mil km
Trecho de rio
perenizado

**124,17
mil hectares**
Area apta para
irrigação

ESTUDOS
AMBIENTAIS

MONITORAMENTO
HIDROLÓGICO

EXECUÇÃO E
SEGURANÇA DE
BARRAGENS

OPERAÇÃO E
MANUTENÇÃO

MONITORAMENTO
DA PRODUÇÃO

IMPACTOS

- 🚰 ACESSO À ÁGUA
- 🚰 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
- 🚰 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO TECNOLÓGICO EM AQUICULTURA
- 🚰 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
- 🚰 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
- 🚰 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO
- 🚰 MELHORIA IDH



CAPILARIDADE

09 Coordenadorias
Estaduais

22 Unidades
de Campo



FORÇA DE TRABALHO

363 Servidores
Ativos

ESTUDOS
BÁSICOS E
PROJETOS

PESQUISA,
ASSISTÊNCIA
TÉCNICA,
FOMENTO E
PRODUÇÃO

DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO

RESULTADOS
EM PRODUTOS | **2025**

116
barragens
inspecionadas

39,97%
acumulação
de água sobre a
capacidade total

09
PSB/PAE
elaborados

4,68 km²
Pavimentação

**6,56
milhões**
alevinos
produzidos

**8,44
milhões**
alevinos
distribuídos

263
Equipamentos
agrícolas
adquiridos

563
poços
instalados

1.030
poços
perfurados

278
Equipamentos
agrícolas
distribuídos

**631
pessoas**
capacitação em
aquicultura

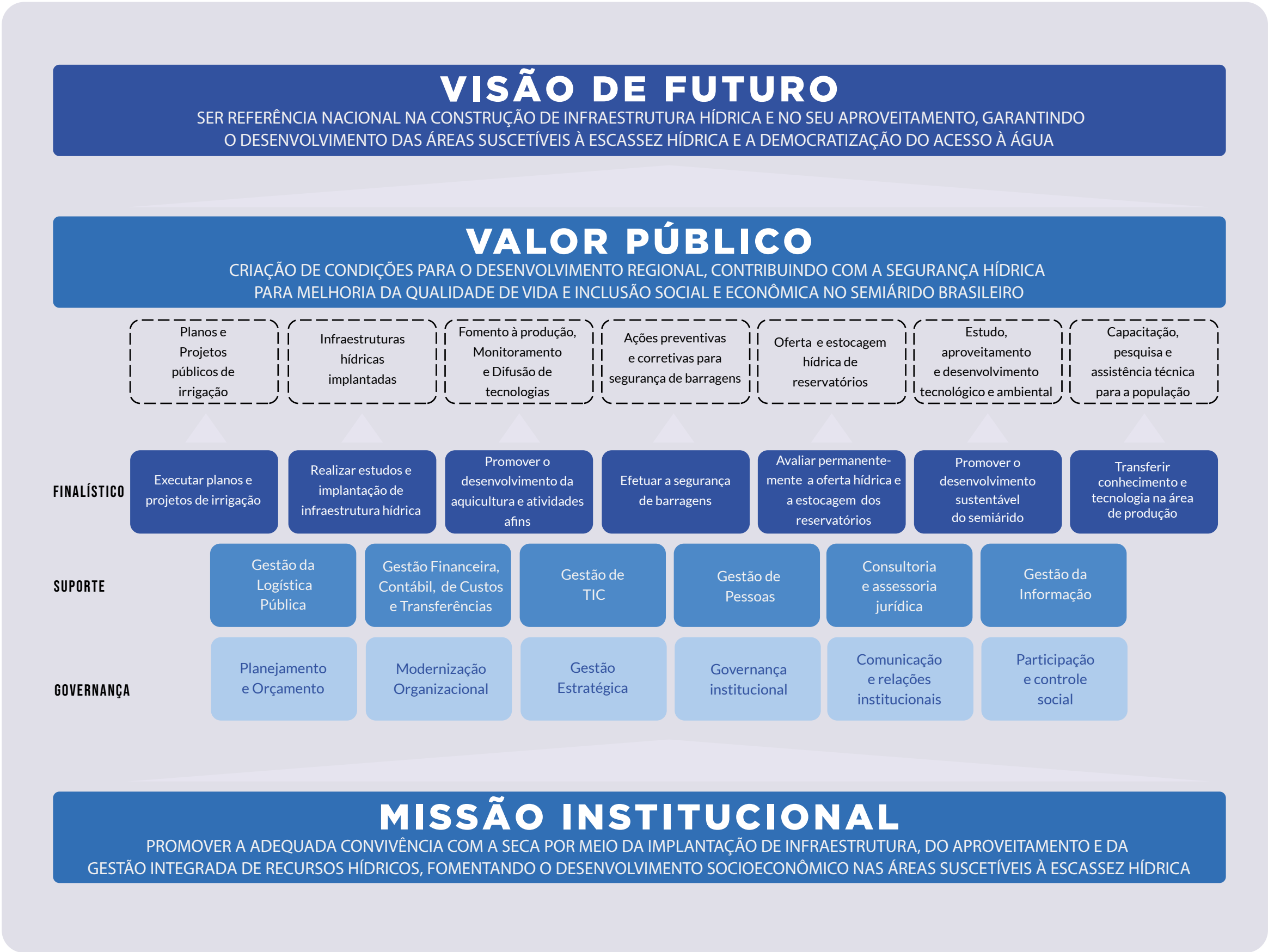
07
Barragens
recuperadas

Cadeia de Valor

A cadeia de valor, que abrange as atividades realizadas pela Autarquia para gerar valor em seus produtos ou serviços, está estruturada em macroprocessos sob três perspectivas:

- **Processos de governança:** envolvem a gestão da organização e têm como objetivo promover as ações necessárias para alcançar seus objetivos institucionais;
- **Processos finalísticos:** refletem as atividades diretamente relacionadas à produção e/ou entrega dos bens e serviços oferecidos pela organização; e
- **Processos de suporte:** correspondem às atividades que sustentam tanto os processos finalísticos quanto os processos de governança, garantindo seu funcionamento eficiente.

Com base no levantamento e análise das principais atividades da Instituição, incluindo resultados, estrutura organizacional, iniciativas e desafios, os macroprocessos estão representados na figura a seguir, que abrange o conjunto de processos e macroprocessos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:



CADEIA DE VALOR DETALHADA - MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Gestão do
plano plurianual

Gestão do
orçamento

GESTÃO ESTRATÉGICA

Planejamento
estratégico

Monitoramento
de projetos
estratégicos

Monitoramento
e avaliação
da estratégia

Gestão das prestações
de contas
governamentais

Gestão do
desempenho
institucional

MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

Modelagem
jurídico-
institucional

Gestão de
estruturas
de governança

Modelagem
de estruturas,
hierarquias,
cargos e funções

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Gestão de
auditorias e
fiscalizações

Gestão de
atividades
correcionais

Gestão da
integridade e
da ética pública

Gestão de
riscos

PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Gestão do
atendimento
ao público

Gestão da
Transparência
ativa

Gestão de
dados abertos

COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Gestão da
comunicação
institucional

Gestão da
comunicação
interna

Gestão de
relações
institucionais

Gestão de
relações
parlamentares

CADEIA DE VALOR DETALHADA - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

AVALIAÇÃO PERMANENTE DA OFERTA HÍDRICA E ESTOCAGEM DOS RESERVATÓRIOS

Monitoramento
hidrológico

Sistema de
informações
hidrológicas



Oferta e estocagem
hídrica de reservatórios

SEGURANÇA DE BARRAGENS

Segurança
de barragens

Planos de segurança
de barragens e planos
de ação emergencial



Ações preventivas e
corretivas para segurança
de barragens

ESTUDOS E IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Estudos básicos
e projetos

Elaboração e
avaliação de
custos

Acompanhamento
de contratos
e convênios

Acompanhamento
da execução de
obras hídricas



Infraestruturas
hídricas
implantadas

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO

Aproveitamento
de áreas de
montante

Estudos para
identificar e recuperar
áreas salinizadas e
suscetíveis à
desertificação

Estudo e
desenvolvimento
tecnológico e
ambiental

Apoio logístico
à produção

Implantação de poços,
cisternas e sistemas
simplificados de
abastecimento

Implantação
de adutoras



Estudo, aproveitamento e
desenvolvimento
tecnológico e ambiental

EXECUÇÃO DE PLANOS E PROJETOS DE IRRIGAÇÃO

Operação e
manutenção

Assistência
técnica

Fomento à
produção

Monitoramento
da produção



Planos e projetos
públicos de irrigação

DESENVOLVIMENTO DA PESCA, AQUICULTURA E ATIVIDADES AFINS

Fomento à
produção

Monitoramento e
controle estatístico

Pesquisa, geração
e difusão de
tecnologia



Fomento à produção,
monitoramento e
difusão de tecnologias

TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIA NA ÁREA DE PRODUÇÃO

Pesquisa e
assistência técnica

Capacitação



Capacitação,
pesquisa e assistência
técnica para população

CADEIA DE VALOR DETALHADA - MACROPROCESSOS DE SUPORTE

GESTÃO DE PESSOAS

Gestão e planejamento do quadro de pessoal

Gestão do provimento, da mobilidade e do desligamento do servidor

Desenvolvimento de pessoas e gerenciamento de seu desempenho

Promoção da qualidade de vida, saúde e segurança do trabalho

Gestão de sistemas de administração de pessoal

Gerenciamento de carreiras, cargos, funções e benefícios

GESTÃO DE TIC

Governança de TIC

Contratação de bens e serviços de TIC

Desenvolvimento de sistemas de informação

Gestão de infraestruturas de TIC

Gestão de Serviços de TIC

Gestão da transformação digital dos serviços

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Gestão documental

Gestão de dados

Gestão do conhecimento

Gestão de segurança da informação e comunicações

GESTÃO DA LOGÍSTICA PÚBLICA

Gestão das contratações e das aquisições de bens e serviços

Gestão da cadeia de suprimentos

Gestão de bens e patrimônio

Gestão de serviços internos

GESTÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL, DE CUSTOS E TRANSFERÊNCIAS

Gestão financeira

Gestão contábil

Gestão de custos

Gestão das transferências de recursos

Gestão orçamentária

CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA

Análise jurídica de normas, atos e contratos

Solução de litígios

POLÍTICAS E PROGRAMAS DO GOVERNO - DIRETRIZES

PPA

PLANO PLURIANUAL

LOA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LDO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PROGRAMA:

2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

OBJETIVO NO PPA:

1293 - Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva

Política Nacional
de Desenvolvimento Regional
atualizada pelo
Decreto nº 9.810/2019

Política Nacional de Irrigação
Lei nº 12.787/2013

Política Nacional de
Desenvolvimento Sustentável
da Aquicultura e da Pesca
Lei nº 11.959/2009

Política Nacional de
Combate à Desertificação e
Mitigação dos Efeitos da Seca
Lei nº 13.153/2015

PROGRAMA:

2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

OBJETIVO NO PPA:

1270 - Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas.

Política Nacional de
Recursos Hídricos
- PNRH –
Lei 9.433/1997

Política Nacional de
Segurança de Barragens - PNSB
Lei nº 12.334/2010
alterada pela Lei 14.066/2020

POLÍTICAS E PROGRAMAS DO GOVERNO

LINKS: DIRETRIZES



LINKS: POLÍTICAS

Política Nacional de Recursos Hídricos PNRH – Lei nº 9.433/1997	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm
Política Nacional de Segurança de Barragens PNSB - Lei nº 12.334/2010 alterada pela Lei 14.066/2020	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14066.htm
Política Nacional de Irrigação Lei nº 12.787/2013	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12787.htm
Política Nacional de Desenvolvimento Regional, atualizada pelo Decreto nº 9.810/2019	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9810.htm
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca - Lei nº 11.959/2009	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm
Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - Lei nº 13.153/2015	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13153.htm

Ambiente Externo

No exercício de 2025, o ambiente externo à instituição permaneceu condicionado por fatores climáticos, institucionais, socioeconômicos e regulatórios que influenciam a execução de suas competências legais na região semiárida brasileira.

No contexto climático e ambiental, persiste a elevada variabilidade hidrológica característica da região, com o semiárido nordestino registrando precipitação média anual situada entre 400 mm e 800 mm, com forte irregularidade espacial e temporal, enquanto a temperatura média anual permaneceu em torno de 26 °C a 28 °C, alta evapotranspiração e baixa umidade. Esse cenário reforçou a recorrência de eventos de seca e a necessidade da continuidade de ações de segurança hídrica, especialmente em atenção à população difusa.

Em 2025, os reservatórios sob responsabilidade do DNOCS apresentaram volumes médios de armazenamento variando entre aproximadamente 35% e 65% da capacidade total, ao longo do período, com diferenças entre bacias e estados, exigindo monitoramento contínuo e gestão operacional eficiente, com atuação conjunta com as companhias gestoras nos estados.

Em 2025, na esfera internacional estratégica, destacam-se eventos relevantes para a agenda hídrica e climática, como a preparação do Brasil para sediar a COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), que foi realizada em Belém-PA, e as discussões técnicas promovidas no âmbito da 3ª Conferência Internacional sobre Clima e Desenvolvimento em Regiões Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas – ICID III. Esses fóruns ampliam a pressão por políticas públicas voltadas à adaptação climática, ao uso eficiente da água e à agricultura irrigada sustentável, temas diretamente relacionados à atuação institucional do DNOCS.



Sob a perspectiva político-institucional, a Autarquia atua em ambiente de integração com a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, ao mesmo tempo em que persistem sérias restrições orçamentárias no âmbito fiscal. Esse contexto demanda priorização de investimentos, fortalecimento da governança e aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, em consonância com as orientações dos órgãos de controle interno e externo ao Poder Executivo.

No contexto socioeconômico, a área de atuação do DNOCS mantém bolsões de vulnerabilidade hídrica e social, com elevada dependência de infraestrutura hídrica para abastecimento humano, dessedentação animal e produção irrigada. Tal cenário sustenta a relevância estratégica das ações do Departamento e amplia a expectativa por maior efetividade, sustentabilidade e transparência na entrega de resultados à sociedade.

Por fim, no ambiente regulatório e de controle, verifica-se o fortalecimento das exigências relativas à governança pública, gestão de riscos, integridade e transparência, em alinhamento às diretrizes do TCU e demais órgãos de controle. Esse cenário impõe ao DNOCS o aperfeiçoamento contínuo de seus processos de gestão, visando assegurar conformidade, eficiência e geração de valor público.

Determinação da materialidade das informações

Este Relatório foi elaborado em formato de Relato Integrado, tendo como base as informações coletadas junto às áreas meio e finalísticas do Departamento adotando como critérios de priorização os temas relacionados:

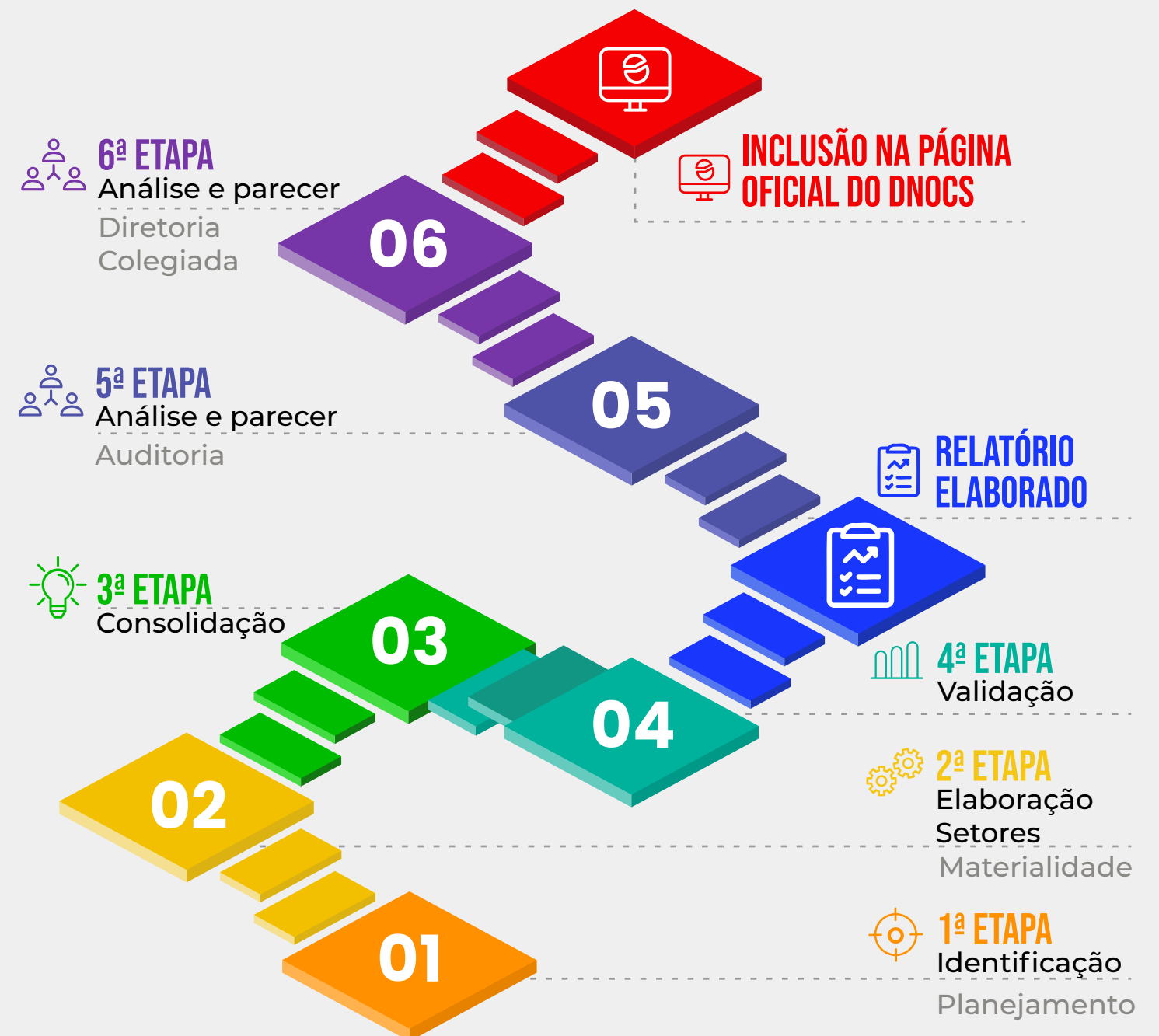
- Ao atendimento às exigências do TCU previstas na DN nº 198/2022 e no Guia para elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado, 3ª edição;
- As ações voltadas para o atingimento dos objetivos estratégicos previstos no PPA 2024-2027;
- Aos temas alinhados à Cadeia de Valor, ao Modelo de Negócios e ao Mapa Estratégico do DNOCS;
- À governança, aos objetivos estratégicos institucionais e aos resultados alcançados;
- Aos conteúdos publicados em decorrência de recomendação ou determinação dos órgãos de controle; e
- A outros assuntos de interesse da sociedade e de outros entes, com base na sua capacidade de afetar a geração de valor.

Além disso, e no intuito de enriquecer a abordagem, foram utilizados dados e informações obtidas nos sistemas estruturantes do governo federal, mesmo porque a autarquia adotou como ponto de partida para a elaboração do PEI, os objetivos e programas constantes do Plano Plurianual 2024-2027 e, em consequência, as ações orçamentárias e investimentos destinados a compor metas e objetivos a ele atrelados. Nos aspectos legais, na área finalística contribui para a consecução de metas dos programas Recursos Hídricos: Água em Qualidade e Quantidade para sempre e Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.

As informações foram validadas pelas áreas técnicas, consolidadas e revisadas pelo Serviço de Comunicação Social, pela Divisão de Planejamento e Orçamento e Divisão de Gestão Estratégica na análise da consistência e da coerência das informações e dos números apresentados. A disponibilização das informações segue a estrutura básica definida pelo TCU, com adaptações pontuais para melhor atender às especificidades do DNOCS.

Com base nesses elementos, o Relatório de Gestão visa fornecer uma visão ampla e detalhada sobre as ações, desafios e resultados, promovendo a transparência e demonstrando o compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento do Brasil.

ETAPAS DA ELABORAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

An elderly couple stands in a semi-arid landscape at sunset. The man, on the left, wears a brown hat and a light-colored shirt. The woman, on the right, wears a colorful headscarf and a patterned top. They are surrounded by tall, thin cacti. In the background, a body of water reflects the warm orange light of the setting sun, with a small town visible on the distant shore.

SEGURANÇA HÍDRICA PARA O SEMIÁRIDO

Estratégia

Em 2025, o DNOCS deu início à execução do novo Plano Estratégico Institucional (2025–2028), cujo acompanhamento é realizado pela Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica (CGPE), por intermédio da Divisão de Gestão Estratégica (CPGE/DGE) e do Serviço de Planejamento e Monitoramento Estratégico (DGE/PE). A elaboração desse Plano evidenciou um avanço na utilização do planejamento, como instrumento de gestão orientado para resultados pelos gestores.

No período de monitoramento, foram produzidos relatórios mensais contendo a análise dos resultados, os quais foram apresentados ao Comitê de Governança do DNOCS, com a finalidade de apoiar o processo decisório da alta administração. Ao término do ciclo, procedeu-se a consolidação do desempenho dos indicadores e dos projetos, ocasião em que as metas são reavaliadas para o exercício subsequente.

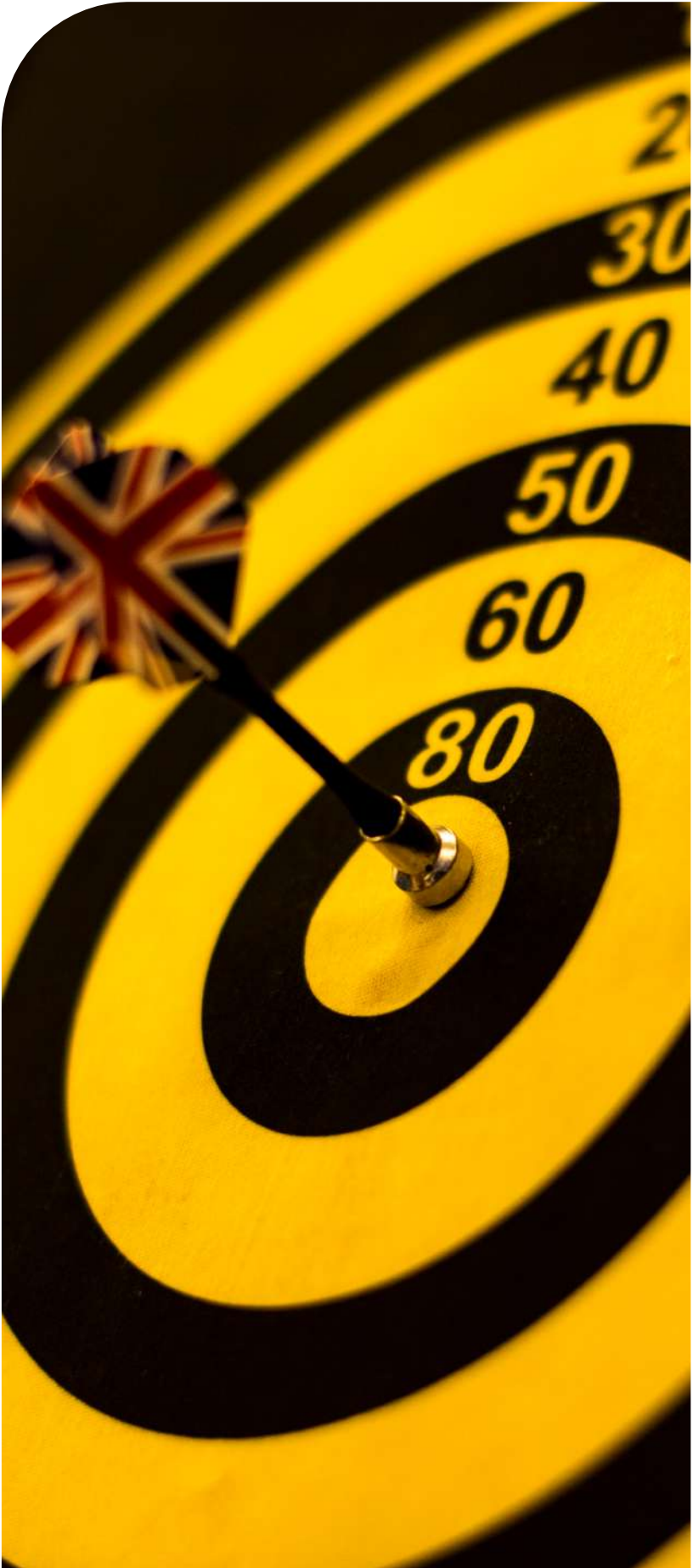


A seguir, são apresentados os objetivos estratégicos estruturados por perspectiva:

PERSPECTIVA: RESULTADOS INSTITUCIONAIS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO / META
1. Efetuar monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos Programa PPA: 2321 – Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade sempre	Realizar análises e estudos da disponibilidade hídrica para subsidiar as tomadas de decisão com vistas à ampliação da segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional.
2. Construir novas infraestruturas estratégicas destinadas à ampliação da oferta de água Programa PPA: 2321 – Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade sempre	Ampliar a segurança hídrica por meio da implementação das obras de infraestrutura hídrica.
3. Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido Programa PPA: 2317 – Desenvolvimento regional e ordenamento territorial	Realizar aproveitamento de áreas de montante, desenvolvimento tecnológico e ambiental, identificação e recuperação de áreas degradadas, apoio à infraestrutura produtiva, execução de estudos ambientais e implantação de poços, adutoras, cisternas e sistemas simplificados.
4. Realizar aproveitamento hidroagrícola e aquícola Programa PPA: 2317 – Desenvolvimento regional e ordenamento territorial	Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional e assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável.
5. Transferir conhecimento e tecnologia na área de produção Programa PPA: 2317 – Desenvolvimento regional e ordenamento territorial	Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional, ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO / META
6. Executar planos e projetos de irrigação Programa PPA: 2317 – Desenvolvimento regional e ordenamento territorial	Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais.
7. Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica Programa PPA: 2321 – Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade sempre	Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica.
8. Promover o desenvolvimento da pesca, aquicultura e atividades afins Programa PPA: 2317 – Desenvolvimento regional e ordenamento territorial	Desenvolver a pesca e aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor.
9. Efetuar a segurança de barragens Programa PPA: 2321 – Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade sempre	Assegurar a disponibilidade de água por meio de infraestrutura adequada, manutenção e recuperação de barragens.
10. Otimizar os processos de trabalho Programa PPA: N/A	Aprimorar o mapeamento, a priorização e a automação dos processos de trabalho, identificando os pontos críticos que influenciam a produtividade e os resultados finais, assegurando a melhoria contínua e o alinhamento eficaz entre as unidades de trabalho.

PERSPECTIVA: RESULTADOS INSTITUCIONAIS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO / META
11. Fortalecer a governança institucional Programa PPA: N/A	Promover uma gestão integrada, transparente, eficiente e alinhada aos objetivos estratégicos da Autarquia, monitorando eficazmente os processos finalísticos, de governança e de suporte.
12. Otimizar gestão orçamentária, financeira e de transferência Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	Promover o aperfeiçoamento contínuo da gestão orçamentária, financeira e de transferência, proporcionando subsídios para que os gestores realizem seus projetos e ações para o melhor atendimento às demandas da sociedade.
13. Promover a cultura da gestão de riscos Programa PPA: N/A	Promover ações contínuas de conscientização e sensibilização voltadas ao desenvolvimento de habilidades em gestão de riscos e integridade.
14. Promover a transformação digital dos serviços e dados Programa PPA: N/A	Intensificar a transformação digital, a capacitação, a estruturação e a expansão da utilização de TICs para ampliar a agilidade e a capacidade de entregas à população.
15. Implantar sistemas simplificados de abastecimento Programa PPA: 2321 – Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade sempre	Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de abastecimento de água.
16. Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios Programa PPA: 2321 – Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade sempre	Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem nos reservatórios de modo a subsidiar as tomadas de decisão com vistas à elaboração de projetos hídricos, de balanços e projeções de oferta e demanda.

PERSPECTIVA: INFRAESTRUTURA E APRENDIZAGEM	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO / META
OBJETIVO ESTRATÉGICO 17. Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manu-	Promover a formação e o desenvolvimento de competências, fortalecendo a gestão de pessoas com atenção à democratização das relações de trabalho.
18. Assegurar infraestrutura tecnológica e suporte logístico Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	Manter, expandir e modernizar a infraestrutura tecnológica e o suporte logístico assegurando que as ações e os projetos facilitem a consecução dos objetivos estratégicos da Autarquia.
19. Aprimorar a disponibilidade, a qualidade, a integridade e a segurança de informações e dados Programa PPA: 0032 – Programa de gestão e manutenção do poder executivo	Promover a disponibilidade, a qualidade, a transparência, a integridade e o acesso a dados, disponibilizando informações precisas e oportunas, de forma a garantir a segurança das informações trabalhadas e armazenadas na Autarquia.



Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional do MIDR

No tocante ao alinhamento dos objetivos estratégicos deste Plano com o Planejamento Estratégico Institucional do MIDR, temos a seguir o enquadramento conforme eixos e subeixos de atuação do Ministério, e suas Políticas Públicas:



MIDR		DNOCS
EIXO	SUBEIXO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Desenvolvimento Regional e Territorial	Planejamento Regional e Ordenamento Territorial	1. Realizar aproveitamento hidroagrícola e aquícola; 2. Transferir conhecimento e tecnologia na área de produção; 3. Executar planos e projetos de irrigação; 4. Promover o desenvolvimento da pesca, aquicultura e atividades afins; e 5. Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido.
	Desenvolvimento Produtivo	
Segurança Hídrica	Infraestrutura Hídrica	1. Efetuar monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos; 2. Construir novas infraestruturas estratégicas destinadas à ampliação da oferta de água; 3. Implantar sistemas simplificados de abastecimento voltados à população difusa; 4. Efetuar a segurança de barragens; 5. Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica; e 6. Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido.
	Irrigação	1. Executar planos e projetos de irrigação.
	Revitalização de Bacias Hidrográficas	1. Efetuar o monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos; e 2. Efetuar a segurança de barragens.
	Gerenciamento de Recursos Hídricos	1. Efetuar monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos; 2. Construir novas infraestruturas estratégicas destinadas à ampliação da oferta de água; 3. Implantar sistemas simplificados de abastecimento voltados à população difusa; 4. Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica; 5. Efetuar o monitoramento e a segurança de barragens; 6. Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios; e 7. Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		MACROPROCESSOS ENVOLVIDOS (DNOCS)
EIXO	SUBEIXO	
Políticas Públicas	Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade	Promoção do desenvolvimento sustentável do semiárido
	Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais	Execução de planos e projetos de irrigação
	Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica	Avaliação permanente da oferta hídrica e estocagem dos reservatórios Segurança das obras hidráulicas Estudos e implantação de infraestrutura hídrica Promoção do desenvolvimento sustentável do semiárido
	Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e as ocorrências de conflitos	Avaliação permanente da oferta hídrica e estocagem dos reservatórios
	Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional	Promoção do desenvolvimento sustentável do semiárido Transferência de conhecimento e tecnologia nas áreas de recursos hídricos, pesca e aquicultura Desenvolvimento da aquicultura e atividades afins

Apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor

Seguindo a ideia registrada em relatórios anteriores, conforme o Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (TCU), a governança, no âmbito das atividades intraorganizacionais, é definida como o sistema pelo qual uma organização dirige, monitora e avalia a utilização de seus recursos.

Nessa perspectiva, são considerados os processos de tomada de decisão, as estruturas formais de governança e as relações intraorganizacionais, com vistas, entre outros aspectos, à otimização do uso de recursos, à mitigação de riscos, à agregação de valor aos órgãos e entidades e ao alcance dos resultados esperados pelas partes interessadas, internas e externas.

Os processos de suporte, em conjunto com os processos de gestão e governança que integram a Cadeia de Valor, conforme detalhado em seção específica, desempenham papel fundamental ao subsidiar a tomada de decisão gerencial e ao contribuir para a geração de valor a partir dos processos finalísticos.

A estrutura que permeia a Cadeia de Valor do DNOCS, associada ao conjunto de ferramentas e mecanismos que apoiam o processo de gestão da Autarquia, constitui o seu sistema de governança.

Nesse contexto, inserem-se os recursos que contemplam os mecanismos e instrumentos de governança voltados ao apoio à geração de valor público, conforme a estrutura apresentada na figura a seguir.



Nesse contexto, o destaque para o apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC gerar valor foi o monitoramento contínuo a partir das ações de Segunda Linha.

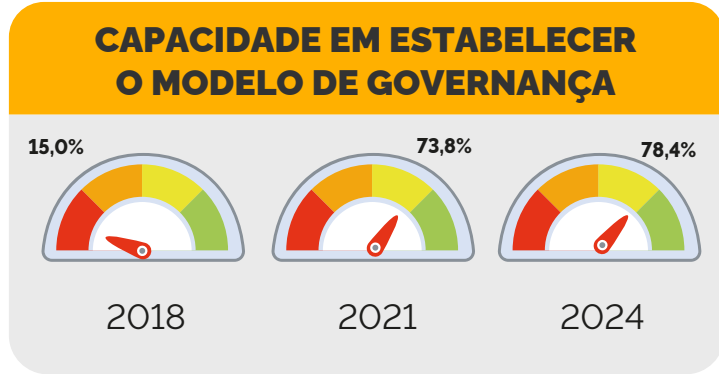
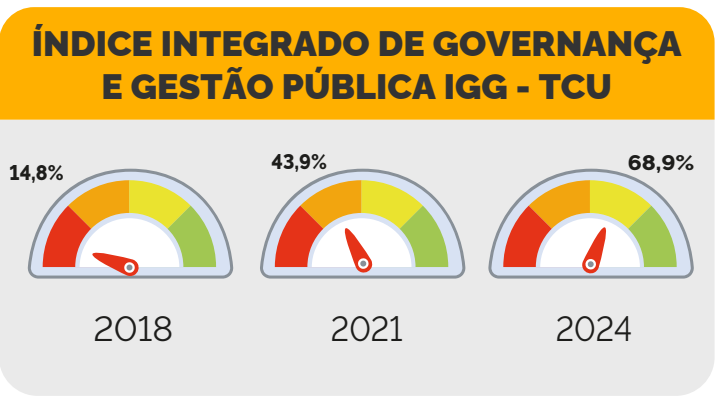
Conforme dito na Seção que tratou de Gestão de Riscos e Controles Internos, foram 14 ações realizadas, com foco nos processos de medição, ou seja, na fase da liquidação da despesa.

As ações de Segunda Linha tiveram como objetivo verificar a aderência da gestão de riscos integrada aos Controles internos. Os resultados dessas ações foram encaminhados para a Gestão das Coordenadorias, para a Alta Gestão do DNOCS e Auditoria Interna.

A ideia é que uma vez tendo conhecimento dessas informações a Gestão das Coordenadorias Estaduais e do DNOCS possam tomar melhores decisões sobre as vulnerabilidades contidas dentro dos processos de trabalho.

Até 2024, os indicadores do Tribunal de Contas da União para a evolução dos mecanismos de governança do DNOCS, elaborados a partir do mensurado por meio do Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (IGG) 2024 apresentavam os números conforme a próxima figura.

Em 2025 não houve levantamento desses indicadores por parte do TCU, dessa forma, os números para 2025 surgirão, certamente, nos próximos relatórios de gestão conforme aquela Corte de Contas vá realizando novos levantamentos e disponibilizando os resultados.



Os resultados apurados pelo TCU indicam que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas vem trilhando trajetória consistente no fortalecimento de seus mecanismos de governança, promovendo a melhoria contínua de seus processos de gestão e o amadurecimento de seus macroprocessos de governança, de suporte e finalísticos, integrantes da Cadeia de Valor do DNOCS.

No Site do DNOCS, na Seção Acesso à Informação, é possível identificar e navegar pela página da área de Governança Institucional e da específica que trata da gestão de Riscos Integrada do DNOCS.

Na primeira, dentre outras informações, estão contidos os processos mapeados com os respectivos controles internos já inseridos. Na segunda, o cidadão(ã) pode encontrar a Política de gestão de Riscos Integrada do DNOCS que traz a diretriz para ações sobre esse tema dentro da Autarquia.

As ações de Gestão de Integridade precisam ser analisadas de forma integrada aos demais processos do DNOCS, inclusive àqueles de geração de valor, e é dessa forma que a Gestão de Integridade contribui com a geração de valor da instituição.

Conforme dito em outros relatórios, de acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), os eventos de risco à integridade não devem ser compreendidos apenas como violações de leis e normas, mas também como quebras de integridade. Neste documento, tal conceito é adotado de forma ampla, abrangendo práticas como o recebimento ou a oferta de vantagem indevida, o desvio de recursos, fraudes, abuso de poder ou de influência, nepotismo, conflitos de interesses, uso indevido e vazamento de informações sigilosas, entre outras condutas antiéticas.

No que se refere às ações de promoção

de cultura de integridade, a campanha intitulada “Integridade Pública: Uma Responsabilidade de Todos”, promovida pelo DNOCS, tem sido utilizada como importante instrumento para o fortalecimento da observância da ética institucional, mediante a adoção de condutas pautadas em valores que contribuem para uma gestão pública cada vez mais eficiente, usando a sensibilização de colaboradores e gestores quanto à relevância da integridade no exercício das atividades institucionais.

Na Campanha de Integridade de 2025, foram abordados os seguintes temas:



1. Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no DNOCS



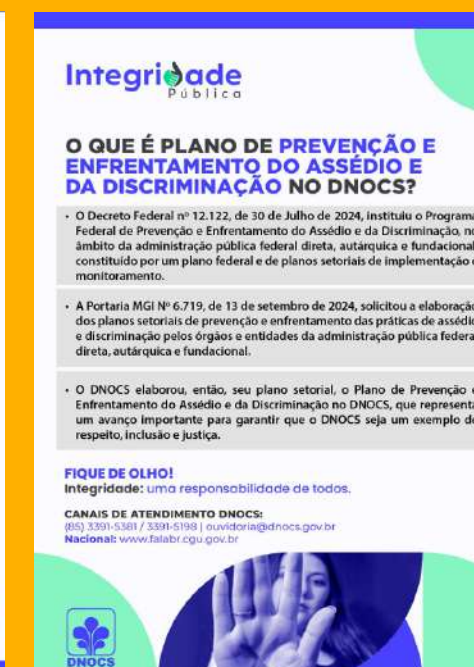
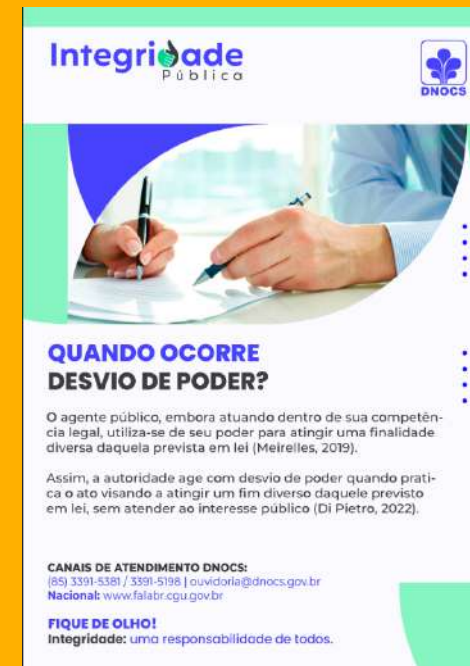
2. Desvio de poder e Desvio de função.



3. A importância dos Controles internos para a Gestão de Riscos para Integridade.

O DNOCS disponibiliza em seu site o material das campanhas criadas no ano de 2025, bem como as campanhas desenvolvidas em anos anteriores, basta acessar o site oficial do DNOCS, onde todos os conteúdos estão disponíveis para consulta, organizados por nome da campanha, garantindo praticidade, agilidade e acesso completo ao histórico de registros.

Abaixo seguem as imagens das campanhas de 2025.



Integriade Pública

COMO JÁ VIMOS, TODOS NÓS SOMOS RESPONSÁVEIS PELAS AÇÕES DE CONTROLES INTERNOS DA PRIMEIRA LINHA.

E VOCÊ, QUANDO NECESSÁRIO, COMO ESTÁ EXECUTANDO AS SUAS AÇÕES DE CONTROLE INTERNO?

- 1** ESTEJA ATENTO AOS COMANDOS LEGAIS E AOS DETALHES DO QUE ESTÁ SENDO CHEGADO.
- 2** PROCURE CONHECER O ASSUNTO QUE ESTÁ ABORDANDO, TENHA UMA COMUNICAÇÃO EFICAZ E SEJA SEMPRE COM TRANSPARÊNCIA E UMA POSTURA ÍNTEGRA.

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

SÃO EXEMPLOS DE CONTROLES INTERNOS PARA O TRATAMENTO DE EVENTOS DE RISCOS PARA INTEGRIDADE OU INSTRUMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA A EFICÁCIA DOS MESMOS.

- ✓ Planos de homologação ou validação
- ✓ Checagem de preenchimento de informações para o cancelamento de direitos ou prestação de serviços públicos
- ✓ Instrumentos que contribuem para a sua eficácia
- ✓ Política e procedimentos claros
- ✓ Realização de prestação de contas

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

SÃO CONDUTAS PREVISTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO NO DNOCS

Assédio moral: gestos, palavras faladas ou escritas ou comportamentos de exposição a situações humilhantes e constrangedoras, ou que causam ofensa à personalidade, a dignidade e à integridade psíquica ou física e/ou que degradam o clima de trabalho e colocam em risco sua vida profissional.

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

SÃO CONDUTAS PREVISTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO NO DNOCS

Assédio moral organizacional: condutas abusivas ou hostis, amparado por estratégias ou métodos organizacionais que visem:

- obter engajamento intensivo
- excluir pessoas que exercem atividade pública as quais a instituição não deseja manter em seus quadros

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

QUAL É O NOSSO PAPEL ENQUANTO AGENTE PÚBLICO PARA QUE AS MEDIDAS DE CONTROLE SEJAM EFICAZES?

Dentro das rotinas do dia a dia nos deparamos com várias ações de controles internos, por exemplo: quando temos que checar o preenchimento de formulários ou pedidos para concessão de algum direito, ou mesmo verificar o conteúdo de um documento para validá-lo, ou até checar a execução de algum serviço para prestá-lo.

Isso se chama atividades de controle realizadas pela Primeira Linha.

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

SÃO CONDUTAS PREVISTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO NO DNOCS

Assédio sexual: conduta de conotação sexual praticada no exercício profissional ou em razão dele, manifestada fisicamente ou por palavras, gestos ou outros meios, proposta ou imposta à pessoa contra sua vontade.

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

VOCÊ SABIA QUE OS CONTROLES INTERNOS SÃO IMPORTANTES FERRAMENTAS NAS MEDIDAS DE TRATAMENTO DOS EVENTOS DE RISCOS PARA A INTEGRIDADE?

Os controles internos ajudam o DNOCS a tratar eventos de riscos relacionados à fraude, corrupção, desvio de recursos e conflito de interesses.

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Integriade Pública

SÃO CONDUTAS PREVISTAS NO PLANO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO NO DNOCS

Discriminação: distinção, exclusão, restrição ou preferência com base em:

- religião
- deficiência
- opinião política
- ascendência nacional
- origem social
- idade

FIQUE DE OLHO!
Integridade: uma responsabilidade de todos.

CANAL DE ATENDIMENTO DNOCS:
(85) 3391-5381 / 3391-5198 | ouvidoria@dnoocs.gov.br
Nacional: www.falabr.cgu.gov.br

Dessa forma, pretende-se orientar as ações de governança do DNOCS a partir dos macroprocessos contidos em sua Cadeia de Valor, a fim de manter a aderência das ações ao alcance de suas metas, e, conseqüentemente, atingir os objetivos que contribuem com a sua missão de geração de valor público, permeado com uma cultura de integridade no desempenho da execução de suas atividades.

A análise deste Relatório de Gestão, juntamente com as demais peças que compõem a prestação de contas do DNOCS, incluindo o Parecer da Auditoria sobre este documento, constitui um importante instrumento de governança institucional. Esse processo contribui tanto para o fortalecimento da transparência e da prestação de contas quanto para o aprimoramento da capacidade da instituição de gerar valor público.

A leitura desta seção deve ser realizada de forma integrada ao conjunto do Relatório de Gestão. Recomenda-se relacioná-la à seção que trata de Riscos e Controles Internos e, posteriormente, às seções Resultados e Desempenho da Gestão e Estratégia e Resultados Alcançados em relação aos Objetivos Estratégicos e às prioridades da gestão, com seus respectivos indicadores. Dessa forma, o leitor poderá obter uma visão contínua e articulada dos processos que sustentam a capacidade de geração de valor do DNOCS, desde as bases de apoio à gestão até os resultados alcançados e seu respectivo monitoramento.

Resultados e desempenho da gestão

IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

As infraestruturas hídricas implantadas pelo DNOCS na região do semiárido consistem, principalmente, na ampliação da capacidade de reserva de água e de sua condução para as localidades com déficit hídrico, mediante o uso de adutoras, visando o abastecimento d'água para população e a ampliação da capacidade produtiva regional.

No ano de 2025, o DNOCS atuou na implantação das seguintes obras de infraestruturas hídricas:

Construção da Barragem de Oiticica/RN

A construção da Barragem de Oiticica é de grande relevância para a região do Seridó. Tem como objetivos regularizar o curso do Rio Piranhas e atender as necessidades hídricas das comunidades localizadas no entorno do Rio Piranhas-Açu.

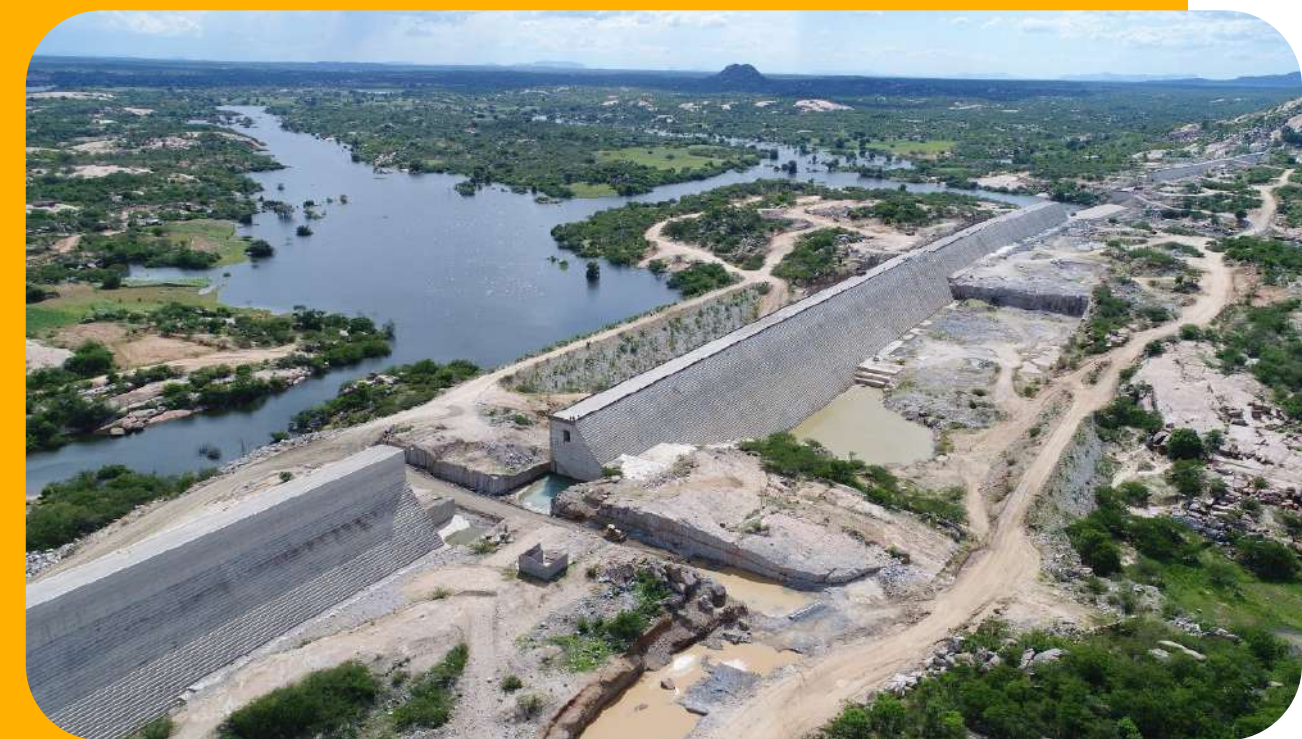
Com capacidade de acumulação de 598 milhões de metros cúbicos, inundando uma área de aproximadamente 8.000 hectares, o reservatório faz parte integrante do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

O Complexo Oiticica, que compreende as obras físicas de construção da Barragem Oiticica (Barragem Principal e Barramentos Auxiliares I e II), e as

obras e ações complementares (reassentamento da comunidade de Barra de Santana e agrovilas, licenciamento ambiental, resgate arqueológico, supressão vegetal e outras), foi executado em parceria entre o DNOCS e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através de Termo de Compromisso, com a execução das obras sendo realizadas pelo ente estadual.

As obras de construção da Barragem de Oiticica foram concluídas em março de 2025. Assim como as obras físicas, as obras sociais também foram finalizadas (reassentamento urbano e três agrovilas).

Outras obras e ações complementares ainda se encontram em andamento, quais sejam: estrada de acesso (com terraplanagem em fase final de execução), passagens molhadas, drenagem da estrada de contorno, projeto e implantação do Plano de Ação Emergencial (PAE), projeto e implantação da escada de peixe, cujas conclusões estão previstas para ocorrerem em 2026.



Implantação da 2ª Etapa da Adutora do Pajeú/PE-PB

É um empreendimento voltado para o abastecimento humano, envolvendo a construção de sistema adutor, composto por captações no Eixo Leste do PISF e no lago de Itaparica/PE, estações de bombeamento, reservatórios e tubulações, atingindo 596 km de adução entre os estados de Pernambuco e Paraíba. São beneficiandas 32 localidades, sendo 20 sedes municipais no estado de Pernambuco, três distritos e um povoado, além de oito municípios no estado da Paraíba.

No ano de 2025, foi concluída parte do Ramal Itapetim-Taperoá, com o abastecimento do município de Desterro, no estado da Paraíba.

Em dezembro, foi entregue o Ramal Brejinho-Teixeira, para o abastecimento do município de Teixeira, no estado da Paraíba.

Foi iniciada a execução de ramais Desterro- Taperoá, Desterro-Livramento, e Livramento- São José dos Cordeiros, no estado da Paraíba.

Assim, a 2ª Etapa como um todo, atingiu uma execução física de aproximadamente 81,87%, estando a sua conclusão prevista para 2026.



Construção da Barragem Fronteiras/CE

A Barragem Fronteiras está situada na microrregião do Sertão de Crateús, na região oeste do estado do Ceará. A finalidade principal é o suprimento das demandas hídricas dos distritos e povoados da zona rural, e reforço do sistema de abastecimento do principal aglomerado urbano da região – Crateús, bem como de outras cidades integrantes dos Sertões de Crateús.

Durante o exercício de 2025, foi emitido o novo Decreto de Utilidade Pública para possibilitar a continuidade dos trabalhos de desapropriação. Assim, foi possível a publicação de três editais de licitação para a desapropriação de 310 propriedades.

Foi publicado edital de licitação para contratação das obras do reassentamento da população atingida, estando prevista a construção de 03 núcleos urbanos e 02 agrovilas.

No entanto, as obras de construção da barragem continuaram paralisadas após a rescisão unilateral do contrato. Para solucionar essa situação, o DNOCS publicou edital para contratação, visando a continuidade das obras.

Quanto as demais obras complementares, relativas à variante ferroviária do Tronco Norte da Ferrovia Transnordestina, adequação das Rodovias BR-226 e BR-404 e a construção de uma Ponte na BR-404, estas serão executadas pelo DNIT.

Obra	Situação Atual (dezembro/2025)	Municípios a serem beneficiados	População beneficiada prevista	Volume/ Área/ Extensão Previsto
Barragem de Oiticica	Em andamento (100%)	Jucurutu/RN	330.000	598,57 milhões m³
Adutora do Pajeú – 2ª Etapa	Em andamento (81,87%)	32 localidades em Pernambuco e 8 na Paraíba	382.302 (PE) 85.783 (PB)	596 km
Barragem Fronteiras	Em andamento (65,89%)	Crateús/CE	80.000	488.180.000 m³

ESSAS OBRAS BENEFICIARÃO MAIS DE
800 MIL PESSOAS
NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.

RECUPERAÇÃO DE BARRAGENS DO DNOCS

A recuperação e/ou manutenção dos reservatórios sob a responsabilidade desta Autarquia visa garantir a integridade das estruturas das barragens, proporcionando maior segurança, tanto para a infraestrutura instalada como para as populações no entorno dos açudes.

No ano de 2025, o DNOCS concluiu intervenções em **8 barragens**, nos estados do Ceará, Alagoas e Bahia, quais sejam:



Obra	Volume/ Área/ Extensão Previsto	Municípios a serem beneficiados	População beneficiada prevista	Avanço físico (dez/2025)
Quixeramobim	54.000.000	Quixeramobim/CE	82.177	100%
Caxitoré	202.000.000	Umirim/CE	17.470	100%
Forquilha	50.132.000	Forquilha/CE	24.173	100%
Ayres de Sousa	104.430.000	Sobral/CE	203.023	100%
Farias de Sousa	12.236.000	Nova Russas/CE	30.699	100%
Manuel Balbino	37.181.000	Caririaçu/CE	26.320	100%
Cocorobó	245.376.000 m³	Canudos/BA	16.105	100%
Barragem Pai Mané	2.116.000 m³	Cacimbinhas/AL	10.482	96,25%

Ressalta-se que dessas oito barragens, quatro contam com recursos do Novo PAC (Quixeramobim, Forquilha, Cocorobó e Pai Mané).

Além dessas barragens concluídas, encontram-se em execução as obras de recuperação das Barragens Tucunduba/CE (97% de execução), Flores/MA (4,80%) e Passagem das Traíras/RN (48,65%). Referente à barragem Passagem das Traíras, a qual é pertencente ao Governo do Rio Grande do Norte, este Departamento realiza os serviços de execução, em virtude de sua expertise.

Além disso, o DNOCS, em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), vem desenvolvendo ações para modernização de barragens visando atendimento das vazões previstas no PISF, também com recursos do Novo PAC.

Em 2025, em continuidade dessa parceria, foram realizadas as obras de recuperação e modernização de 08 Barragens nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e no Rio Grande do Norte, com previsão de conclusão nos próximos exercícios.

Das modernizações de barragens iniciadas nos anos anteriores, foram concluídas as obras das Barragens Quixabinha e Prazeres, no estado do Ceará, respectivamente.

Além disso, foi concluída a licitação para recuperação da Barragem Angicos, no estado do Rio Grande do Norte, cujas obras estão previstas para terem início no começo do ano de 2026.

Obra	Volume/ Área/ Extensão Previsto	Municípios a serem beneficiados	População beneficiada prevista	Avanço físico (dez/2025)
Barragem Quixabinha	31.000.000 m³	Mauriti/CE	45.500	100%
Barragem Prazeres	32.500.000 m³	Barro/CE	22.758	100%
Barragem Entremontes	339.334.000 m³	Parnamirim/PE	18.612	53,45%
Barragem São José II	1.311.540 m³	Monteiro/PB	32.277	20,59%
Barragem Orós	2.100.000.000 m³	Orós/CE, Jaguaribe/CE e Quixelô/CE	69.311	84,67%
Barragem Chapéu	188.000.000m³	Parnamirim/PE	18.612	32,39%
Barragem Pau dos Ferros	55.902.000m³	Pau dos Ferros/RN	30.479	67,63%
Lagoa do Arroz	80.221.000m³	Cajazeiras/PB	63.239	22,84%

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Lei 12.334/2010 que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens-PNSB, tem entre seus objetivos: garantir a observância de padrões de segurança de barragens, de maneira a fomentar a prevenção e a reduzir a possibilidade de acidente ou desastre e suas consequências e promover o monitoramento e o acompanhamento das ações de segurança empregadas pelos responsáveis por barragens.

As principais atividades realizadas pelo DNOCS, nessa área, referem-se a execução de obras para recuperação das infraestruturas das barragens, e a realização de inspeções periódicas para avaliação da situação dos barramentos, realizadas segundo as orientações definidas pela Agência Nacional de Águas (ANA), onde as anomalias encontradas são constatadas, registradas, quantificadas e qualificadas.

O DNOCS é o empreendedor com 327 (trezentos e vinte sete) barragens no Nordeste, possuindo capacidade total de reservação de 36.122.852.852 m³, beneficiando uma população estimada de 17.302.427 pessoas.



Sob a jurisdição das nove Coordenadorias Estaduais (CESTs), foram informadas a previsão de 249 barragens para inspeção no exercício de 2025. Desse total, foram realizadas 116 inspeções.

Esse cenário, deve-se à significativa redução do quadro de funcionários do DNOCS, que vem enfrentando dificuldades para a realização da integralidade das inspeções de suas barragens. Para isso vem buscando parcerias junto à Universidades para realização dessa atividade.

O quadro a seguir apresenta resumo sobre a situação das inspeções realizadas no ano de 2025.

ESTADO	Nº BARRAGEM PREVISTAS	Nº BARRAGENS INSPECIONADAS 2025
AL	22	21
BA	34	21
CE	66	21
MG	4	4
PB	14	11
PE	38	11
PI	16	3
RN	44	24
SE	11	0
TOTAL	249	116

Outra atividade relacionada à segurança de Barragens que o DNOCS tem buscado ampliar refere-se à elaboração de Planos de Segurança (PSB) e de Ação Emergencial das Barragens (PAE).

Foi concluída a elaboração de PSBs e PAEs das seguintes Barragens:

Barragem	Localização	Volume do Reservatório (m³)	UF	Ano de Construção
Itans	Caicó	81.750.000	RN	1935
Sabugi	Sabugi	65.335.000	RN	1965
Gargalheiras	Acarí	40.000.000	RN	1959
Japi II	São José do Campestre	20.649.000	RN	1965
Santa Inês	Santa Inês	26.115.000	PB	1985
Santa Luzia	Santa Luzia do Sabugi	11.960.000	PB	1933
São Mamede	São Mamede	15.791.000	PB	1969
Curimataú	Cuité	5.989.000	PB	1958
Escondido	Belém do Brejo do Cruz	16.579.000	PB	1956

MONITORAMENTO DE RESERVATÓRIOS

O monitoramento dos reservatórios é utilizado como base para as ações de segurança e disponibilidade de água ao longo da região semiárida.

Os Boletins de Recursos Hídricos estão disponíveis em: <https://url.mutua.com.br/78pq>

É importante ressaltar que as atividades relacionadas a essa área têm sido significativamente impactadas pela redução do quadro de pessoal da Autarquia, o que tem dificultado a obtenção das informações de monitoramento com a frequência ideal. Diante dessa limitação, a atualização dos dados tem sido realizada com o apoio de informações disponibilizadas pelos sistemas estaduais de recursos hídricos, acessadas por meio de plataformas públicas na internet. Destaca-se, ainda, a colaboração dos servidores lotados em localidades próximas aos reservatórios, que têm contribuído para o acompanhamento e a coleta de informações, subsidiando as análises realizadas por este órgão.

Assim, de um total de 320 reservatórios monitorados, apresentamos a seguir o quadro geral sobre a atualização das informações de monitoramento.

MÊS	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25
Nº DE RESERVATÓRIOS ATUALIZADOS	181	152	123	95	122	125	139	213	164	221	249	253
% DE ATUALIZAÇÃO	56,56	47,5	38,43	29,68	38,12	39,06	43,43	66,56	51,25	69,06	77,81	79,06

INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Além da execução direta da implantação de infraestruturas hídricas, o DNOCS também promove parcerias com outros entes públicos, visando a realização dessa ação, por meio da celebração de convênios.

Ao fim de 2024, estavam vigentes os seguintes convênios celebrados com esta Autarquia:

	CONVÊNIO	CONVENENTE	OBJETO
1	882637/2019	Croatá/CE	Estrada Vicinal no Município de Croatá-CE
2	882636/2019	Cariús/CE	Pavimentação em Pedra Tosca no Município de Cariús/CE
3	914378/2021	Brejo Santo/CE	Pavimentação em Pedra Tosca na Zona Rural do Município de Brejo Santo/CE.
4	843483/2017	Riacho de Santana/RN	Estradas Vicinais no Município de Riacho de Santana/RN
5	783731/2013	Águas Belas/PE	Implantação de Barragens e Açudes no Município de Águas Belas, nos Sítios: Ameixa, Engenho Velho, Garanhunzinho. Garcia, Nambi, Riachão e Timbaúba.

Uma parceria existente com o MIDR refere-se ao Programa Água Para Todos que tem como objetivo a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano, visando o pleno desenvolvimento humano e a segurança alimentar e nutricional de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Encontram-se vigentes 84 Termos de Compromisso pactuados com Prefeituras Municipais, distribuídas entre os estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, e Sergipe, prevendo a implantação de 223 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, em comunidades rurais, detalhadas abaixo:

ESTADO	Nº DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS	Nº DE TERMOS DE COMPROMISSOS
BA	48	16
CE	64	16
MG	9	3
PB	81	42
SE	21	7
TOTAL	223	84

No entanto, é importante ressaltar que a continuidade das ações previstas tem enfrentado entrave orçamentário, o que tem impedido a sua conclusão.

Outra forma de parceria para a realização de atividades do DNOCS ocorre por meio da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TEDs).

Os TEDs, atualmente, são regulamentados pelo Decreto Nº 10.426/2020, que o define como instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades.

A seguir, apresentamos um quadro resumido dos TEDs vigentes ao final do ano de 2025:

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2025	976637/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da perfuração e instalação de poços no Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.
	978713/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da execução de serviço de pavimentação no Estado da Ceará.
	985440/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da aquisição de equipamentos no Estado do Ceará.
	985769/2025	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos e materiais para instalação de poços, no Estado de Minas Gerais.
	985439/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da aquisição de máquinas e equipamentos no Estado do Ceará.
	985179/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da aquisição de máquinas e equipamentos no Estado de Sergipe.
	986702/2025	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos e perfuração e instalação de poços, no Estado de Sergipe.
	986706/2025	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de reservatórios para armazenamento de água, no Estado de Minas Gerais.
	986229/2025	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos e perfuração e instalação de poços, no Estado da Paraíba.
	985178/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da aquisição de equipamentos no Estado de Minas Gerais.
	987730/2025	Apoio à infraestrutura produtiva, através da implantação de sistema de abastecimento de água e sistema fotovoltaico off grid para bombeamento, no Estado do Piauí.
	988577/2025	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos e sistema de abastecimento e armazenamento de água, no Estado de Minas Gerais.
	987729/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da aquisição de equipamentos no Estado do Ceará.
	987731/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da perfuração de poços no Estado de Minas Gerais.
	989734/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da perfuração e instalação de poços no Estado do Rio Grande do Norte.
	989027/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da perfuração e instalação de poços no Estado do Ceará.
	990951/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da aquisição de equipamentos no Estado de Minas Gerais.
	991724/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da execução de serviço de pavimentação no Estado da Paraíba.
	991541/2025	Apoio à infraestrutura produtiva através da implantação de sistema de abastecimento de água no Estado do Piauí.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2024	958416/2024	Apoio à infraestrutura produtiva através da execução de serviço de pavimentação, no Estado da Bahia.
	958627/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos, no Estado da Bahia.
	958628/2024	Apoio à infraestrutura produtiva através da execução de serviço de pavimentação, no Estado de Sergipe.
	958630/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos e perfuração e instalação de poços, no Estado da Bahia.
	959529/2024	Apoio à infraestrutura produtiva através da execução de serviço de pavimentação, no Estado do Ceará.
	959530/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos, no Estado do Ceará.
	961763/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos, no Estado da Bahia.
	961852/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos, no Estado da Bahia.
	962282/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da perfuração e instalação de poços no Estado do Ceará.
	963051/2024	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de equipamentos, no Estado da Bahia.
2023	952393/2023	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva e aquisição de equipamentos, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo em diversos municípios dos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Sergipe.
	954109/2023	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva e aquisição de equipamentos, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo no Estado da Paraíba.
	954873/2023	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo no Estado da Bahia.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2022	930194/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: serviços de pavimentações em intertravado, para atendimento à demanda de vários municípios do estado do Rio Grande do Norte.
	930195/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: serviços de pavimentação asfáltica, em diversos municípios do estado do Rio Grande do Norte.
	930943/2022	Contratação de obras, serviços e aquisição de bens visando a instalação de poços tubulares com sistema de abastecimento de água simplificado com rede de adução de até 1.000 metros, inclusive os com finalidade de doação nos termos da legislação vigente, em diversos municípios da circunscrição da CEST/PI.
	934177/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, compreendendo: serviços de pavimentações, para atendimento à demanda de vários municípios do estado de Alagoas.
	937785/2022	Obras de infraestrutura – Serviços de pavimentação para atender diversos municípios no Estado de Sergipe
	937795/2022	Aquisição de máquinas agrícolas com implementos, para atender diversos municípios no Estado de Sergipe.
	938233/2022	Realização de obras de infraestrutura hídrica (perfuração/instalação de poços cristalinos com energia fotovoltaica), para atender municípios do Estado de Pernambuco.
	938237/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Juazeiro/BA.
	938238/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Ibiquera/BA.
	938239/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Sobradinho/BA.
	938372/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Serra do Ramalho/BA.
	938367/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Sobradinho/BA.
	938535/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de São Miguel das Matas/BA.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2022	938536/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Juazeiro/BA.
	938541/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Itamaraju/BA.
	938538/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Curaçá/BA.
	938370/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Santa Rita de Cassia/BA
	938539/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a marcação/perfuração/instalação de poços artesianos na região do município de Boa Vista do Tupim/BA
	938857/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a perfuração/instalação de poços artesianos e a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades agropecuárias nos seguintes municípios do Estado da Bahia: Juazeiro; Itamaraju; Serra do Ramalho; Água Fria; Santa Rita de Cássia; São Miguel das Matas; Boa Vista do Tupim.
	939438/2022	Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo em diversos municípios do estado do Ceará.
2021	014/2021	Obras de infraestrutura para construções de Passagens molhada, pavimentações e instalações e perfurações de poços em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Norte-RN.
	18/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	20/2021	Aquisição de 2 (duas) perfuratrizes e instalação de poços com energia fotovoltaica.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2021	26/2021	Obras de Infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios do estado da Bahia.
	27/2021	Aquisição de máquinas perfuratrizes, caixas d’água, tubos e equipamentos, bem como contratação de obras, serviços e compra de bens, visando a instalação de poços tubulares com sistema de abastecimento de água simplificado com rede de adução de até 1.000 metros em diversos municípios da circunscrição da CEST/PI.
	30/2021	Poços Artesianos e Estradas Vicinais
	43/2021	Contratação de obras, serviços e aquisição de bens, incluindo bombas, caixas d’água, tubos e equipamentos visando a instalação de poços tubulares com sistema de abastecimento de água simplificado com rede de adução de até 1.000 metros, inclusive os com finalidade de doação nos termos da legislação vigente, em diversos municípios da circunscrição da CEST/PI.
	45/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios no estado da Bahia.
	46/2021	Obras de Infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios no estado da Bahia.
	47/2021	Obras de Infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios no estado da Bahia.
	50/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios no estado da Bahia.
	51/2021	Apoio à infraestrutura produtiva, através da aquisição de materiais, equipamentos, máquinas e contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios no estado da Bahia.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2021	52/2021	Obras de infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura hídrica e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias de escoamento do sistema produtivo e o fomento a atividades de piscicultura e pesca em diversos municípios no estado da Bahia.
	57/2021	Obras de infraestrutura – Apoio à infraestrutura produtiva, através da contratação de obras e serviços de engenharia destinados ao apoio e fortalecimento da infraestrutura viária e produtiva, compreendendo inclusive a execução de obras e serviços destinados a recuperação de vias públicas urbanas e rurais de escoamento do sistema produtivo em municípios no estado da Bahia.
	59/2021	Obras de infraestrutura para a construção de passagens molhadas, para beneficiar municípios no estado do Ceará.
	60/2021	Aquisição de máquina agrícola e perfuração e instalação de poços, para atender municípios no estado do Ceará.
	61/2021	Perfuração e instalação de poços, para atender municípios no estado do Rio Grande do Norte.
	64/2021	Obras de infraestrutura – Serviços de pavimentação no Município de General Maynard, no estado de Sergipe.
	76/2021	Obras de infraestrutura – Serviços de pavimentação para atender diversos municípios no estado de Sergipe.
	77/2021	Aquisição de máquinas/equipamentos para atender os Municípios do Estado de Minas Gerais.
2020	30/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	40/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	73/2020	Obras de infraestrutura (estradas vicinais, perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	92/2020	Aquisição de máquinas e implementos, perfuração e instalação de poços e aquisição de materiais para redes de distribuição de água.
	94/2020	Obras de infraestrutura hídrica – Aquisição de tubulações e componentes para equipamentos de poços tubulares.
	113/2020	Aquisição de máquinas e implementos, perfuração e instalação de poços e aquisição de materiais para redes de distribuição de água.
	136/2020	Obras de infraestrutura – Pavimentação asfáltica com CBUQ, para atender os Municípios do Estado de Sergipe.
	168/2020	Perfuração e instalação de poços e aquisição de equipamentos
	171/2020	Recuperação de manta asfáltica.
	177/2020	Aquisição de reservatórios de polietileno.
	178/2020	Recuperação de manta asfáltica.
	179/2020	Aquisição de reservatórios e requalificação asfáltica.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2020	182/2020	Aquisição de máquinas e implementos, perfuração e instalação de poços, aquisição de materiais para redes de distribuição de água.
	184/2020	Aquisição de equipamentos e perfuração e instalação de poços (sistema simplificado).
	189/2020	Obras de infraestrutura – Perfuração e instalação de poços artesianos para os Municípios do Ceará.
	192/2020	Apoio Administrativo, 54 poços profundos e 7 tratores com implemento agrícola.
	207/2020	Aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil, execução de serviços de recapeamento asfáltico e revestimento primário.
	210/2020	Aquisição de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em reservatórios de polietileno de 500 litros, 1.000 litros e 5.000 litros; Aquisição de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em equipamentos agrícolas e de construção civil. Realização de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ. Execução de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em serviços de perfuração e instalação de poços artesianos.
	211/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender diversos municípios no estado da Bahia.
	218/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, perfuração e instalação de poços artesianos, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender municípios no estado da Bahia.
	219/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender municípios no estado da Bahia.
	220/2020	Realização de serviços em revestimento primário e requalificação asfáltica para atender municípios no estado da Bahia.
	221/2020	Realização de serviços em revestimento primário e requalificação asfáltica para atender municípios no estado da Bahia.
	229/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, perfuração e instalação de poços artesianos, aquisição de equipamentos agrícolas e construção civil e revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ para atender municípios no estado da Bahia.
	232/2020	Realização de aquisição de reservatórios de polietileno, aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil e serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica para atender municípios no estado da Bahia.
	242/2020	Realização de serviços de recuperação de manta asfáltica para atender diversos municípios no estado da Bahia.
	248/2020	Realização de serviços de recuperação de manta asfáltica e revestimento primário em diversos municípios no estado da Bahia.
	249/2020	Realização de serviços de recuperação de manta asfáltica e revestimento primário em diversos municípios no estado da Bahia.
	250/2020	Realização em serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica em TSD e CBUQ e perfuração e instalação de poços para atender municípios no estado da Bahia.

MIDR – SDR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2020	251/2020	Aquisição de equipamentos agrícolas e de construção civil, realização de serviços de revestimento primário e requalificação asfáltica e perfuração e instalação de poços para atender Municípios no estado da Bahia.
	252/2020	Obras de infraestrutura para recuperação de estradas vicinais para atender municípios no estado de Sergipe.
	253/2020	Obras de infraestrutura para recuperação de estradas vicinais.
	266/2020	Estradas vicinais, pavimentação, aquisição de equipamentos com implementos.
2019	042/2019	Apoio a projeto de desenvolvimento sustentável local, nos municípios do estado de Minas Gerais.
	078/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços), aquisição de tubos e reservatórios de água e aquisição de equipamentos.
	090/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços) e aquisição de tratores.
	093/2019	Perfuração e instalação de poços (Sistema Simplificado) no estado do Rio Grande do Norte.
	113/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços), aquisição de equipamentos e materiais hídricos.
	127/2019	Obras de infraestrutura (perfuração/instalação de poços) e a limpeza de barragens.
	130/2019	Aquisição de máquinas e equipamentos.
	131/2019	Crédito orçamentário e financeiro para aquisição de máquinas e implementos.
	184/2019	Crédito orçamentário e financeiro para aquisição de tubos, caixas d'água, máquinas e equipamentos.
MCID – SEMOB		
	NÚMERO	OBJETO
	939985/2022	Implantação e qualificação de infraestrutura viária para fomentar deslocamento de pessoas e cargas em diversos municípios no estado da Bahia.
	MIDR – SNSH	
	NÚMERO	OBJETO
	15/2020	Execução dos Serviços de Recuperação do Talude de Jusante da Barragem Passagem das Traíras.
	03/2022 e 932346/2022	Perfuração e instalação de poços, para atender municípios no estado do Rio Grande do Norte.
	MDA – INCRA	
ANO	NÚMERO	OBJETO
2025	991658/2025	Perfuração de poços artesianos e instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água em assentamentos da reforma agrária.
	MIDR – SNSH	
ANO	NÚMERO	OBJETO
2020	15/2020	Execução dos Serviços de Recuperação do Talude de Jusante da Barragem Passagem das Traíras.
2022	03/2022 e 932346/2022	Perfuração e instalação de poços, para atender municípios no estado do Rio Grande do Norte.

MIDR – SNSH		
ANO	NÚMERO	OBJETO
	945983/2023	Recuperar e modernizar o açude público Orós, no estado do Ceará, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, em conformidade com o projeto elaborado através do TED 03/2013-MI.
	945936/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Chapéu, no estado de Pernambuco, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	945982/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Entremontes, no estado de Pernambuco, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	945937/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Prazeres, no estado do Ceará, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	944556/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público São José, no estado da Paraíba, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	946278/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Acauã, no estado da Paraíba, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	945938/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Lagoa do Arroz, no estado da Paraíba, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	945935/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	945984/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Santa Cruz do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	945981/2023	Recuperar e Modernizar o Açude Público Angicos, no estado do Rio Grande do Norte, que compõe o sistema do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.
	948862/2023	Fornecimento e Montagem dos Equipamentos Hidromecânicos para a Barragem Passagem das Traíras, no estado do Rio Grande do Norte.
	963060/2024	Contratação dos Serviços de Elaboração dos Planos de Segurança das Barragens (PSB) Cocorobó e Tremedal no estado da Bahia.
	969351/2024	Apoio as ações de revitalização e modernização do Projeto Público de Irrigação São Gonçalo, localizado no Município de Sousa, no estado da Paraíba.
	980061/2025	Elaboração de Projeto Executivo para construção de nova adutora para o Projeto Público de Irrigação Jaguaribe Apodi.

DNOCS DESCENTRALIZADOR		
ANO	NÚMERO	OBJETO
2021	01/2021	Realizar pesquisas e estudos necessários para implantação da Barragem Alívio, no município de Lajes-RN, visando a melhoria da segurança hídrica da população local e consequente desenvolvimento social e econômico.
	01/2024 957843/2024	Realização de inspeções regulares nas barragens do DNOCS no estado do Rio Grande do Norte.
2024	02/2024 969220/2024	Levantamento de dados e mapeamento em ambiente de SIG de área pertencente ao DNOCS, em torno da Barragem Santo Antônio para fins de cadastro técnico multifinalitário.
	03/2024 971268/2024	Realização de inspeções regulares referentes ao exercício do ano de 2024 nas barragens do DNOCS em Pernambuco.

PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS

O DNOCS promove o abastecimento hídrico de populações difusas, principalmente por intermédio da atividade de perfuração e instalação de poços.

Cada poço público profundo construído e/ou recuperado deverá atender a uma localidade com, no mínimo, 05 (cinco) famílias. No caso de isolamento extremo da comunidade a ser beneficiada, reconhecida a limitação de acesso a água, fica a critério técnico do DNOCS aprovar a construção e/ou recuperação do poço público profundo, mesmo que ela não possua o quantitativo mínimo estabelecido.

Segundo informações fornecidas pelas Coordenadorias Estaduais deste Departamento, no ano de 2025 foram perfurados 1.030 poços profundos, distribuídos da seguinte forma:

ESTADO	POÇOS PERFURADOS	ESTADO	POÇOS PERFURADOS
AL	47	PB	737
BA	17	RN	85
CE	83	SE	47
MG	14		



TOTAL: 1.030

Após a perfuração dos poços, ocorre a instalação destes, com a execução de serviços de revestimento do poço, instalação do sistema de bombeamento e de sistema elétrico para funcionamento desse bombeamento, se necessário.

Dessa forma, foram instalados 563 poços, beneficiando uma população estimada em mais de 34 mil pessoas.

COORDENADORIA	POÇOS INSTALADOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA
AL	1	12
BA	35	6.132
CE	100	5.624
MG	46	760
PB	272	15.380
PE	34	1.596
RN	37	2.300
SE	38	2.692
Total	563	34.496

EQUIPAMENTOS

Além das ações referentes à infraestrutura hídrica e abastecimento de água, o DNOCS tem apoiado as comunidades na sua área de atuação por meio de aquisição e distribuição de equipamentos visando fomentar as atividades produtivas da região.

Esse fomento tem como foco os pequenos produtores rurais e visa promover projetos que venham melhorar as condições de trabalho para esse produtor rural, contribuindo, consequentemente, com o aumento da produção e da qualidade de vida da população beneficiada.

No tocante a distribuição, foram entregues 278 equipamentos, beneficiando uma população estimada de mais de 285 mil famílias, conforme imagem a seguir:



08 CAMINHÕES

46 CARRETAS

03 MOTONIVELADORAS

14 ROÇADEIRAS
HIDRÁULICAS

10 CAMINHÕES
PIPA

86 GRADES
ARADORAS

06 ENSILADEIRAS

09 COLMEIAS
APICOLAS

18 PLANTADEIRAS

49 TRATORES

38 RETROESCA-
VADEIRAS



287 EQUIPAMENTOS
DISTRIBUÍDOS EM 2025



285 MIL
FAMÍLIAS BENEFICIADAS

OUTRAS INTERVENÇÕES

Com os recursos provenientes das parcerias com outros órgãos, ou com recursos alocados no seu orçamento para tal fim, foram realizadas atividades visando facilitar o acesso às comunidades difusas, facilitando o escoamento da produção agrícola dos pequenos produtores locais dessas regiões.

Foram executados de serviços de pavimentação de 4.684.345,35m² em Tratamento Superficial Duplo (TSD), Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ), em Blocos de Concreto Intertravado e recuperação de estradas vicinais, que beneficiaram uma população estimada em cerca de 1.326.840 (um milhão trezentos e vinte seis mil e oitocentos e quarenta) pessoas.

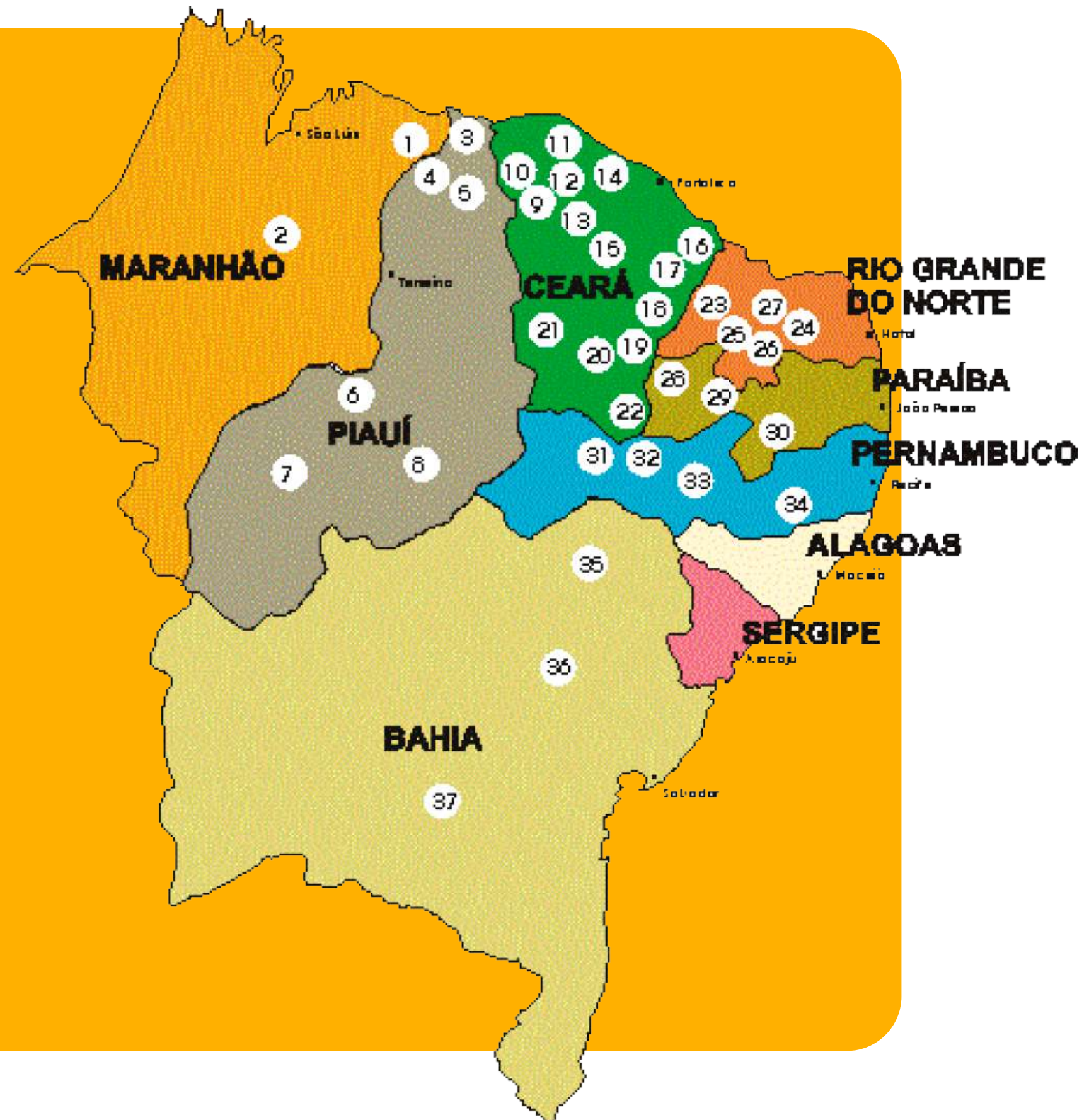


GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

O DNOCS possui a missão de combater as secas no semiárido, tendo sido responsável por uma série de intervenções voltadas para o controle e utilização eficiente dos recursos hídricos, com o objetivo de melhorar as condições de vida das populações nordestinas. Ao longo dos seus 116 anos de atividades, o DNOCS implantou e é responsável pela gestão operacional de 37 (Trinta e sete) Projetos Públicos de Irrigação, os quais contribuíram para transformar áreas áridas e semiáridas do Nordeste Brasileiro em regiões agrícolas produtivas. Esses projetos encontram-se distribuídos em 7 (sete) estados da região, tendo uma abrangência de aproximadamente 124 mil hectares de áreas irrigáveis.

CAMPOS DE ATUAÇÃO DO DNOCS

- | | |
|------------------------------------|---------------------------|
| 1 - Tabuleiros de São Bernardo | 20 - Icó-Lima Campos |
| 2 - Várzea do Flores | 21 - Várzea do Boi |
| 3 - Tabuleiros Litorâneos do Piauí | 22 - Quixabinha |
| 4 - Lagoas do Piauí | 23 - Pau dos Ferros |
| 5 - Caldeirão | 24 - Cruzeta |
| 6 - Platôs de Guadalupe | 25 - Sabugi |
| 7 - Gurguéia | 26 - Itans |
| 8 - Fidalgo | 27 - Baixo Açu |
| 9 - Araras Norte | 28 - São Gonçalo |
| 10 - Ayres de Sousa | 29 - Custódia |
| 11 - Baixo Acaraú | 30 - Sumé |
| 12 - Forquilha | 31 - Engenheiro Arcoverde |
| 13 - Curu-Pentecoste | 32 - Moxotó |
| 14 - Curu-Paraipaba | 33 - Cachoeira II |
| 15 - Morada Nova | 34 - Boa Vista |
| 16 - Jaguaruana | 35 - Vaza Barris |
| 17 - Tabuleiros de Russas | 36 - Jacurici |
| 18 - Jaguaribe-Apodi | 37 - Brumado |
| 19 - Ema | |



Essas ações envolveram a construção de barragens, açudes, canais, estações de bombeamento e outros sistemas de infraestrutura hídrica, todos projetados para possibilitar o fornecimento de água para a agricultura durante períodos secos. A irrigação é uma técnica que, ao possibilitar o controle da quantidade e frequência da água, permite uma produção agrícola constante e sem interrupções, independentemente das variações climáticas.

A técnica de irrigação desempenhou um papel crucial nos projetos de desenvolvimento hidroagrícola implantados no Nordeste do Brasil, especialmente nos projetos públicos de irrigação coordenados pelo DNOCS. A região Nordeste, historicamente marcada por longos períodos de estiagem, sempre enfrentou desafios imensos relacionados à escassez de água, dificultando sobremaneira, o desenvolvimento de atividades agrícolas sustentáveis, comprometendo a segurança alimentar e a economia local. Nesse contexto, as soluções de irrigação e os projetos de infraestrutura hídrica desempenharam um papel fundamental mediante a mitigação dos impactos das secas e a promoção do crescimento econômico da região.

Sobre a importância da irrigação nos Projetos Públicos de Irrigação no Nordeste, pode-se destacar:

Segurança alimentar e redução da dependência climática

O fornecimento contínuo de água para as lavouras foi fundamental para garantir a produção agrícola, mesmo durante os períodos de seca prolongada. A irrigação contribuiu para que culturas de grande importância para a região, como o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, a soja e os produtos hortícolas, pudessem ser cultivados durante todo o ano. Isso reduziu a dependência da chuva e ofereceu uma alternativa sustentável à agricultura tradicional, mais suscetível às variações climáticas.

Diversificação da produção agrícola

A implementação de sistemas de irrigação proporcionou aos agricultores, a oportunidade de diversificar suas lavouras, o que não era possível devido à imprevisibilidade das estações chuvosas. A introdução de novas culturas e a intensificação da produção agrícola contribuíram para o aumento da produtividade nas áreas irrigadas, beneficiando a economia regional e criando novas oportunidades de emprego e renda.

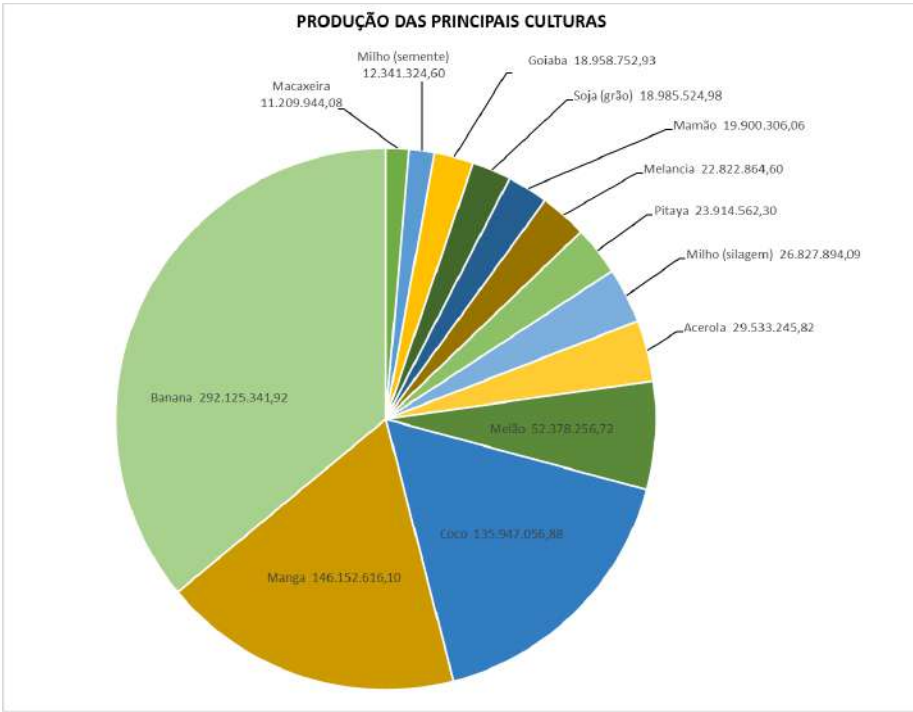
Desenvolvimento econômico regional

Os projetos de irrigação também impactaram diretamente na economia local e regional. Com o aumento da produção agrícola, novas cadeias produtivas surgiram, como, o beneficiamento de alimentos, a indústria de alimentos processados e a comercialização local e nacional de produtos. A irrigação permitiu que pequenos e médios agricultores se estabelecessem como produtores constantes, garantindo uma oferta contínua de produtos agrícolas para o mercado consumidor.

Estabilização de renda e qualidade de vida

A irrigação trouxe benefícios não apenas para os produtores, mas também para as comunidades envolvidas nos projetos de irrigação. Ao possibilitar a produção durante todo o ano, os agricultores e suas famílias experimentaram uma maior estabilidade econômica e social. Além disso, os projetos de irrigação também desenvolveram a construção de infraestrutura associada, como estradas, postos de saúde, escolas e moradia, melhorando a qualidade de vida das famílias das áreas irrigadas.

Nesse contexto, o DNOCS se destaca pela produção diversificada em seus Projetos Públicos de Irrigação, pela quantidade de produtos explorados e pelas produções crescentes ao longo dos anos, conforme demonstrado no gráfico abaixo, onde é possível visualizar o Valor Bruto de Produção das principais culturas mais cultivadas.



Aproveitamento hidroagrícola

Por meio do monitoramento dos Indicadores Técnicos de Performance de cada Projeto Público de Irrigação-PPI, o DNOCS promove a avaliação do desempenho técnico desses empreendimentos. O planejamento das atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano em um projeto de irrigação é fundamental para o sucesso da gestão e da execução de todas as ações propostas.

A Tabela a seguir, destaca os Indicadores Técnicos de Performance dos O6 (seis) PPIs com Contratos de Cessão celebrados e vigentes com o DNOCS, referentes ao exercício laboral de 2025.

Ressalta-se, que de acordo com o Banco Mundial, esses indicadores de performance são definidos como sendo as "medidas dos recursos alocados, impactos, produtos e resultados de um projeto", que devem ser monitorados durante as diversas fases do empreendimento, a fim de avaliar seu progresso em relação aos objetivos definidos.

	ÍNDICES TÉCNICOS DE PERFORMANCE DOS PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO - EXERCÍCIO 2025													
	Associação do Distrito de Irrigação do BRUMADO – ADIB		Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi – FAPIJA		Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Araras Norte – DIPAN		Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Baixo Acaraú - DIBAU		Distrito de Irrigação Tabuleiros de Russas – DISTAR		Distrito de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí – DITALPI		MÉDIA	
	ANUAL		ANUAL		ANUAL		ANUAL		ANUAL		ANUAL		ANUAL	
1. Eficiência Operacional	Volume de Água Fornecido		33.429.240,00		67.276.476,11		9.377.782,00		74.477.020,00		66.892.602,55		16.638.012,00	
	Volume da Água Captado		25.261.596,00		91.004.678,00		12.503.711,00		75.722.568,00		68.500.463,27		15.512.204,00	
2. Autossuficiência Financeira	Receita Gerada pelo Distrito		1.751.256,50		2.708.161,04		2.630.520,82		9.474.071,48		5.446.509,61		792.981,81	
	Orçamento Operacional		1.501.063,80		3.020.267,28		2.613.569,97		8.725.384,08		5.625.740,40		505.662,73	
3. Inadimplência	Total de Tarifa K2 Emitida		2.018.088,00		2.345.536,92		2.461.177,77		9.163.025,33		5.894.687,64		2.813.074,36	
	Total de Tarifa K2 Recebida		1.751.256,50		2.708.161,04		2.630.520,82		9.474.071,48		5.387.718,98		2.579.123,21	
4. Rentabilidade da Área	Valor Bruto da Produção		157.506.415,00		244.522.463,42		44.240.042,65		263.045.945,45		162.658.169,98		36.633.309,83	
	Área Irrigável		4.274,00		5.539,00		1.606,50		7.424,00		10.525,00		2.538,00	
5. Uso do Solo	Área Cultivada		6.605,33		3.301,71		923,32		6.605,33		7.750,68		1.475,00	
	Área Irrigável		4.274,00		5.539,00		1.606,50		7.424,00		10.525,00		2.538,00	
6. Geração de Empregos Diretos	Número Empregos Gerados		7.055		2.500		1.209		6.523		3.379		538	
	Área Irrigável		4.274,00		5.539,00		1.606,50		7.424,00		10.525,00		2.538,00	
7. Rentabilidade da Água	Valor Bruto da Produção		157.506.415,00		244.522.463,42		44.240.042,65		263.045.945,45		162.658.169,98		36.633.309,83	
	Volume Água Fornecido		33.429.240,00		67.276.476,11		9.377.782,00		74.477.020,00		66.892.602,55		16.638.012,00	
8. Manutenção da Infraestrutura	Total das Despesas de Manutenção		612.511,52		972.006,61		1.146.363,42		8.481.957,10		3.240.901,43		459.548,98	
	Orçamento Operacional para Manutenção		878.660,53		172.872,37		1.236.561,56		8.725.384,08		2.508.323,76		505.626,53	

Fonte: Indicadores Técnicos de Performance dos Projetos Públicos de Irrigação

A análise detalhada e a mensuração dos resultados alcançados por cada um dos PPIs são elementos essenciais para orientar as futuras intervenções do DNOCS nos perímetros de irrigação sob sua gestão. Dessa forma, é possível verificar se os projetos estão cumprindo adequadamente suas funções econômicas e sociais, conforme os objetivos estabelecidos.

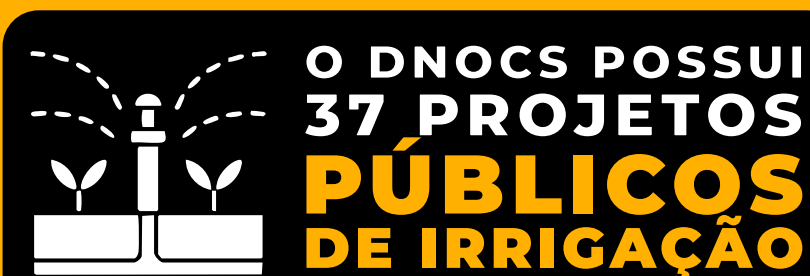
Apesar dos avanços significativos, o DNOCS e os projetos de irrigação enfrentam desafios contínuos em relação à gestão ainda mais eficiente dos recursos hídricos, a manutenção das infraestruturas de uso comum dos projetos e os graves impactos gerados pela implementação constante de novos regramentos ambientais.

Nos últimos anos, o DNOCS tem compartilhado novas tecnologias e estratégias para a atividade da agricultura irrigada, como a universalização do uso de técnicas de irrigação por gotejamento e microaspersão, visando economia substancial no volume de água requerido, bem como, novas tecnologias de medição e monitoramento mais efetivas e precisas do uso da água.

Oportuno afirmar que a adaptação das práticas de irrigação aos novos desafios climáticos e ambientais são premissas básicas para garantir a sustentabilidade dos projetos de irrigação no longo prazo.

Embora as ações implementadas tragam melhorias e benefícios econômico-sociais aos produtores irrigantes, diretamente envolvidos nos projetos públicos de irrigação, assim como às comunidades ao redor dos empreendimentos hidroagrícolas, é fundamental destacar que a dependência da garantia hídrica por meio de barramentos intermiten-

tes representa um grande desafio para a gestão hídrica dos 37 projetos de irrigação da Instituição.



Vale ressaltar que as demandas hídricas prioritárias, como a dessedentação humana e animal, devem ser atendidas antes da irrigação, o que implica barreiras relacionadas à disponibilidade de água para os perímetros irrigados. Nesse contexto, é imprescindível que sejam priorizadas a construção de novos projetos de armazenamento hídrico, com o objetivo de ampliar a capacidade atual de reservação e a garantia da continuidade das atividades de irrigação de forma sustentável.

FOMENTO À PRODUÇÃO AGRÍCOLA E AQUÍCOLA

O DNOCS possui, sob sua jurisdição, 37 Projetos Públicos de Irrigação espalhados pela maioria dos estados do Nordeste Brasileiro. Em sua maioria absoluta, são considerados projetos de cunho eminentemente sociais, finalidade essa, que foi determinante desde suas implantações nas três décadas passadas.



Perímetro Irrigado do Baixo-Acaraú



Perímetro Irrigado Araras Norte

Nas últimas décadas, foram projetados e implementados novos projetos mais voltados para agricultura de resultados econômicos mais expressivos, o que pode ser comprovado através dos seus Valores Bruto de Produção - VBP anuais. Nesse contexto, surgem os novos empreendimentos hidroagrícolas, como: Araras Norte, Baixo Acaraú, Brumado, Jaguaribe-Apodi, Tabuleiros Litorâneos do Piauí, Platôs de Guadalupe, Tabuleiros de São Bernardo e Tabuleiros de Russas.

Em busca de novas formas de atuação mais eficientes e eficazes, junto aos seus projetos de irrigação, o DNOCS iniciou a implementação da Gestão Compartilhada entre os Distritos de Irrigação. Essa parceria de Cogestão Administrativa tem alcançado excelentes resultados, através dos 06 (seis) contratos celebrados e vigentes, com os Distritos de Irrigação dos projetos Araras Norte, Baixo Acaraú, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas, no estado do Ceará; Brumado, no estado da Bahia, e Tabuleiros Litorâneos do Piauí, no estado do Piauí. Esses projetos públicos de irrigação vêm se destacando em termos de produção.



Atualmente, os agricultores adquirem maior autonomia nas decisões relativas à operação e à manutenção dos perímetros irrigados, fortalecendo sua capacidade de gestão, contribuindo para a sustentabilidade dos projetos.

Nessa parceria, o Governo Federal aporta parte dos recursos destinados ao custeio operacional dos projetos, geralmente em torno de 20%, garantindo uma gestão mais técnica, eficiente e com resultados promissores. Essa parceria de COGESTÃO tem propiciado resultados bem expressivos em seus Valores Brutos de Produção, conferindo um resultado de aproximadamente 908 milhões de reais em produção agrícola animal e vegetal, conforme delineado na **tabela 1**.

Além disso, no que se refere à população impactada direta ou indiretamente com os benefícios trazidos por esses projetos de irrigação, pode-se inferir que, pelos dados apresentados a seguir, mais de 127 mil pessoas foram beneficiadas, conforme demonstrado na **tabela 2**:

Tabela 1: Renda Bruta dos 6 Projetos Públicos de Irrigação do DNOCS

COORDENADORIA ESTADUAL	RENDA BRUTA VEGETAL E ANIMAL (R\$)		
	VEGETAL	ANIMAL	TOTAL
CEST - PI	18.163.980,95	18.469.328,88	36.633.309,83
TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ	18.163.980,95	18.469.328,88	36.633.309,83
CEST - CE	668.059.245,20	46.407.376,30	714.466.621,50
ARARAS-NORTE	44.240.042,65		44.240.042,65
BAIXO-ACARAÚ	256.799.862,45	6.246.083,00	263.045.945,45
JAGUARIBE-APODI	219.037.926,94	25.484.536,48	244.522.463,42
TABULEIROS DE RUSSAS	147.981.413,16	14.676.756,82	162.658.169,98
CEST - BA	157.506.415,00		157.506.415,00
BRUMADO	157.506.415,00		157.506.415,00
TOTAL	843.729.641,15	64.876.705,18	908.606.346,33

Fonte: Relatórios Agropecuários de 2025

Tabela 2: Potencial de Geração de Empregos

COORDENADORIA ESTADUAL	EMPREGOS DIRETOS	EMPREGOS INDIRETOS	POPULAÇÃO BENEFICIADA
CEST - PI	538	1.076	3.228
TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ	538	1.076	3.228
CEST - CE	13.611	49.988	81.666
ARARAS-NORTE	1.209	2.418	7.254
BAIXO-ACARAÚ	6.523	13.046	39.138
JAGUARIBE-APODI	2.500	5.000	15.000
TABULEIROS DE RUSSAS	3.379	6.758	20.274
CEST - BA	7.055	14.110	42.330
BRUMADO	7.055	14.110	42.330
TOTAL	21.204	42.408	127.224

Fonte: Indicadores Técnicos de Performance dos Projetos Públicos de Irrigação



DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA

Nas áreas da pesca e piscicultura continentais, destacam-se a produção de alevinos, a capacitação de produtores, povoamento e repovoamento de coleções de águas públicas e privadas, mantendo assim, a piscosidade das bacias hidráulicas de suas barragens, e a preservação da biodiversidade da Região Nordeste.

Como fruto das ações realizadas pelas 05 (cinco) Estações de Piscicultura e pelo Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho von Ihering, localizado em Pentecoste-CE, distribuiu-se nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí um total de 8.442.600 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil e seiscentos) de alevinos, conforme demonstrado na Tabela 1, beneficiando pescadores e suas famílias por meio do povoamento sistemático de 319 (trezentos e dezenove) barragens monitoradas pelo órgão em todo o semiárido nordestino, contemplando um total de 163 coleções d'água, conforme demonstrado nas figuras "1 e 2".



Figura 1 e 2 - Peixamento



Tabela 1 – Distribuição de Alevinos por Estação de Piscicultura

UNIDADES DE PISCICULTURA (U.F.)	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL
Estação Adhemar Braga (PI)	250.000	430.000	170.000	-	850.000
Estação Ruy Menezes (Castanhão) (CE)	900.000	-	-	-	900.000
Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho von Ihering (CE)	81.810	86.300	794.030	565.260	1.527.400
Estação Estevão de Oliveira (RN)	1.751.000	182.500	-	-	1.933.500
Estação Pau dos Ferros (RN)	1.100.000	260.000	610.000	1.150.000	3.120.000
Estação Gracho Cardoso (SE)	75.400	450	21.600	14.250	111.700
TOTAL	4.158.210	959.250	1.595.630	1.729.510	8.442.600

Em decorrência da disseminação de conhecimentos nas áreas de aquicultura e beneficiamento do pescado, abrangendo a escolha da espécie, o controle de qualidade da água, a economicidade das unidades de cultivo, o controle de doenças, a tecnologia de aproveitamento do pescado, dentre outras atividades, o Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho von Ihering em Pentecoste-CE, promoveu a capacitação de 594 (quinhentos e noventa e quatro) pessoas, contribuindo de forma significativa para o impulsionamento do setor da aquicultura no cenário do agronegócio.



Figura 3 e 4 – Capacitações realizadas no Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho Von Ihering.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E FUNDIÁRIA

Dentre as ações de regularização ambiental realizadas no exercício de 2025, pode-se destacar:



• Demarcação de áreas de Reserva Legal (RL): Focadas nos Perímetros Irrigados Baixo-Acaraú e Tabuleiro de Russas.



• Renovação de Licença Ambiental: Pedido iniciado para o Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi (Figura 1).



• Declarações emitidas no Sistema Nattur (Semace): Incluindo Relatórios de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental (RAMAs), Automonitoramento de Água e Relatórios de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (RGRSs) para diversos PPIs, como Araras Norte, Baixo-Acaraú, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas (Tabela 1).



• Retificação de 40 (quarenta) Cadastros Ambientais Rurais de imóveis pertencentes ao DNOCS, abrangendo os PPIs de Araras Norte, Baixo-Acaraú, Tabuleiros de Russas, Jaguaribe-Apodi, Morada Nova, Icó Lima-Campos, Jaguaruana, Forquilha, Gurgueia, Tabuleiros Litorâneos do Piauí, Platôs de Guadalupe, Açude Pompeu Sobrinho e Açude Fogareiro (Tabela 2).



• Monitoramento in loco: Ações realizadas nas áreas de Reserva Legal dos Perímetros Irrigados Morada Nova e Jaguaribe-Apodi (Figuras 2 e 3).

Tais ações visam a conformidade ambiental dos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) ao Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e buscam garantir que os produtores possam dar continuidade à produção, acessar financiamentos bancários e comercializar produtos, haja vista que, para tanto, é exigida a regularização dos imóveis rurais, mediante a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do licenciamento ambiental.

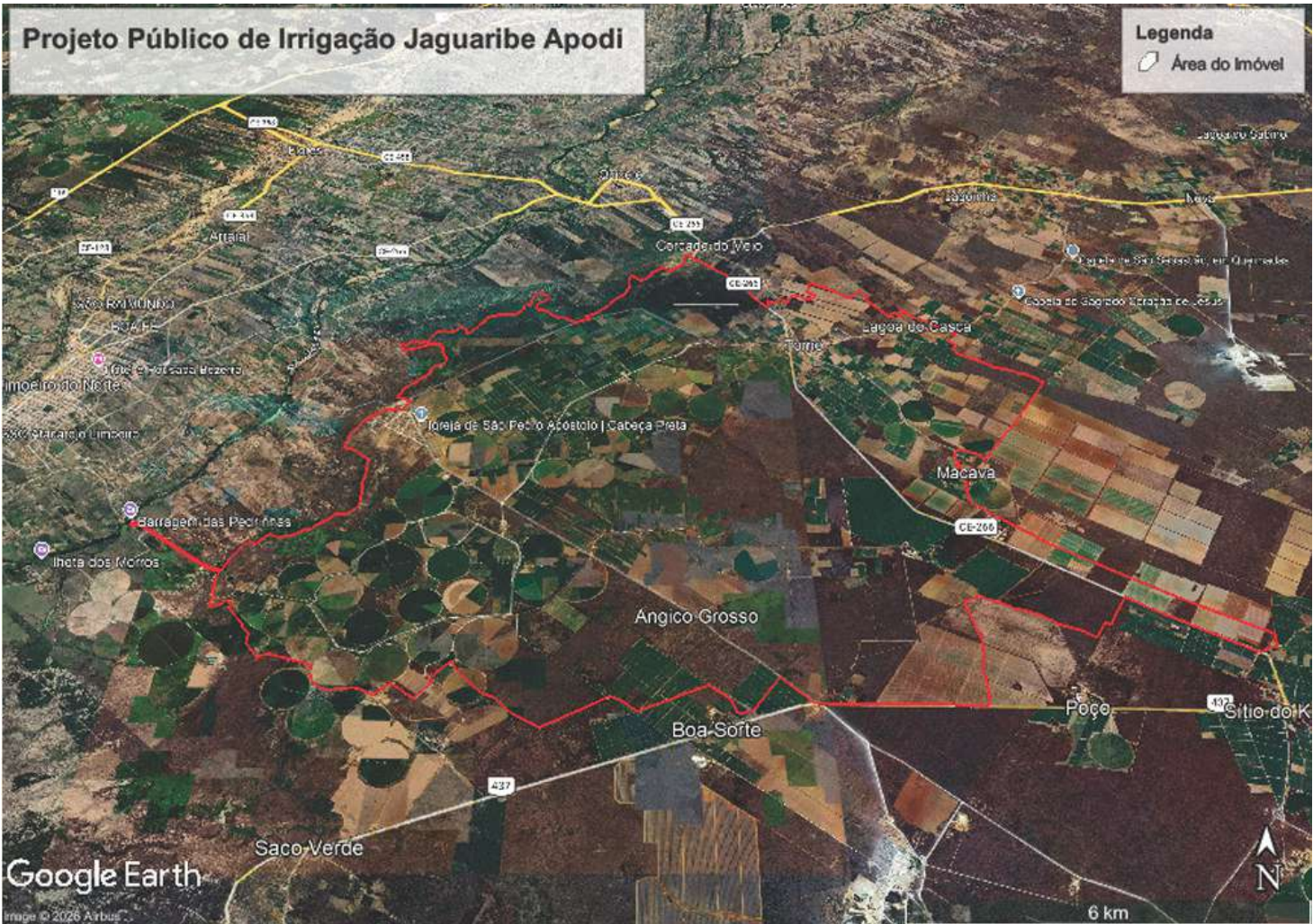


Figura 1 - Renovação de Licença Ambiental do Projeto Público de Irrigação Jaguaribe-Apodi

Tabela 1 – Atividades de Regularização Ambiental nos Projetos Públicos de Irrigação (PPI)	
PERÍMETRO IRRIGADO	Tipo de Processo
Araras Norte	Automonitoramento de Análise de Água
	Automonitoramento de Resíduos Sólidos (RGRS)
Baixo Acaraú	Automonitoramento de Análise de Água
	Automonitoramento de Resíduos Sólidos (RGRS)
Jaguaribe Apodi	Automonitoramento de Análise de Água
	Renovação de Licença e Instalação e Operação
	Cancelamento CAR
Tabuleiros de Russas	Automonitoramento de Resíduos Sólidos (RGRS)
	Automonitoramento de Análise de Água
	Reposição Florestal

Tabela 2 – Retificações de Cadastro Ambiental Rural por Trimestre				
Projetos Públicos de Irrigação	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Araras Norte	-	-	1	-
Baixo Acaraú	2	3	8	-
Tabuleiro de Russas	1	2	3	1
Jaguaribe Apodi	-	3	-	-
Morada Nova	1	3	-	-
Icó Lima campos	-	1	1	-
Açude Pompeu Sobrino		1		
PPI Gurgueia	1	-	-	-
PPI Tabuleiros Litorâneos	3	-	-	-
PPI Jaguaruana	-	-	1	-
PPI Forquilha	1	-	-	-
Açude Fogareiro	-	-	1	-
Platô de Guadalupe	2	-	-	-



Figura 1 e 3 - Figura 2 e 3 – Monitoramento in loco (desmatamento)

Consta na tabela abaixo, o número e o tipo das ações de regularização fundiária realizadas nos Projetos Públicos Irrigados do DNOCS pelas Coordenadorias Estaduais, no exercício de 2025, por estado.

AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REALIZADAS NOS PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO DE PROPRIEDADE DO DNOCS POR ESTADO			
ESTADO	Nº DEIRRIGANTES	EPCV E/OU CDRU	TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
CEARÁ	4.127	86	-
PIAUÍ	946	06	-
PARAÍBA	68	8	8
PERNAMBUCO	699	01	-
RIO GRANDE DO NORTE	162	92	-
BAHIA	1009	-	-

Fonte: Coordenadorias Estaduais: Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia
EPCV – Escritura Pública de Compra e Venda
CDRU – Contrato de Concessão de Direito Real de Uso

Ressalta-se que as ações desenvolvidas pelo Órgão nessa área de atuação, desempenham um papel relevante na promoção da inclusão social, uma vez que proporciona segurança da posse da terra para os irrigantes. Ao receber o reconhecimento formal de seus direitos, esses irrigantes se tornam titulares da propriedade, o que lhes permite ter acesso aos benefícios das políticas públicas proporcionadas pelo governo, além de abrir portas para financiamentos junto às instituições financeiras, proporcionando-lhes melhorias em suas condições de vida.

Além disso, a inclusão social não se resume em apenas no acesso à propriedade da terra, abrange também o empoderamento dos Distritos/Associação de Irrigantes e Cooperativas. Com a regularização de suas terras, os irrigantes passam a ter mais voz e participação nas decisões que afetam suas vidas, fortalecendo desta forma, a cidadania e a inclusão social. Esse processo é essencial para garantir que as políticas públicas atendam às reais necessidades dos irrigantes assentados nos projetos irrigados de propriedade desta Autarquia.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

A íntegra dos resultados dos indicadores pode ser acessada em:

<https://url.mutua.com.br/O8tD>



A 89,57%
RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Otimizar gestão orçamentária, financeira e de transferências

B 80,13%
RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Aprimorar a disponibilidade, a qualidade, a integridade e a segurança de informações e dados

C 96,87%
RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Fortalecer a governança institucional

D 100%
RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Otimizar os processos de trabalho / promover a cultura da gestão de riscos

100%
RESULTADO MÉDIO **E**

Objetivo: Transferir conhecimento e tecnologia na área de produção

75,03%
RESULTADO MÉDIO **F**

Objetivo: Promover o desenvolvimento da pesca, aquicultura e atividades afins

100%
RESULTADO MÉDIO **G**

Objetivo: Implantar sistemas simplificados de abastecimento / promover o desenvolvimento sustentável do semiárido

100%
RESULTADO MÉDIO **H**

Objetivo: Realizar aproveitamento hidroagrícola e aquícola / executar planos e projetos de irrigação

INDICADORES ESTRATÉGICOS

A íntegra dos resultados dos indicadores pode ser acessada em:

<https://url.mutua.com.br/O8tD>



Objetivo: Efetuar monitoramento hidrológico e segurança hidráulica dos reservatórios construídos



Objetivo: Efetuar a segurança de barragens



Objetivo: Assegurar infraestrutura tecnológica e suporte logístico



65,61%

RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Promover o desenvolvimento de competências e a valorização da força de trabalho

100%

RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Promover a transformação digital dos serviços e dados

100%

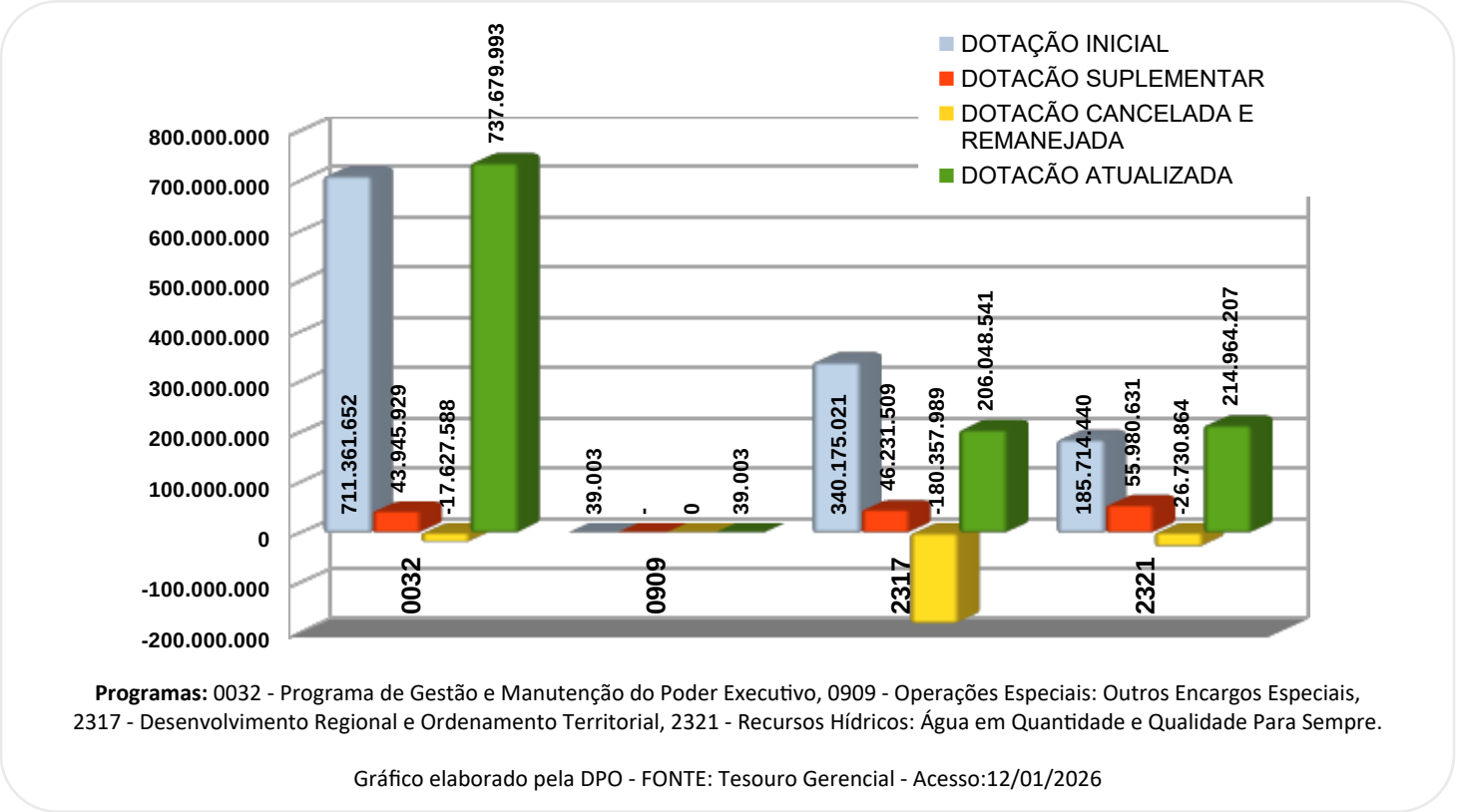
RESULTADO MÉDIO

Objetivo: Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios

Gestão orçamentária e financeira

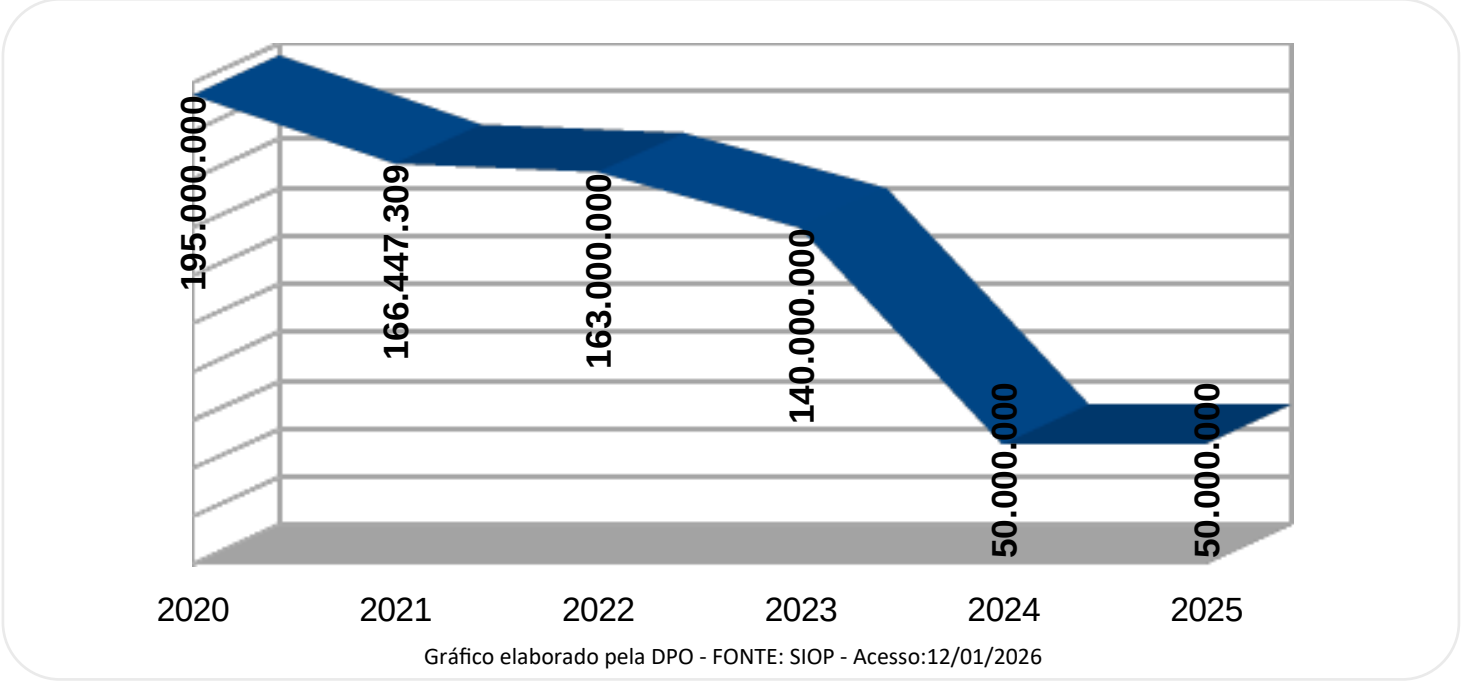
Questões políticas, como a votação da PEC do Corte de Gastos e a exigência de transparência nas emendas parlamentares pelo STF, provocaram atrasos na publicação da Lei nº 15.121, de 10 de abril de 2025 (LOA 2025). Em razão disso, a execução orçamentária nos quatro primeiros meses de 2025, conforme estabelecido na Lei nº 15.080/2024 (LDO 2025), ficou limitada a um doze avos do orçamento previsto no Projeto de Lei Orçamentária, na forma de duodécimos. Somente com a publicação do Decreto nº 12.448, de 30 de abril de 2025, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal, o DNOCS pôde normalizar sua execução orçamentária, ajustando-a às suas demandas institucionais.

Inicialmente, a LOA 2025 alocou para o DNOCS o montante de R\$ 1.237.290.116,00 (um bilhão, duzentos e trinta e sete milhões, duzentos e noventa mil, cento e dezesseis reais), valor que, após alterações ao longo do exercício devido a condições econômicas do país e pela redefinição de prioridades, no DNOCS, teve um decréscimo de 6,35%, findando o exercício com o valor de R\$ 1.158.731.744,00 (um bilhão, cento e cinquenta e oito milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e quarenta e quatro reais).



Além disso, o DNOCS enfrentou desafios significativos em 2025, semelhantes aos de 2024, devido à ausência de recomposição do orçamento discricionário em relação a anos anteriores, visto que, nos últimos exercícios, a autorização de limites para elaboração do PLOA para o DNOCS tem decaído, apesar das demandas para contratos continuados além da necessidade de cumprimento de atribuições regimentais.

Nesse contexto, o declínio de limites para a elaboração do PLOA 2025 (gráfico a seguir) e o consequente decréscimo nos créditos para cumprimento das despesas discricionárias na LOA 2025, observou-se grandes dificuldades no desempenho orçamentário-financeiro do DNOCS.



Mesmo com esforços para controlar despesas e buscar fontes adicionais de recursos, o DNOCS encerrou 2024 com pendências financeiras, levando parte das obrigações para pagamento em 2025. Essa transposição de despesas pressionou ainda mais o orçamento de 2025, reforçando a necessidade de replanejamentos e articulação institucional para superar os desafios.

Considerando as restrições impostas por esta limitação, o DNOCS solicitou, no próprio Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, o reforço do MIDR e gestão junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento visando o reexame e a possível adoção de providências quanto à ampliação de limites orçamentários, correspondendo à reposição no valor de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) conforme quadro a seguir:

Solicitação de expansão de limites orçamentários

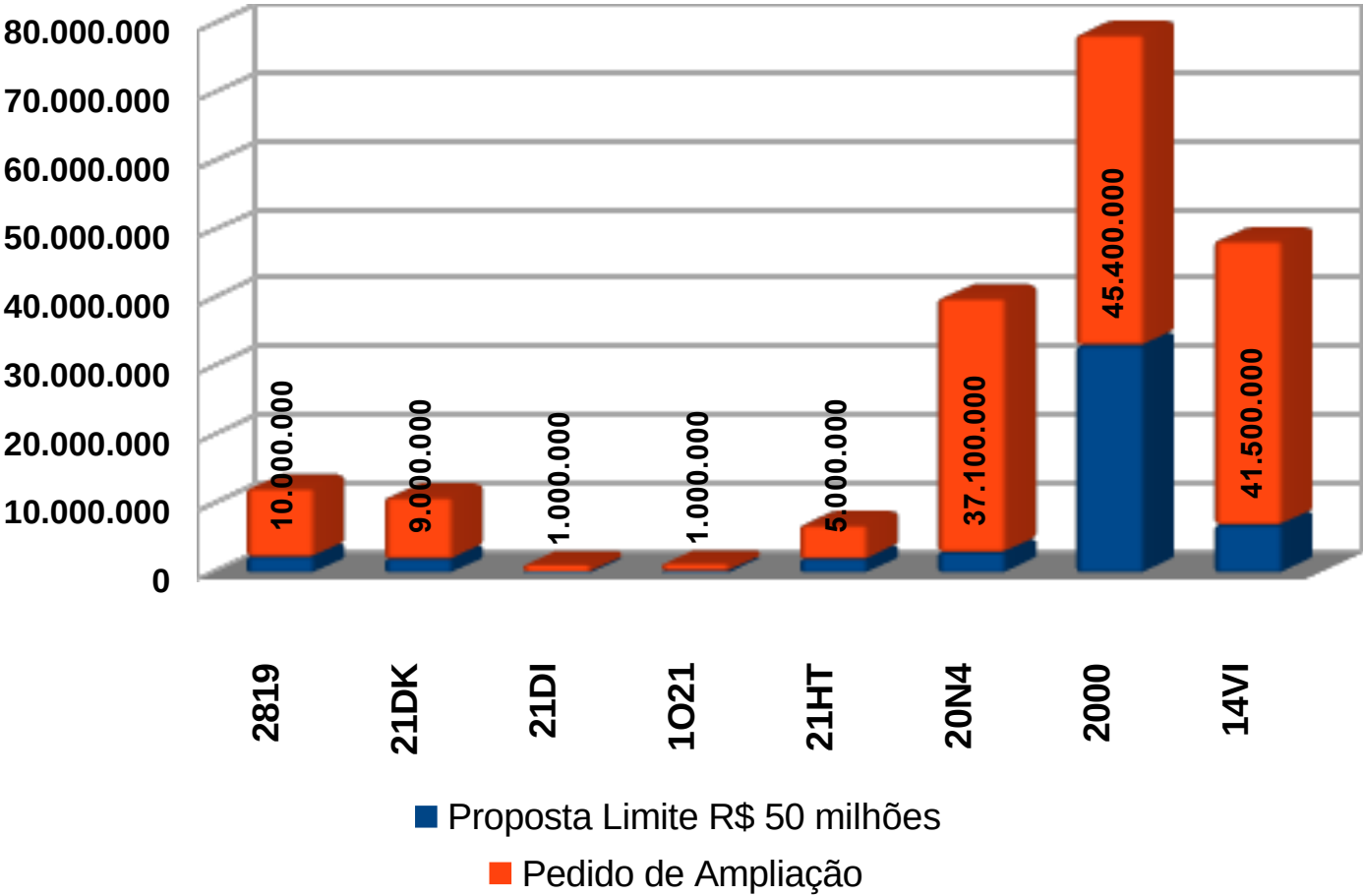


Gráfico elaborado pela DPO - FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso:12/01/2026

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO DNOCS

Observe-se pelo gráfico a seguir, que uma parcela significativa do orçamento do DNOCS é composta por despesas obrigatórias como pagamento a aposentadorias e pensões, pessoal ativo e encargos e benefícios. Este fato de certa forma oculta o total orçamentário alocado para os trabalhos do Departamento.

Partindo desta informação, a análise por grupo de despesa fica prejudicada, visto que não garante, por si só a eficiência do gasto nas ações finalísticas do Departamento.

EVOLUÇÃO POR GRUPO DE DESPESA

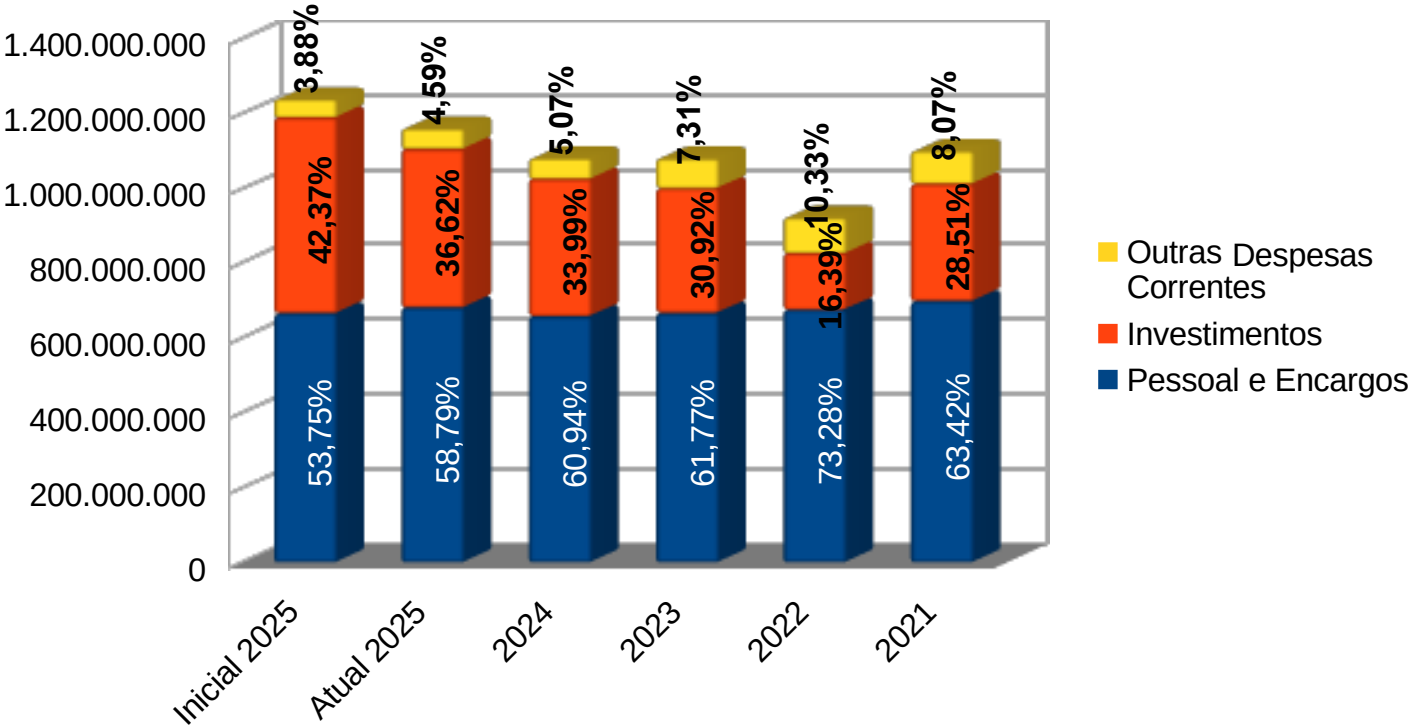


Gráfico elaborado pela DPO - FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso:12/01/2026

LOA 2025

Composição do orçamento

Em 2025, o orçamento da instituição foi alocado inicialmente nos seguintes grupos:

DESPESAS OBRIGATÓRIAS
R\$ 679.609.157,00
(inclui benefícios a servidores)

OUTRAS DESPESAS CORRENTES
R\$ 33.400.220,00
(exclui benefícios a servidores)

INVESTIMENTOS
R\$ 524.280.739,00

Neste cálculo, os benefícios a servidores foram computados como despesas obrigatórias, apesar de figurarem na Lei Orçamentária como despesas correntes.

Com relação a função governamental, o maior percentual do orçamento anual se relaciona à Previdência Social em razão do grande número de aposentadorias e pensões. Já na área finalística, o destaque vai para a função 18 – Gestão ambiental (subfunção Recursos Hídricos), por se tratar da finalidade principal do órgão.

FUNÇÃO GOVERNAMENTAL - DOTAÇÃO A PARTIR DO PLOA

Função	Subfunção	Projeto de Lei	Dotação Inicial
		914.243.354	1.237.290.116
04 - Administração	122 - Administração Geral	96.096.465	94.687.963
	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	14.523.548	14.523.548
	846 - Outros Encargos Especiais	11.261.861	11.261.861
09 - Previdência Social	272 - Previdência do Regime Estatutário	590.888.280	590.888.280
15 - Urbanismo	244 - Assistência Comunitária	0	337.937.764
18 - Gestão Ambiental	544 - Recursos Hídricos	194.634.197	181.413.534
20 - Agricultura	607 - Irrigação	4.470.000	4.300.906
	608 - Promoção da Produção Agropecuária	2.330.000	2.237.257
28 - Encargos Especiais	846 - Outros Encargos Especiais	39.003	39.003

FONTE: SIOP – Acesso:12/01/2026

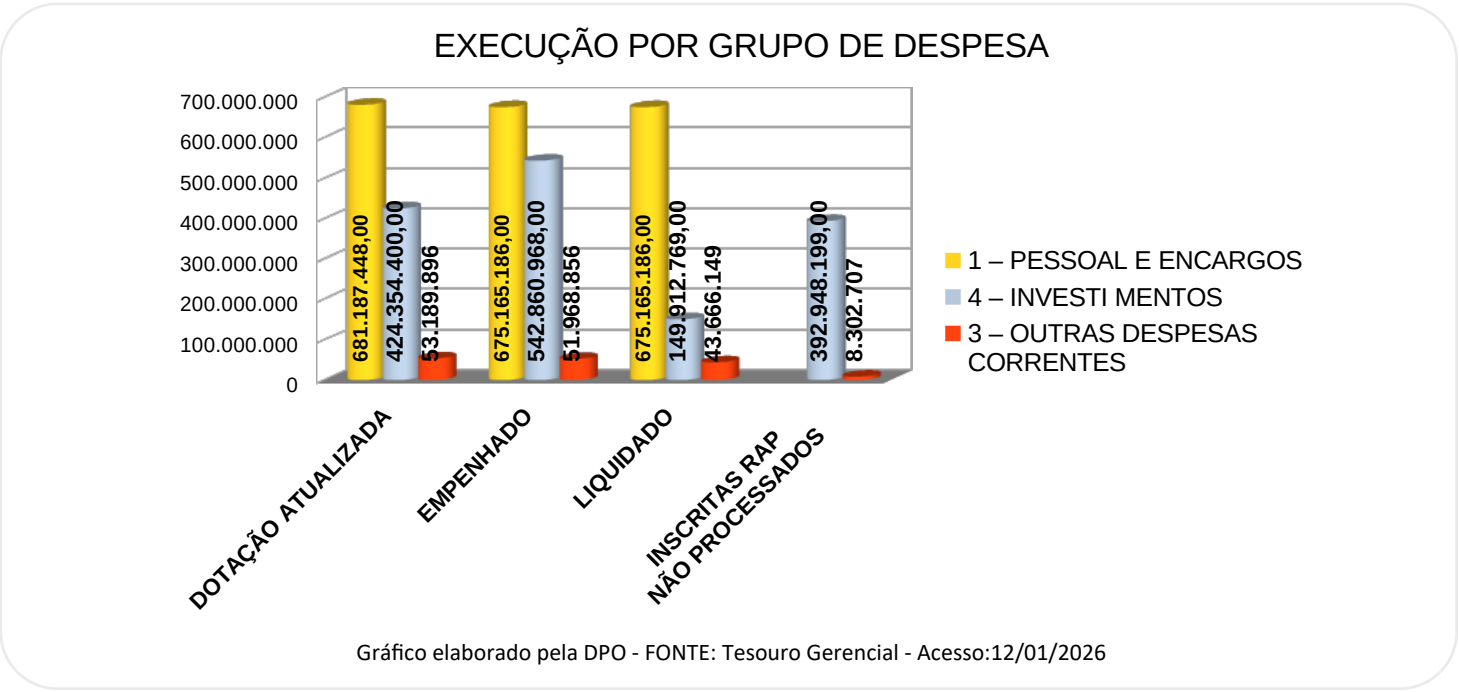
É importante destacar a inclusão de créditos por emendas parlamentares, notadamente na função 15 – Urbanismo, ação OOSX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável local Integrado.

Essas despesas são financiadas por diversas fontes, incluindo recursos do Tesouro Nacional, arrecadação própria da instituição e emendas parlamentares.



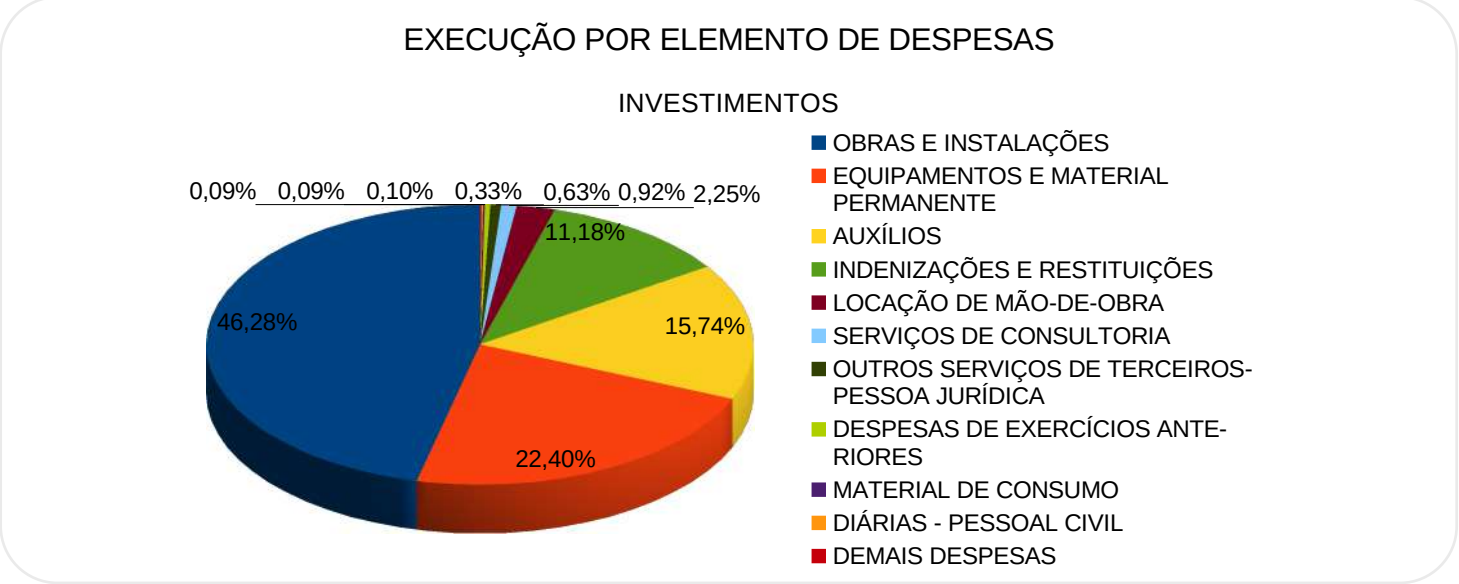
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

POR GRUPO DE DESPESA



Observe-se que a distribuição por grupo de natureza da despesa ficou ajustada da seguinte forma: 58,79% para pessoal, 4,59% para outras despesas correntes e 36,62% para investimentos.

POR ELEMENTO DE DESPESA



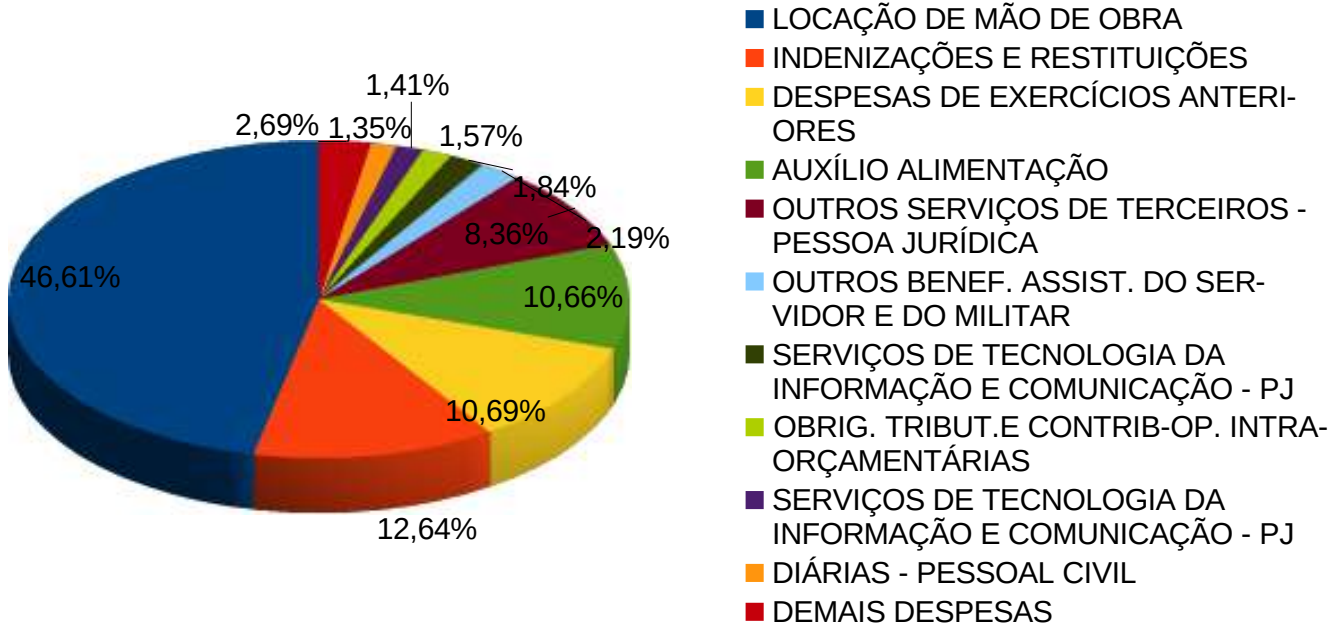
INVESTIMENTOS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
OBRAS E INSTALAÇÕES	251.287.347	50.078.665	45.418.623
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	121.602.474	3.177.270	1.922.085
AUXÍLIOS	85.460.078	85.460.078	85.460.078
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	60.689.569		
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	12.233.326	6.700.281	5.328.159
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	4.980.861	790.774	762.832
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA	3.396.001	881.302	775.853
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.773.135	1.740.283	1.532.543
MATERIAL DE CONSUMO	564.671	359.772	45.077
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	490.227	435.248	434.571
DEMAIS DESPESAS	509.082	289.096	281.586
TOTAIS	542.986.771	149.912.769	141.961.407

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	24.352.521,66	18.510.471,04	18.081.202,96
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.604.786,67	6.554.496,34	6.045.425,19
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.587.119,93	5.317.907,93	5.246.362,18
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	5.568.743,12	5.560.401,48	5.090.751,48
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.368.581,70	3.352.078,52	3.232.075,82
OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.143.376,71	1.083.541,29	1.074.464,37
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	960.687,72	683.654,69	675.125,12
OBRIG. TRIBUT.E CONTRIB-OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	818.757,18	482.788,70	482.788,70
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	736.345,96	567.572,77	546.504,39
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	703.985,24	641.135,32	638.989,42
DEMAIS DESPESAS	1.407.999,65	875.248,00	851.517,41
	52.252.905,54	43.629.296,08	41.965.207,04

FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso: 12/01/2026

Com relação aos elementos de despesa, observa-se que 46,61% da despesa de cus- teio referem-se à locação de mão de obra, visto que o DNOCS tem, sob sua guarda, um grande patrimônio e a consequente obrigação de manutenção, limpeza e vigilância. Ainda, pela insuficiência numérica de seu quadro funcional e pela inexistência de reposição por concurso público, para continuar cumprindo com suas atribuições regi- mentais, tem necessidade de locar mão de obra para atividades-meio como apresen- ta o quadro a seguir:

OUTRAS DESPESAS CORRENTES
EXECUÇÃO POR ELEMENTO DE DESPESA



TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

PRINCIPAIS LOCAÇÕES		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
33903701	APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	13.241.180	10.315.456	10.038.304
33903702	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	3.038.912	2.505.536	2.463.027
33903703	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	6.911.225	5.053.133	4.943.532
33903704	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMOVEIS	205.770	139.067	139.067
33903706	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS	611.399	443.867	443.867
33903799	OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO DE OBRA	344.036	53.412	53.406
44093701	APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL	7.398.664	3.456.844	2.922.868
44903702	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.967.911	953.452	715.648
44903703	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	2.499.723	2.001.309	1.583.484
44903705	SERVIÇOS DE COPA E COZINHA	6.162	6.162	6.162
44903799	OUTRAS LOCAÇÕES DE MÃO DE OBRA	360.866	282.514	99.996

FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso: 12/01/2026

RESUMO GERAL

Orçamento Geral da União

DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	INICIAL	711.361.652
	ATUALIZADO	737.679.993
	EMPENHADO	730.776.619
	LIQUIDADO	716.113.222
	PAGO	661.584.690
OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	INICIAL	39.003
	ATUALIZADO	39.003
	EMPENHADO	7.524
	LIQUIDADO	7.524
	PAGO	6.897

FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso: 12/01/2026

DESPESAS FINALÍSTICAS		
DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO	INICIAL	340.175.021
	ATUALIZADO	206.048.541
	EMPENHADO	197.914.555
	LIQUIDADO	21.338.711
	PAGO	18.128.611
RECURSOS HÍDRICOS	INICIAL	185.714.440
	ATUALIZADO	214.964.207
	EMPENHADO	214.963.896
	LIQUIDADO	96.960.787
	PAGO	96.593.796

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA		
PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	EMPENHADO	72.985
	LIQUIDADO	65.570
	PAGO	59.705
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	EMPENHADO	75.578.378
	LIQUIDADO	1.341.623
	PAGO	999.451
RECURSOS HÍDRICOS: ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA SEMPRE	EMPENHADO	50.393.831
	LIQUIDADO	32.916.667
	PAGO	28.960.808
GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS E DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	EMPENHADO	999.981
	LIQUIDADO	0
	PAGO	0

FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso: 12/01/2026

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO	
ATUALIZADO	1.158.731.744
EMPENHADO	1.143.662.594
LIQUIDADO	834.420.244
PAGO	776.313.994
TEDs	
EMPENHADO	127.045.176
LIQUIDADO	34.323.860
PAGO	3.001.903
TOTAL GERAL	
ATUALIZADO	1.158.731.744
EMPENHADO	1.270.707.770
LIQUIDADO	868.744.104
PAGO	806.333.897

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Por meio da Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica, o DNOCS solicitou alterações de crédito com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos programados e atender às demandas prioritárias da instituição, algumas vezes sem sucesso.

Dentre outros, se destaca o pedido de suplementação no SIOP (Código 568843 e tipo 120), no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) visando a recomposição de créditos para despesas de custeio administrativo e operacional, considerando necessidades, inclusive, em virtude da área de atuação do Departamento.

TERMOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os Termos de Execução Descentralizada (TED) representam instrumentos importantes para a concretização de políticas públicas e a descentralização de recursos entre instituições federais.

Assim sendo, além dos recursos do OGU (Orçamento Geral da União), o DNOCS executa ações através da captação de recursos via Termos de Execução Descentralizada, para execução de projetos e/ou atividades de seu interesse e da unidade orçamentária descentralizadora, figurando-se em parcerias celebradas com outras unidades orçamentárias, tais como a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, através de suas secretarias.

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA - TED								
Programa Governo		Ação Governo		Grupo Despesa		EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
CIA DE DES. DOS VALES DO S. FRANC. E DO PARNAÍBA								
0032	PROG. GESTÃO E MANUT. PODER EXECUTIVO	2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	72.986	65.570	59.705
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA HÍDRICA SNSH								
2321	RECURSOS HÍDRICOS: ÁGUA EM QUANTIDADE E QUALIDADE PARA SEMPRE	00TE	APOIO A GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	196.787		
		21DF	RECUPERAÇÃO DE RESERVATÓRIOS ESTRATÉGICOS PARA A INTEGRAÇÃO	4	INVESTIMENTOS	50.159.116	32.887.538	28.931.680
SEC. NAC. POLIT. DESENV. REG. E TERRITORIAL								
2317	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	00SX	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGR.	4	INVESTIMENTOS	75.558.379	1.341.623	999.451

FONTE: Tesouro Gerencial - Acesso: 12/01/2026

PRINCIPAIS DESAFIOS

A redução gradual do orçamento da autarquia e a falta de reposição do quadro funcional, dificulta a capacidade de executar as políticas referentes a seu público.

Em questão de execução orçamentária, vislumbra-se como desafio para 2026 a manutenção do equilíbrio orçamentário, considerando o aumento das demandas operacionais e a necessidade de fortalecer áreas essenciais, como obras e serviços de engenharia, fiscalização, manutenção e segurança patrimonial e a necessidade de realizar concurso público para reposição/renovação do quadro funcional do Departamento.

Neste cenário, o principal desafio da gestão continua sendo equilibrar o orçamento frente a possíveis contingenciamentos orçamentários e estabelecer as prioridades, sem deixar de atender as demandas essenciais ao funcionamento do DNOCS, trazendo ainda, como consequência, dificuldades no alcance das metas e resultados assumidos na Lei Orçamentaria Anual — LOA e no Plano Plurianual — PPA.

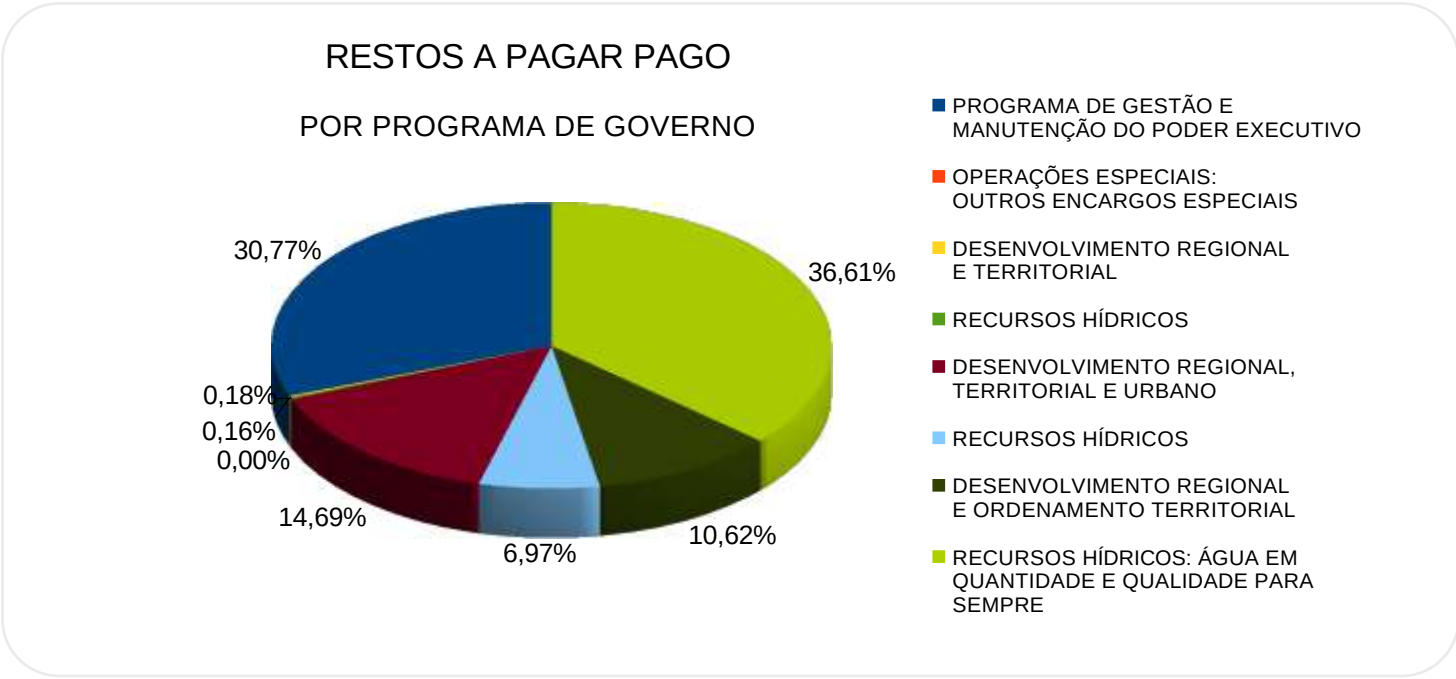
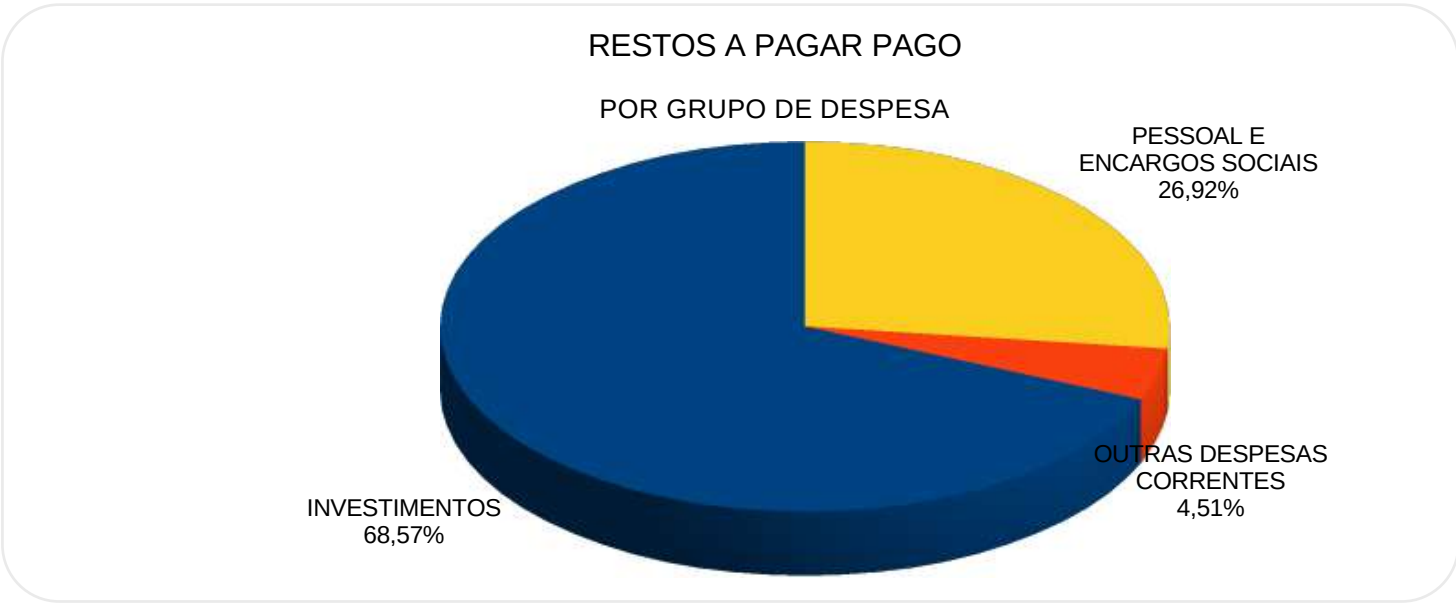
PRINCIPAIS DESAFIOS

O DNOCS empenhou 98,6% da dotação orçamentária disponibilizada, ou seja, teve o seu recurso reservado para atender compromissos assumidos com terceiros. Em relação à liquidação, que é a confirmação da execução do serviço em si, o percentual vai para 72,0%, resultado mais baixo que o do ano anterior, conforme vemos abaixo:

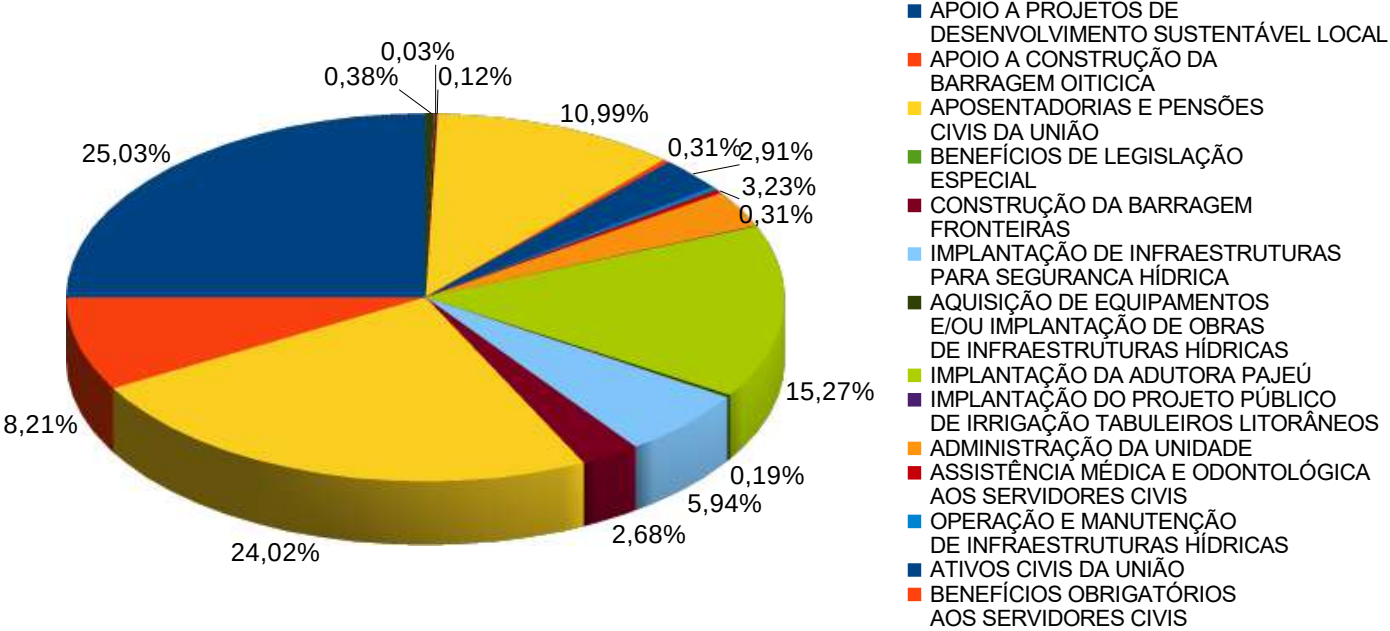
%EXECUÇÃO (DESPESAS LIQUIDADAS X DOTAÇÃO ATUALIZADA)					
PERÍODO	2021	2022	2023	2024	2025
% execução	74,4%	84,4%	74,7%	86,3%	72,0%
Dotação	1.100	922	1.079	1.080	1.159

O valor total pago referente ao orçamento de 2025 foi de R\$ 776,31 milhões, dos quais a maior parte foi utilizada para o pagamento de pessoal e encargos sociais (80,17%). Por se tratar de um órgão centenário, o DNOCS possui uma enorme base de aposentados e pensionistas que recebem mais de 85% do valor total da folha de pagamento, o que distorce a análise do seu resultado.

Ao considerarmos o pagamento de Restos a Pagar, que são obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, o valor desembolsado pelo órgão sobe de R\$ 776,31 milhões para R\$ 959,10 milhões (acréscimo de R\$ 182,79 milhões). Dentre as ações atendidas com os pagamentos de Restos a Pagar, as principais se referem às atividades finalísticas do órgão são: apoio a projetos de desenvolvimento sustentável; implantação da Adutora Pajeú; reabilitação de barragens e de outras infraestruturas hídricas; apoio a construção da Barragem Oiticica e implantação de infraestruturas para segurança hídrica. Ao todo, essas atividades representam cerca de 65% do valor acrescido.



RESTOS A PAGAR PAGO



GESTÃO DE PESSOAS

CONFORMIDADE LEGAL NA GESTÃO DE PESSOAS

A conformidade dos atos de Gestão de Pessoas é pautada pelas relações de trabalho, de acordo com o vínculo funcional dos servidores em exercício na Autarquia. Dessa forma, além da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos da união, das autarquias e das fundações públicas, o DNOCS observa a legislação pertinente aplicável aos agentes oriundos de outros Poderes e entes da Federação.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas procura cumprir integralmente a legislação, em consonância com os normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC), com o propósito de garantir a conformidade com a Lei nº 8.112/1990 e os demais normativos relacionados à área de gestão de pessoas.

As ações das unidades responsáveis pela Gestão de Pessoas da Autarquia são executadas em observância a diversos mecanismos de controle, entre os principais, são citados o encaminhamento de consultas aos Órgãos Setorial e Central do SIPEC, o controle e monitoramento dos registros de atos de concessões no Sistema e-Pessoal/TCU, o atendimento das orientações dos Órgãos de Controle sobre eventuais indícios de irregularidades, bem como às solicitações feitas por meio da Plataforma de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR, em conformidade com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Os gestores da Administração Central e das Coordenadorias Estaduais, unidades pagadoras descentralizadas que compõem a estrutura organizacional da Autarquia, declararam observar as normas e o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas, conforme disposto na Lei nº 8.730/1993.

SISTEMAS

As ações da área de Gestão de Pessoas do DNOCS são executadas por meio dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal, entre os quais destacam-se o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEP), e o Sistema SouGov. Este último tem promovido a transformação digital, aprimorando a qualidade dos serviços ofertados aos servidores e contribuindo para a modernização da Administração Pública Federal.



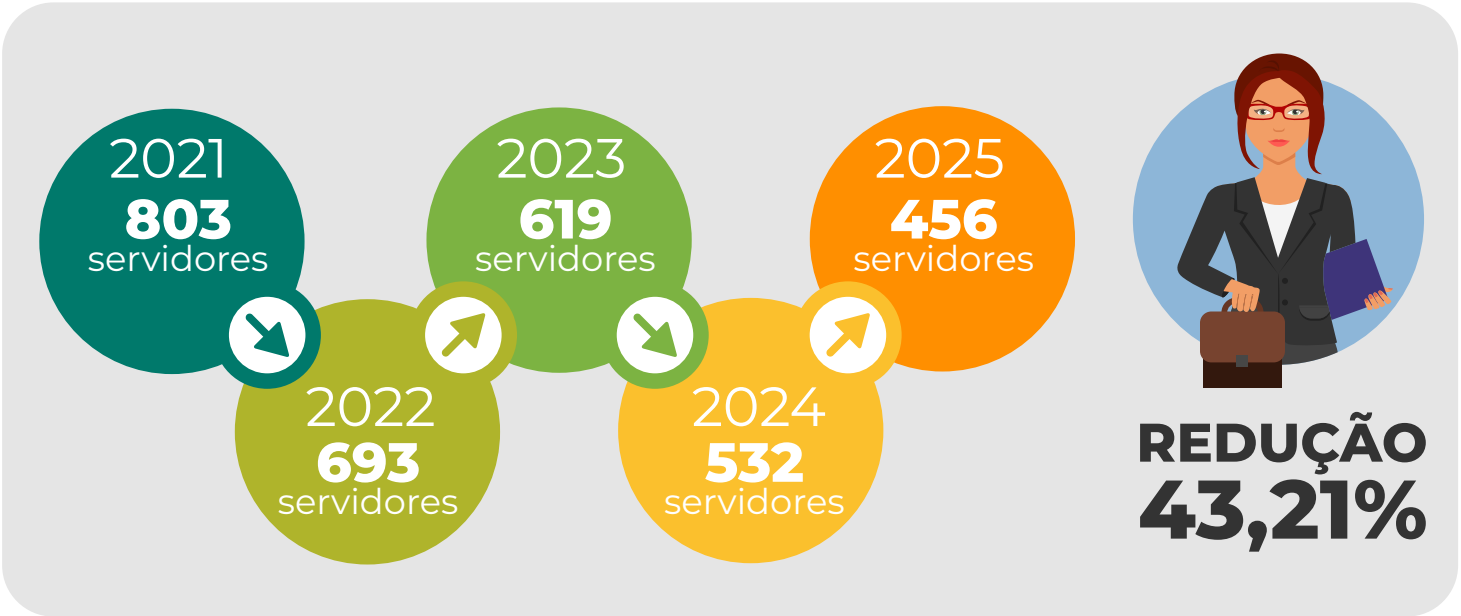
Além desses, são utilizados sistemas paralelos de suporte como Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Petrvs, que garantem maior agilidade e transparência. Por meio de informações extraídas do SIAPE, é possível identificar e corrigir eventuais inconsistências, assegurando a conformidade da folha de pagamento e garantindo a integridade dos processos de gestão de pessoas.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Em 31 de dezembro de 2025, a força de trabalho do DNOCS era de 456 (quatrocentos e cinquenta e seis) servidores nas situações de ativo permanente, cedido, exercício descentralizado, exercício provisório, anistiados e nomeados para cargo em comissão (sem vínculo), distribuídos na sede da Administração Central e nas 09 (nove) Coordenadorias Estaduais que compõem a sua estrutura funcional.

A Autarquia vem atravessando uma fase crítica relativa à manutenção de sua força de trabalho, visto que apenas nos últimos cinco anos sofreu significativa redução, decorrente especialmente da concessão de aposentadorias, sem a devida reposição. Outro fator alarmante é que 88% do quadro efetivo já se encontra apto à aposentadoria, recebendo abono de permanência, fato que gera riscos à continuidade das atividades da Autarquia, podendo afetar suas entregas e seu cumprimento de metas legais.

A figura abaixo evidencia a redução gradativa da força de trabalho do DNOCS nos últimos anos, tornando explícita a necessidade de recuperação do quantitativo de pessoal.



Composição da força de trabalho por situação funcional

Situação Funcional	Força de Trabalho	Percentual
Servidores efetivos em exercício no órgão	361	79,17%
Servidores efetivos em exercício em outros órgãos (cedidos/movimentados)	6	1,32%
Servidores cedidos ou requisitados de outros órgãos	15	3,29%
Servidores de outros órgãos em exercício descentralizado	42	9,21%
Servidores de outros órgãos em exercício provisório	1	0,22%
Servidores/empregados públicos anistiados em exercício no órgão	8	1,75%
Servidores sem vínculo nomeados para cargos comissionados	23	5,04%
Total	456	100,00%

Distribuição da força de trabalho por unidade de exercício

Unidade Administrativa	Força de Trabalho	Percentual
CEST/AL	16	3,51%
CEST/BA	34	7,46%
CEST/CE	104	22,8%
CEST/MG	10	2,19%
CEST/PB	38	8,3%
CEST/PE	25	5,48%
CEST/PI	73	16,02%
CEST/RN	12	2,63%
CEST/SE	8	1,76%
ADM. CENTRAL	136	29,83%
Total	456	99,98%

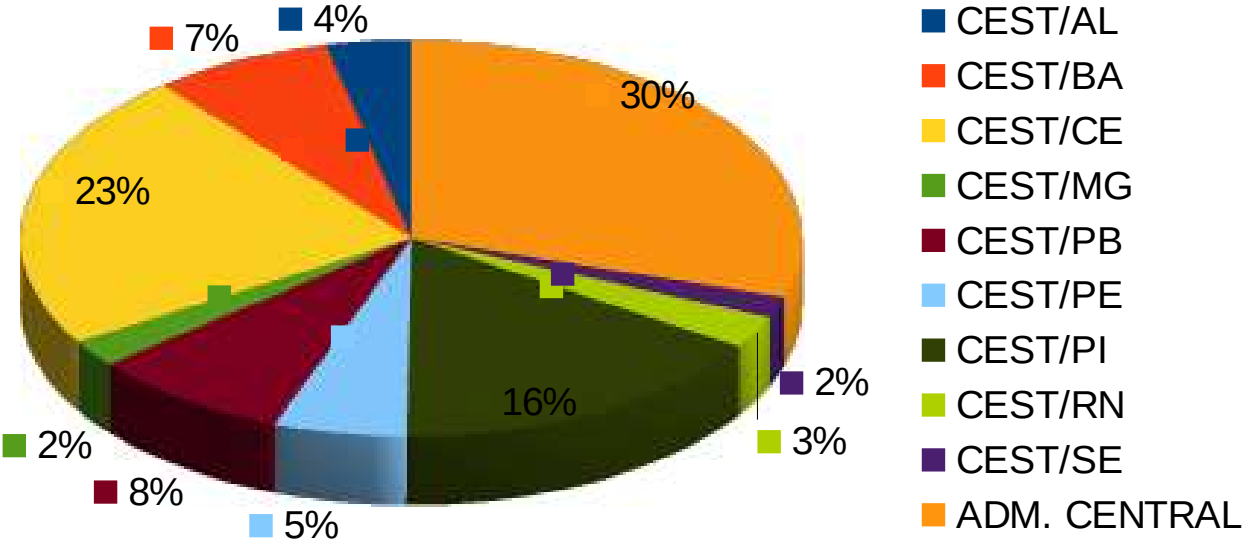
Distribuição da força de trabalho por unidade de exercício

Gênero	Força de Trabalho		Cargos de Liderança	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Feminino	94	20,61%	56	29,02%
Masculino	362	79,39%	137	70,98%
Total	456	100,00%	193	100,00%

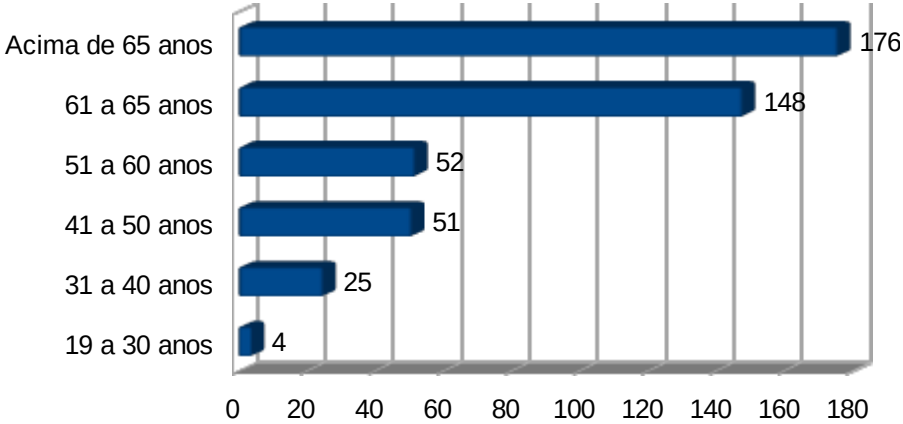
Distribuição da força de trabalho por faixa etária

Faixa Etária	Força de Trabalho	% do Total
19 a 30 anos	4	0,88%
31 a 40 anos	25	5,48%
41 a 50 anos	51	11,18%
51 a 60 anos	52	11,40%
61 a 65 anos	148	32,46%
Acima de 65 anos	176	38,60%
Total	456	100,00%

Distribuição da força de trabalho por unidades



Distribuição da força de trabalho por faixa etária



Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Sobre as medidas para minimização do déficit de servidores, a Divisão de Gestão de Pessoas têm se utilizado de várias alternativas visando a recomposição/fortalecimento do quadro de pessoal, conforme detalhado abaixo:

a) Pedidos de autorização para realização de Concurso Público

A Autarquia tem encaminhado ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, recorrentes propostas de solicitação de concurso público, sem que tenha obtido autorização, por parte do órgão central para realização de certame. A última proposta que foi encaminhada ao MIDR obteve manifestação favorável por essa pasta, que encaminhou ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos para autorização, mas continua em aberto até o presente momento. Ainda que não tenha havido manifestação favorável ou desfavorável, o MGI está orientando o DNOCS nos procedimentos de dimensionamento da força de trabalho, com o intuito subsidiar a decisão sobre a realização do concurso que se encontra em análise naquela Pasta.

c) Solicitação para realização de Processo Seletivo

Objetivando suprir a enorme carência de profissionais para atuarem na área finalística, o DNOCS realizou diversas tratativas no sentido de requerer a mobilidade de Analistas de Infraestrutura (AIE) do quadro de pessoal do MGI. Em 2025, foi solicitada a abertura de processo seletivo para Analistas de Infraestrutura, através do Sistema de Gestão de Carreiras – SGC do MGI, para atuação na Administração Central e nas Coordenadorias Estaduais do DNOCS, mas, infelizmente, não houve nenhum candidato inscrito.

Além disso, o DNOCS vem se utilizando do módulo “Oportunidades do SIGEPE”, que é a ferramenta disponível para os órgãos e entidades do governo federal divulgarem os processos seletivos com oportunidade para servidores públicos estáveis ou empregados públicos, oriundos de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, desempenharem suas atribuições em outros órgãos que estejam necessitando de reforço de sua força de trabalho.

Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT

O DNOCS, como forma de buscar urgentemente o fortalecimento da sua capacidade institucional, encaminhou a formalização de adesão ao dimensionamento da sua força

de trabalho, através do Ofício nº 1246/2025/DG, nos termos propostos pelo Ofício SEI nº 137765/2025/MGI, cujo resultado subsidiará autorização da proposta de concurso público que está em análise no MGI. O dimensionamento está em curso com a realização de 17 oficinas de trabalho conjunto entre o DNOCS e o MGI.

Detalhamento da despesa de pessoal

A Autarquia encerrou o exercício de 2025 com 363 servidores ativos, 2.881 aposentados e 6.169 beneficiários de pensão.

Segue a demonstração de gastos com servidores ativos, aposentados e pensionistas no exercício de 2025, destacando o dispêndio com aposentados e pensionistas, que corresponde a 90,04% do orçamento anual destinado a pagamento de pessoal.



Programa de Gestão e Desempenho (PGD)

O Programa de Gestão e Desempenho (PGD) atua como instrumento de aprimoramento do desempenho institucional no serviço público, ao promover o alinhamento entre as atividades dos participantes, as entregas das unidades e os objetivos estratégicos da organização.

No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, o PGD é regulamentado pelo Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022 e pela Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023. Em complementação a IN supracitada, foi editada em 21 de dezembro de 2023, a Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 52.

A adoção do Programa estimulou a utilização de ferramentas que impulsionam a consolidação de uma cultura orientada a resultados, possibilitando a geração de um conjunto de dados e informações institucionais voltados à melhoria do desempenho do Órgão, ao aperfeiçoamento do desempenho individual, em alinhamento às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, e à promoção da qualidade de vida dos participantes. Ao final do exercício de 2025, 28 (vinte e oito) servidores estavam vinculados ao referido programa.

Avaliação de Desempenho

O desempenho dos servidores é aferido anualmente por meio de processo de avaliação, utilizando-se como referência as metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo, que é um importante instrumento de gestão e que permite a análise estruturada do desempenho dos colaboradores, identificando necessidades de qualificação e aperfeiçoamento profissional, constituindo requisito indispensável para o recebimento de parcela considerável da remuneração dos servidores.

Desenvolvimento de Pessoas

O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), ferramenta instituída pelo Decreto nº 9.991/2019, tem por finalidade apontar as necessidades de desenvolvimento levantadas pelas unidades da Autarquia, visando a promoção das habilidades profissionais e pessoais dos agentes públicos, além de facilitar o atingimento dos objetivos institucionais com o ganho de eficiência e produtividade nas ações do Órgão.

No exercício de 2025, 17 (dezessete) servidores se capacitaram na Autarquia, com participação em eventos de capacitação sem ônus, ofertados pelas Escolas de Governo, totalizando 62 (sessenta e dois) cursos concluídos. Esclarecemos que, devido a situação orçamentária, não foram realizadas capacitações com ônus pelo Órgão.

Ações voltadas à qualidade de vida do servidor

No exercício de 2025, no que se refere às iniciativas preventivas de saúde e qualidade de vida, destaca-se a realização de eventos das campanhas “Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul”, que promoveram palestras com a colaboração de parceiros públicos, além de ofertas de serviços tais como: aferição de pressão arterial, medição de glicemia e orientações de saúde.

Principais desafios e ações e perspectivas futuras

Os principais desafios enfrentados concentram-se, inicialmente, na manutenção da capacidade operacional do Órgão mediante a significativa redução da força de trabalho, sem que haja a devida reposição. Acrescenta-se a esse cenário o elevado número de servidores que já reúnem condições para aposentadoria, o que torna ainda mais grave a situação.

Ademais, observa-se baixa atratividade para retenção de profissionais, em razão da remuneração vinculada ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), fator que impacta diretamente na motivação e na permanência de servidores qualificados. Diante desse contexto, apresentam-se como ações e perspectivas para os próximos exercícios a aprovação de proposta para realização de concurso público, com o objetivo de recompor o quadro funcional, evitar a sucumbência institucional e a descontinuidade dos serviços prestados à sociedade.

Destaca-se, ainda, a necessidade de estruturação de um Plano de Cargos e Carreiras mais adequado à realidade e às demandas da Autarquia, bem como a revisão e adequação da estrutura funcional, de modo a promover maior eficiência, sustentabilidade organizacional e valorização dos servidores.

Nesse sentido, encontra-se atualmente no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos uma proposta sendo examinada pela área técnica dessa Pasta, contemplando a modernização do DNOCS, de forma a permitir o fortalecimento da sua capacidade institucional.



GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2025

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E COORDENADORIAS ESTADUAIS			
Modalidade	Qtde	Valor Contratado	% Relativo ao todo
Contratação Direta	21	R\$ 6.683.001,57	2,70%
Pregão Eletrônico	21	R\$ 223.184.192,82	90,06%
Concorrência Eletrônica	4	R\$ 17.450.900,65	7,04%
Inexigibilidade	4	R\$ 499.218,40	0,20%
Total		R\$ 247.331.678,96	100,00%

UNIDADES CONTRATANTES DO DNOCS: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E 09 UASGS

Contratações mais relevantes:

As contratações mais relevantes da Administração Central do DNOCS estão concentradas na área de **OBRAS/SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS de Infraestrutura Hídrica**, abaixo listadas:

Pregão Eletrônico:
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA PERFURAÇÃO E/OU INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS DO DNOCS, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DO DNOCS.
AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES, ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS, MOTONIVELADORAS, RETROESCAVADORAS, TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.
Concorrência Pública:
OBRAS REMANESCENTES PARA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM FRONTEIRAS – CE E INFRAESTRUTRA DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO ATINGIDA PELA MESMA BARRAGEM.

Conformidade legal:

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:
Pregão Eletrônico: Lei nº 14.133/21, inclusive, por Sistema de Registro de Preços
Concorrência Eletrônica: Lei nº 14.133/21
Contratações Diretas: Arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/21

Objetivos Estratégicos:

As contratações mais relevantes do DNOCS estão alinhadas com os objetivos estratégicos finalísticos formalizados no Plano Estratégico do DNOCS – 2025-2028.

<https://url.mutua.com.br/rfst>



- Avaliar permanentemente a oferta hídrica e a estocagem dos reservatórios
- Efetuar o monitoramento e a segurança de barragens
- Executar planos e projetos de irrigação
- Realizar estudos e implantação de infraestrutura hídrica
- Promover o desenvolvimento da aquicultura e atividades afins
- Promover o desenvolvimento sustentável do semiárido
- Disseminar conhecimento tecnológico na área de produção

Desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações e contratos:

- As particularidades e necessidades específicas de cada setor do DNOCS é o principal desafio da gestão desenvolvida no âmbito das licitações.
- Entende-se que a integração de compras entre os setores resultaria em consideráveis ganhos de eficiência.
- A restrição orçamentária (contingenciamento), no âmbito da Administração Pública, vem exigindo contínua adaptação das unidades contratantes para manter a qualidade dos serviços prestados, com uso de menos recursos financeiros.
- A falta de pessoal qualificado para atuar na área (atualmente, a Divisão de Licitação da Administração Central conta com apenas 02 (dois) servidores efetivos no setor). Recorrentes mudanças da legislação também foram detectadas como dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com as boas práticas de governança pública, promoveu avanços significativos na modernização e no fortalecimento da gestão de compras e do controle patrimonial, por meio da implantação e utilização, desde 2021, dos sistemas SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços, e do Almoxarifado Virtual. Tais ferramentas representam um marco na qualificação dos processos administrativos, contribuindo de forma direta para o aumento da eficiência, eficácia, transparência e racionalidade na gestão de materiais e bens patrimoniais.

A adoção desses sistemas possibilitou maior controle, rastreabilidade e padronização dos procedimentos relacionados aos bens de consumo e permanentes, assegurando o atendimento integrado e tempestivo a todas as Unidades Gerenciais do DNOCS, independentemente de sua localização. Como resultado, observa-se uma gestão patrimonial mais precisa, com redução de desperdícios, otimização de estoques, melhor planejamento das aquisições e fortalecimento dos mecanismos de controle interno, em consonância com os princípios da economicidade e da sustentabilidade administrativa.

Paralelamente, no âmbito da gestão patrimonial e da política de desfazimento de bens, o DNOCS realizou, no período de 2021 a 2025, um total de 14 (quatorze) leilões de bens móveis inservíveis, consolidando uma estratégia eficiente de racionalização do acervo patrimonial. Essa iniciativa permitiu não apenas a adequada destinação de bens obsoletos ou antieconômicos, mas também a alavancagem de recursos financeiros, com arrecadação acumulada de aproximadamente R\$ 9.945.220,00 (nove milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e vinte reais) ao longo do período.

EXERCÍCIO	LEILÕES REALIZADOS	VALOR ARRECADADO (R\$)
2021	02	1.564.040,00
2022	02	2.103.960,00
2023	03	1.944.280,00
2024	04	2.832.590,00
2025	03	1.500.350,00
Total Geral	14	9.945.220,00

PANORAMAS DE ARRECADAÇÃO: LEILÕES 2021 - 2025

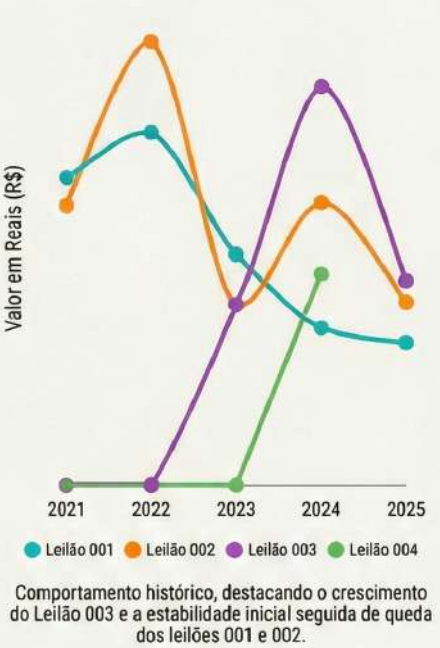
Este infográfico analisa os dados financeiros de quatro leilões distintos (001 a 004) realizados entre os anos de 2021 a 2025, demonstrando uma dinâmica de mercado ativa e um pico expressivo de arrecadação em 2024.

Arrecadação Consolidada por Ano



Crescimento do faturamento total ano a ano, identificando o peso de cada leilão.

Trajetória de Desempenho Individual



Market Share dos Leilões (Total Acumulado)



Os resultados financeiros obtidos evidenciam a efetividade da política adotada, com arrecadações anuais expressivas e crescimento consistente, especialmente nos exercícios de 2022 e 2024, refletindo o aprimoramento dos processos de avaliação, alienação e transparência dos leilões públicos. Ademais, a redução do estoque patrimonial de bens móveis inservíveis contribui diretamente para a diminuição de custos de guarda, manutenção e controle, além de estar alinhada às orientações normativas do Governo Federal quanto à gestão eficiente dos ativos públicos.

Dessa forma, a integração entre sistemas modernos de gestão (SIADS e Almoxarifado Virtual) e a política contínua de desfazimento de bens consolida o compromisso do DNOCS com uma administração pública mais **eficiente, sustentável, transparente e orientada a resultados**, reforçando a boa governança e a correta aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade.



ADMINISTRAÇÃO PREDIAL – PRINCIPAIS CUSTOS COM SERVIÇOS PRE-
DIAIS (EXERCÍCIO 2025)

Visão Geral dos Gastos

No exercício de 2025, os custos totais com serviços prediais alcançaram o montante de R\$ 18.249.696,77, englobando despesas da Administração Central e das unidades descentralizadas (CESTs). Esses recursos foram destinados à manutenção das condições adequadas de funcionamento, segurança, higiene, conforto e continuidade das atividades institucionais.

A Administração Central concentrou o maior volume de despesas, com R\$ 5.334.573,71, seguida pelas Coordenadorias CESTs do Ceará (CEST-CE), com R\$ 3.090.815,39, e de Pernambuco (CEST-PE), com R\$ 3.508.516,04, evidenciando a relevância operacional dessas unidades no contexto institucional.

Custos totais por Unidades Gerenciais	
Adm. Central: R\$ 5.334.573,71	CEST-AL: R\$ 987.887,37
CEST-PE: R\$ 3.508.516,04	CEST-PB: R\$ 359.732,96
CEST-CE: R\$ 3.090.815,39	CEST-MG: R\$ 347.994,90
CEST-BA: R\$ 2.099.761,93	CEST-PI: R\$ 952.951,93
CEST-SE: R\$ 1.389.727,94	CEST-RN: R\$ 177.734,60

Custos Totais por Tipo de Serviço
Vigilância e Brigada: R\$ 10.099.246,90
Limpeza: R\$ 4.360.839,28
Energia elétrica: R\$ 3.287.157,65
Manutenção Predial: R\$ 571.857,18
Abastecimento de Água: R\$ 502.452,94
TOTAL GERAL: R\$ 18.249.696,77

Panorama de Custos Operacionais: Unidades e Serviços

Este infográfico detalha a alocação de recursos financeiros, destacando quais unidades gerenciais demandam maior investimento e quais serviços operacionais representam o maior peso no orçamento total da organização.

Custos por Unidade Gerencial



Administração Central possui o maior custo

Com um gasto de R\$ 5,33 milhões, a Adm. Central é a unidade de maior impacto financeiro.



CEST-PE



CEST-CE

CEST-PE e CEST-CE lideram as unidades regionais
Total > R\$ 6,5 milhões

Ambas as unidades somam mais de R\$ 6,5 milhões em custos operacionais.

Adm. Central	R\$ 5.334.573,71
CEST-PE	R\$ 3.508.516,04
CEST-CE	R\$ 3.090.815,39



Grande variação entre as menores unidades

Os custos variam de R\$ 177 mil (RN) a R\$ 987 mil (AL).

Despesas por Categoria de Serviço



Vigilância e Brigada é o serviço mais oneroso

Este serviço representa o maior gasto individual, superando R\$ 10 milhões.



Limpeza e Energia somam

Estes dois serviços essenciais formam o segundo escalão de gastos da operação.

1	Vigilância e Brigada	R\$ 10.009.246,90
2	Limpeza	R\$ 4.300.839,28
3	Energia Elétrica	R\$ 3.287.157,65

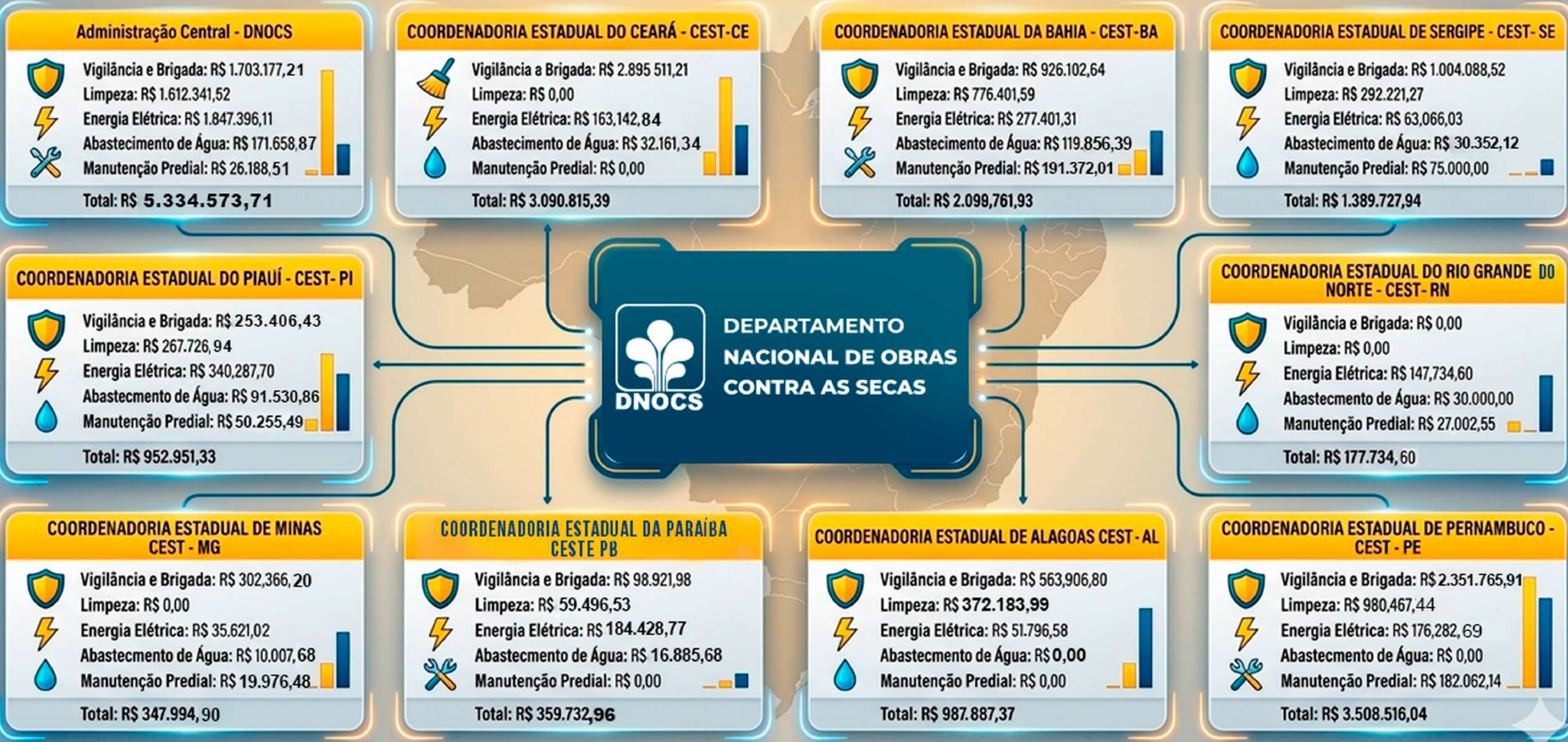


Manutenção e Água com menor impacto

Somados, representam aproximadamente R\$ 1 milhão do orçamento total.

ANÁLISE GRÁFICA DOS CUSTOS POR TIPO DE SERVIÇO E PREDIAIS

Panorama Orçamentário DNOCS 2025: Comparativo de Custos Operacionais.
Comparação detalhada dos custos de manutenção e serviços entre a Administração Central do DNOCS e suas Coordenadorias Estaduais (CESTs), destacando particularidades logísticas.



Fonte: Administração Central (SEI nº 2075540), CEST-PI (SEI nº 2092637), CEST-PB (SEI nº 2080391 e 2080427), CEST-CE (SEI nº 2080804), CEST-MG (SEI nº 2079773), CEST-BA (SEI nº 2071721), CEST-SE (SEI nº 2076702), CEST-AL (SEI nº 2074654), CEST-RN (SEI nº 2092774), CEST-PE (SEI nº 2086314)

Vigilância e Brigada

Custo fixo obrigatório, essencial para a proteção de ativos físicos extensos (como barragens, reservatórios, estações de pisciculturas e perímetros de irrigação) e para a segurança patrimonial e laboral em unidades administrativas e escritórios.

Limpeza

Assegura a manutenção de padrões sanitários e de saúde ambiental nas instalações públicas, condição indispensável para o funcionamento institucional. Esses valores evidenciam a relevância do serviço para a salubridade dos ambientes e a preservação do patrimônio público.

Energia Elétrica

Alimenta as instalações técnicas, os sistemas de gestão hídrica e os escritórios administrativos que compõem o núcleo operacional do órgão. A maior participação foi da Administração Central (R\$ 1.847.396,11), demonstrando concentração de consumo em unidades com maior estrutura física e operacional.

Abastecimento de Água

As despesas com abastecimento de água alcançaram R\$ 502.452,94, correspondendo a aproximadamente 2,75% do total. O maior gasto ocorreu na Administração Central (R\$ 171.658,87), seguido pela CEST-BA (R\$ 119.856,39), indicando variações regionais no consumo e nos custos tarifários.

Manutenção Predial

Os gastos com manutenção predial totalizaram R\$ 571.857,18, cerca de 3,13% do total. Destacam-se a CEST-PE (R\$ 182.062,14) e o CEST-BA (R\$ 191.372,01), evidenciando investimentos pontuais para preservação da infraestrutura física e prevenção de deterioração dos ativos.

Distribuição Geográfica dos Custos

A análise por unidade demonstra concentração significativa dos custos em unidades com maior porte operacional e maior fluxo de servidores e usuários. Observa-se ausência de registros de despesas em determinados serviços para algumas unidades,

o que pode estar relacionado a contratos centralizados, particularidades operacionais ou ausência de consumo no exercício analisado.

Considerações Finais

Os dados evidenciam que os custos com segurança, limpeza e energia elétrica constituem os principais vetores de despesa da administração predial em 2025. A concentração dos gastos na Administração Central e em unidades estratégicas reforça a necessidade de contínuo monitoramento, planejamento e adoção de boas práticas de gestão, visando à eficiência, economicidade e sustentabilidade do gasto público, em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes de governança institucional.

INVESTIMENTO EM CAPITAL – EXERCÍCIO 2025

Tabela de Dados

Unidade	Categoria de Investimento	Valor Planejado (R\$)	Percentual do Total
ADM. Central	Equipamentos	R\$ 13.963.490,00	2,17%
	Obras e Instalações	R\$ 82.237.297,74	12,81%
CEST-PI	Equipamentos	R\$ 0,00	0,00%
	Obras e Instalações	R\$ 2.753.019,01	0,43%
CEST-PB	Equipamentos	R\$ 44.815.472,40	6,98%
	Obras e Instalações	R\$ 0,00	0,00%
CEST-CE	Equipamentos	R\$ 0,00	0,00%
	Obras e Instalações	R\$ 7.171.626,13	1,12%
CEST-MG	Equipamentos	R\$ 0,00	0,00%
	Obras e Instalações	R\$ 336.384,77	0,05%
CEST-BA	Equipamentos	R\$ 429.443.060,00	66,89%
	Obras e Instalações	R\$ 214.662,94	0,03%
CEST-SE	Equipamentos	R\$ 25.110.170,00	3,91%
	Obras e Instalações	R\$ 29.528.723,44	4,60%
CEST-AL	Equipamentos	R\$ 6.192.700,00	0,96%
	Obras e Instalações	R\$ 0,00	0,00%
CEST-RN	Equipamentos	R\$ 20.820,00	0,00%
	Obras e Instalações	R\$ 174.864,25	0,03%
CEST-PE	Equipamentos	R\$ 0,00	0,00%
	Obras e Instalações	R\$ 0,00	0,00%

Fonte: Administração Central (SEI nº 2094208), CEST-PI (SEI nº 2092637), CEST-PB (SEI nº 2080391 e 2080427), CEST-CE (SEI nº 2073274 e 2080804), CEST-MG (SEI nº 2079773), CEST-BA (SEI nº 2071721 e 2080202), CEST-SE (SEI nº 2076702), CEST-AL (SEI nº 2074654), CEST-RN (SEI nº 2092774), CEST-PE (SEI nº 2087927)

Plano de Investimento em Capital 2025

Distribuição orçamentária de capital, destacando prioridades em equipamentos e infraestrutura por unidade administrativa.

VISÃO GERAL DO ORÇAMENTO

R\$ 641.962.290,68
VALOR TOTAL DO INVESTIMENTO EM CAPITAL 2025

FOCO EM EQUIPAMENTOS R\$ 519,5 MILHÕES

Destinados à renovação e aquisição de maquinário.

81%
DO TOTAL



R\$ 122,4 MILHÕES PARA OBRAS

Investimento direcionado para melhorias estruturais e novas instalações físicas.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E POR UNIDADE

CEST-BA LIDERA OS INVESTIMENTOS R\$ 429,6 MILHÕES

A unidade da Bahia concentra o maior volume de recursos do plano.



Equipamentos:
R\$ 429.443.060,00

Obras e Instalações:
R\$ 214.662,94

ADM. CENTRAL R\$ 96,2M



Equipamentos:
R\$ 13.965.490,00



Obras e instalações:
R\$ 82.237.297,74

CEST-PB R\$ 44,8M



Equipamentos:
R\$ 44.815.472,40

Obras e Instalações:
R\$ 0,00

DESAFIOS FUTUROS

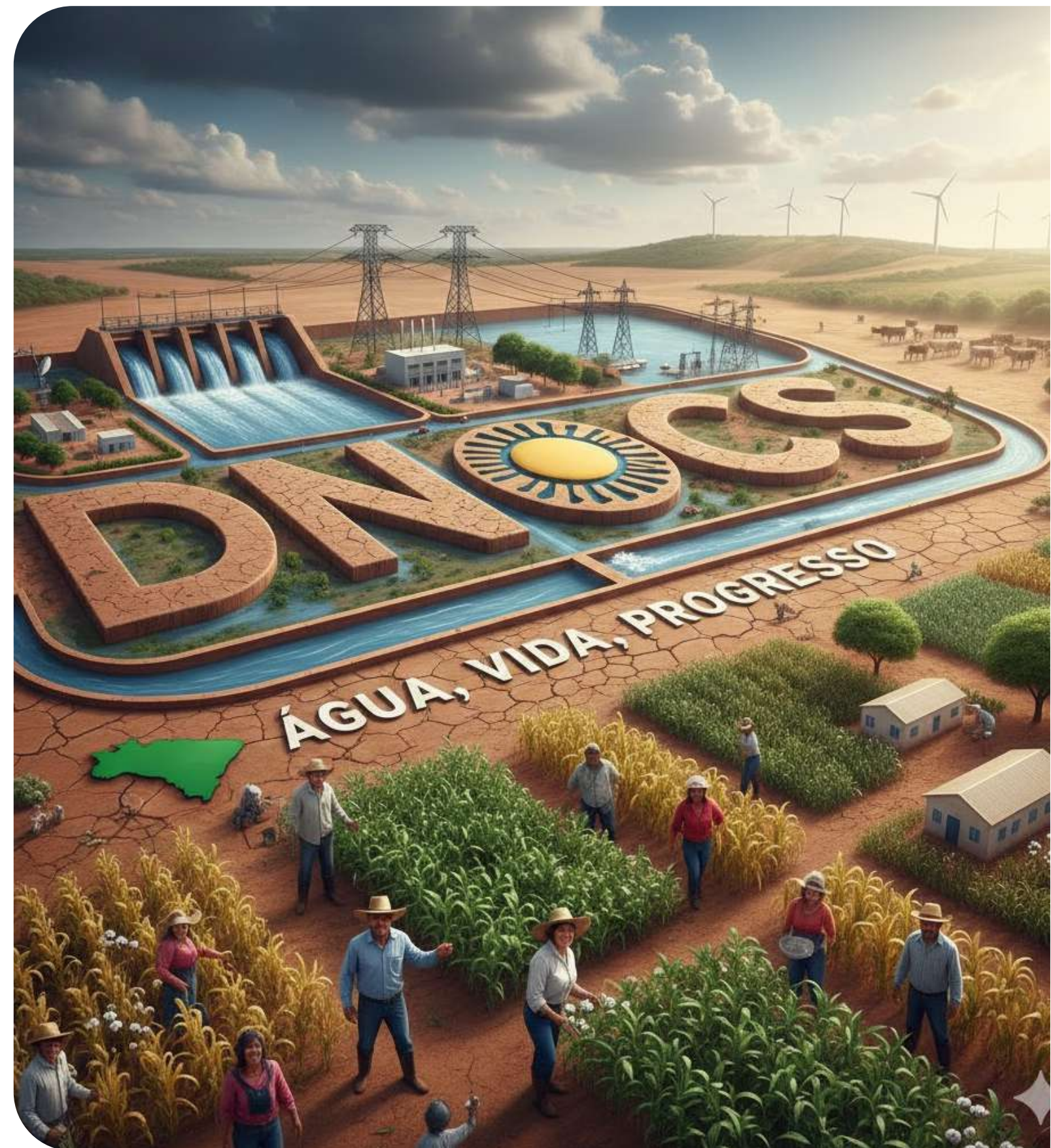
• Implantar tecnologias para agilizar os processos de trabalho, cita-se como exemplo o **Novo Sistema de Almoxxarifado Virtual 3.0**, que é um serviço de logística, com disponibilização de sistema informatizado, para o fornecimento de materiais de consumo administrativo, ou seja, materiais de expediente (papel, caneta, grampeador) e suprimentos de informática (CD, DVD, pen drive), com entregas em todo território nacional. Em geral, são itens de papelaria. O objetivo é diminuir custos administrativos, desburocratizar o processo de fornecimento e reduzir o espaço físico ocupado com estoque, ao mesmo tempo em que é uma solução fácil e prática ao usuário. Para o AVN 3.0, em fase de planejamento, haverá a ampliação desse escopo, incluindo-se itens como materiais para limpeza e copa, dentre outros. As informações serão disponibilizadas em definitivo no momento da publicação do edita no link abaixo.

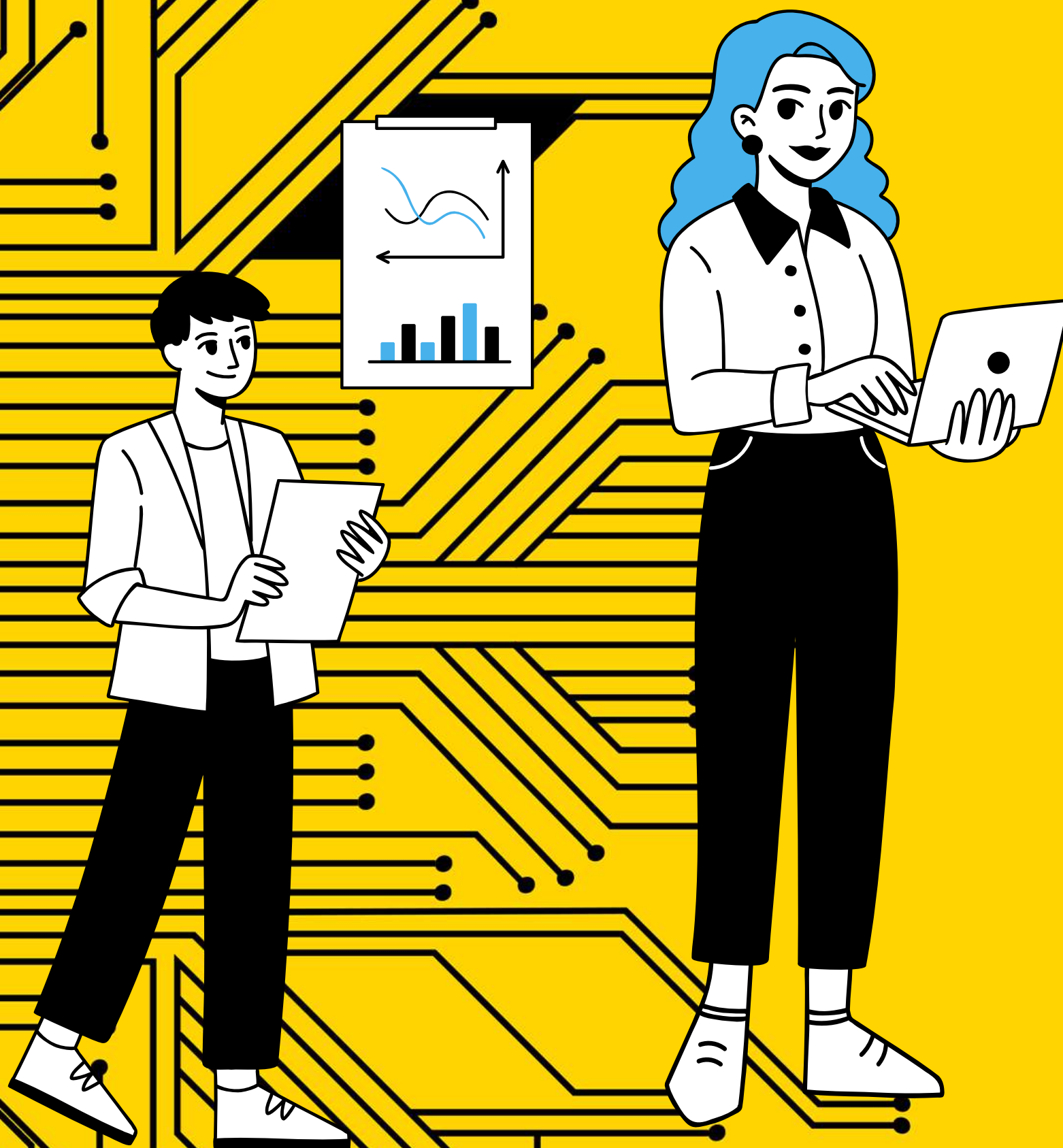
<https://url.mutua.com.br/8xLL>



• Ampliação da utilização do **Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS** nas Coordenadorias Estaduais, principalmente do Inventário Eletrônico Mobile (App de coleta de dados via código de barras – SIADS Coletor);

• Aprimoramento nas Gestões de Bens Móveis e Imóveis considerando a escassez de mão de obra do DNOCS, em relação ao baixo quadro de servidores na ativa;





GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CONFORMIDADE LEGAL DE TIC

Para garantir que a Gestão de Tecnologia da Informação esteja em conformidade com a legislação vigente, o DNOCS adota e aplica as diretrizes e normativas definidas pelo próprio órgão, pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), pela Rede de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC), pela Rede gov.br e pelo Governo Federal.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do DNOCS tem como principal instância o Comitê de Governança Digital (CGD), vinculado ao macroprocesso de Gestão de TIC e ao processo de Governança de TIC. Foi instituído pela Portaria DNOCS/DG nº 8/2023 e reestruturado pela Portaria DNOCS/DG nº 172/2023. Como órgão consultivo e permanente, com atribuições executivas, o CGD tem as seguintes responsabilidades:

Aprovar os instrumentos de planejamento, elaborados por grupos de trabalho designados pelo comitê, a seguir listados:

- Plano de Transformação Digital: abrangendo transformação de serviços, unificação de canais digitais, interoperabilidade de sistemas e segurança.
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC): instrumento de planejamento e gestão de TIC, conforme a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.
- Plano de Dados Abertos: orientado para a abertura de dados do DNOCS, conforme o Decreto nº 8.777/2016.
- Plano de Segurança da Informação: incluindo organização da Política de Segurança da Informação (PSI), capacitação e conscientização, conforme a Instrução Normativa GSI/PR nº 1/2020.

- Assessorar na implementação da segurança da informação, incluindo:
- Formação de grupos de trabalho, entre estes, equipes fixas, como a Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes - ETIR e a Equipe de Transformação Digital;
 - Participação na elaboração e revisão da PSI e normas internas;
 - Deliberação sobre políticas e normas de segurança.

O CGD atua como um fórum para discussão e decisão sobre Governança de TIC, sendo responsável por definir políticas, avaliar riscos, aprovar projetos estratégicos e supervisionar a implementação de padrões de segurança da informação.

No desempenho de suas atividades, busca-se uma abordagem colaborativa que envolva todas as partes interessadas, garantindo decisões alinhadas aos objetivos organizacionais. O comitê funciona como um mecanismo ágil e proativo para atender às demandas emergentes, impulsionar a inovação e fortalecer a resiliência dos sistemas digitais do DNOCS.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O DNOCS participa das estratégias federais de segurança da informação por meio da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos - ReGIC, onde a própria unidade administrativa de TIC representa a ETIR.

Para assuntos específicos do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, o DNOCS possui estrutura de governança apoiada pelo CGD, cujo presidente é o gestor de segurança da informação, assim como pelos representantes da área de TIC, pelo encarregado do tratamento de dados pessoais e pelos responsáveis pela governança institucional e pela gestão da integridade.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS

As atividades de TIC no DNOCS usaram como principal fonte o programa 0004 - Apoio de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, da ação 2000 - Administração da Unidade. Para o exercício de 2025, foram previstos R\$ 1.248.708,00 (dotação inicial), utilizados, na maior parte, para os contratos continuados de suporte à infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações. Desse montante, foram empenhados R\$ 1.248.708,00, porém pagos apenas R\$ 995.441,00 (Fonte: SIOP).

CONTRATAÇÕES DE TIC MAIS RELEVANTES

Na tabela abaixo é mostrada a situação das contratações no fim do exercício (31/12/2025):

Objeto (Contrato - vigência)	Fornecedor - CNPJ	Valor anual do contrato* (R\$)	Pagamentos de empenhos de 2025 no exercício** (R\$)	Observações
Central de Serviços de TIC (02/24 - jul/25 e 07/25 jul/26)	AMAZON INFORMÁTICA / 00.734.255/0001-88	1955999,16	1041082,85	-
Links de internet para as sedes dos estados (25/2023 - nov/28)	TELEBRAS / 00.336.701/0001-04	778281,48	546504,39	-
Outsourcing de impressão (25/22 - set/25)	TELECOPY / 23.561.848/0001-95	175171,56	166401,07	-
Firewall (18/25 - nov/28)	ALTAS NETWORKS & TELECOM LTDA/05.407.609/0002-84	77000	0	Contratado em 2025, a pagar em 2026
Nobreaks para Datacenter (56/25 - dez/29)	ECCOPOWER SISTEMAS DE ENERGIA IMPORTACAO, EXPORTACAO LTDA/10.399.398/0002-15	72200	0	Contratado em 2025, a pagar em 2026
Storage (75/2024 - dez/25)	TAKTER BRASIL SERVICOS DE INFORMATICA LTDA/36.422.167/0001-98	54700	54700	Contratado em 2024, pago em 2025
Licenciamento Microsoft (2024NE000468 - dez/25)	SENIORTECH TECNOLOGIA LTDA/09.067.306/0001-30	16650	16650	Contratado em 2024, pago em 2025
Licenciamento Microsoft (2024NE000468 - dez/26)	SENIORTECH TECNOLOGIA LTDA/09.067.306/0001-30	19597,1	0	Contratado em 2025, a pagar em 2026

Legenda:
*: Se contrato plurianual, valor de 12 meses; se contrato de serviço continuado, valor do último termo aditivo ou termo de apostilamento; se mais de um contrato ao mesmo fornecedor no exercício, valor do último contrato no exercício.
**: Soma dos valores desembolsados dos empenhos emitidos em 2025, obtidos do SIAFI/CONNE na visão de 2025.

PLANO DIRETOR DE TIC

Em 2025, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação PDTIC 2025-2028, alinhado à Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD 2024-2027 e ao Plano Estratégico Institucional - PEI 2025-2028, e norteou as ações de TIC no DNOCS.

A execução do PDTIC em 2025 manteve o foco no planejamento e gestão das Contratações de TIC, na realização das atividades da Transformação Digital e no cumprimento dos ciclos do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI.

Foram instituídas 18 metas e 37 ações, enquadradas em 13 necessidades. Para o exercício de 2025, as 18 metas estipuladas apresentaram atingimento médio de 81%.

Cód	Descrição da Meta	Indicador	Unidade	Meta 2025	Realizado	Realizado (%)
M1	Apoiar tecnicamente a contratação, desenvolvimento ou aquisição de soluções tecnológicas para as áreas finalísticas	Percentual de demandas apoiadas	%	50	50	100%
M2	Melhorar todos os índices de governança de TIC do Governo Federal (iGOVSISP, iGovTI, iPriv, iSeg) até 2028	-	-	-		91%
M2.1		% aderência iGOVSISP	%	70	57,71	-
M2.2		Nível de maturidade no iGovTI	adimensional	-	-	-
M2.3		% aderência ao iPriv	%	70	64	-
M2.4		% aderência iSeg	%	65	72	-
M3	Promover campanhas e reforçar a segurança da informação e comunicação	Nº de campanhas realizadas	un	2	2	100%
M4	Implementar soluções de segurança como firewall, antivírus e controle de acesso	Nº de soluções implantadas	un	2	3	100%
M5	Modernizar a infraestrutura de TIC com aquisição de equipamentos essenciais	Nº de contratos efetivados	un	3	1	33%
M6	Expandir a capacidade do datacenter com servidores, storages e nobreaks	Nº de equipamentos adquiridos	un	2	2	100%
M7	Assegurar a continuidade dos serviços de TIC com manutenções e contratações periódicas	% de renovações realizadas no prazo	%	100	100	100%
M8	Elaborar plano de gestão por competências e promover capacitação	Plano publicado e % servidores capacitados	%	50	25	50%
M9	Manter a satisfação das áreas de negócio com os serviços prestados pela TIC	Índice de satisfação medido anualmente	%	95	95	100%
M11	Digitalizar processos internos com adoção de novas ferramentas	Nº de processos digitalizados	un	1	1	100%
M13	Aumentar a interoperabilidade com plataformas do governo	Nº de integrações realizadas	un	1	2	100%
M15	Elaborar e publicar o Plano de Dados Abertos do DNOCS	Plano publicado e atualizado	un	100	0	0%
Realização média						81%

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TI POR CADEIA DE VALOR

Elaboração do PDTIC 2025-2028 alinhado à EFGD e ao PEI; implementações:

- Portaria DG 194/25 - PSI - Política de Segurança da Informação.
- Portaria DG 195/25 - PGPS - Política de Gestão de Provedor de Serviços.
- Portaria DG 196/25 - PDPPSI - Política de Desenvolvimento de Pessoas em Privacidade e Segurança da Informação.
- Portaria DG 197/25 - PDM - Política de Defesas contra Malware.
- Portaria DG 139/24 - MIDP - Modelo de Inventário de Dados Pessoais.
- Manutenção do iGOVSISP, iPriv e iSeg.
- Implantação do firewall e aquisição de nobreaks para o datacenter.



PRINCIPAIS METAS, DESAFIOS, AÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Metas:

Elevar o nível de maturidade da Governança de TIC: Implementar práticas e processos mais eficientes para garantir que a TIC esteja alinhada aos objetivos estratégicos do DNOCS.

Alinhamento estratégico da TIC: Assegurar que as iniciativas tecnológicas estejam em consonância com a missão, visão e valores institucionais, contribuindo para o alcance dos objetivos organizacionais.

Promoção da transformação digital: Impulsionar a adoção de tecnologias digitais para otimizar processos, melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo DNOCS.

Fortalecimento do DNOCS: Consolidar a posição importante do DNOCS na gestão sustentável de recursos hídricos e no enfrentamento da seca, por meio do uso estratégico da TIC.

Modernização da infraestrutura de TIC: Atualizar e valorizar os recursos tecnológicos do DNOCS, incluindo o datacenter e a adoção de serviços em nuvem, para garantir segurança, disponibilidade e escalabilidade.

Melhoria da segurança da informação: Implementar medidas de segurança robustas para proteger os dados e sistemas do DNOCS contra ameaças cibernéticas.

Otimização da gestão de TIC: Aperfeiçoar os processos de contratação, operação e manutenção de soluções de TIC, buscando eficiência e economicidade.

Capacitação e conscientização: Promover o desenvolvimento de habilidades e a conscientização dos servidores do DNOCS em relação ao uso de tecnologias digitais, segurança da informação e transformação digital.

Desafios:

Falta de pessoal: A carência de profissionais qualificados em TIC dificulta a implementação de projetos e a manutenção dos sistemas.

Alta demanda de trabalho: A grande demanda por planejamento de aquisições de soluções de TIC sobrecarrega a equipe existente.

Resistência à mudança: A transição para novas tecnologias e processos pode encontrar resistência pontual.

Complexidade tecnológica: A rápida evolução das tecnologias digitais exige atualização constante e adaptação das estratégias de TIC.

Restrições orçamentárias: A disponibilidade de recursos financeiros pode ser um fator limitante para a implementação de projetos de TIC.

Ações em andamento e planejadas:

Revisão da Política de Governança de TIC: Atualizar a legislação interna para refletir as melhores práticas e os desafios atuais.

Adaptação da PSI: Ajustar a Política de Segurança da Informação - PSI ao novo cenário tecnológico.

Modernização do Datacenter: Implementar uma sala-segura para garantir a segurança e a disponibilidade dos sistemas.

Adoção de serviços em nuvem: Contratar serviços de hospedagem, armazenamento e segurança em nuvem para aumentar a segurança e a escalabilidade.

Contratação de serviços de operação de TIC: Delegar a operação da infraestrutura de TIC e o atendimento ao usuário a uma empresa especializada.

Melhoria da segurança da internet: Reforçar a segurança do acesso à internet nas unidades do DNOCS.

Aquisição de licenças de software: Atender às demandas das diversas unidades do DNOCS por licenças de software.

Promoção da transformação digital: Desenvolver e implementar projetos de transformação digital em diversas áreas do DNOCS.

Implantação da LGPD: Adequar o DNOCS à Lei Geral de Proteção de Dados.

Readequação dos Controles Internos do STI: Revisar e documentar os controles internos da área de TIC.

Publicação do novo PDTIC: Elaborar um novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional.

Conscientização sobre TIC: Promover ações de conscientização sobre administração de recursos de TIC, transformação digital e segurança da informação.

Seleção para as novas GSISP concedidas, de Gestão de Informação e de Contratações de Soluções de TIC.

Perspectivas Futuras:

Fortalecimento da cultura digital: Adoção de uma cultura organizacional orientada para o uso de tecnologias digitais em todos os níveis do DNOCS.

Ampliação da oferta de serviços digitais: Expansão da oferta de serviços públicos digitais aos cidadãos, facilitando o acesso e a interação com o DNOCS.

Otimização da gestão de recursos hídricos: Utilização de tecnologias digitais para aprimorar a gestão de recursos hídricos, o combate à seca e a sustentabilidade ambiental.

Inovação contínua: Busca constante por novas tecnologias e soluções inovadoras para melhorar a eficiência e a efetividade da atuação do DNOCS.

Valorização dos profissionais de TIC: Investimento no desenvolvimento e na capacitação dos profissionais de TIC, reconhecendo sua importância estratégica para o DNOCS.

Este panorama busca sintetizar as informações fornecidas, oferecendo uma visão abrangente das metas, desafios, ações e perspectivas futuras da TIC no DNOCS. É importante ressaltar que este é um cenário dinâmico, sujeito a mudanças e adaptações ao longo do tempo, em função das necessidades e prioridades institucionais.

Sustentabilidade

ASPECTO FINANCEIRO

Sustentabilidade e Continuidade Operacional

A sustentabilidade, sob a ótica da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), reflete a capacidade da Autarquia de gerar resultados econômicos e sociais positivos de forma contínua, garantindo o equilíbrio financeiro e patrimonial no longo prazo. No DNOCS, essa visão orienta-se pelo princípio da prudência e pela gestão responsável de ativos e passivos.

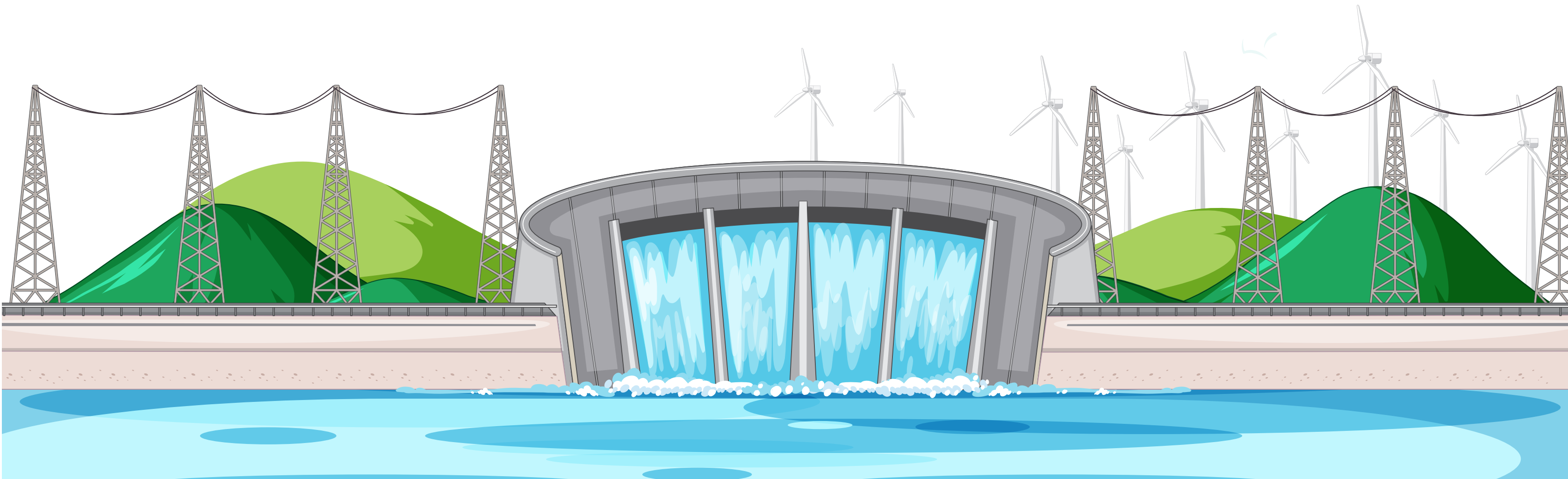
Equilíbrio Financeiro e Eficiência no Uso de Recursos

O exercício de 2025 demonstrou um compromisso com a eficiência operacional, evidenciado pela redução de 6,1% nos gastos com pessoal e encargos e de 26,2% nas despesas com transferências e delegações concedidas.

Embora o fluxo de caixa operacional (R\$ 235,4 milhões) não tenha sido suficiente para suportar integralmente as atividades de investimento (R\$ 267,6 milhões) em 2025, a Autarquia mantém um patrimônio robusto, com o Imobilizado representando 99,19% do Ativo Não Circulante. Esse equilíbrio é fundamental para assegurar que as políticas públicas sob responsabilidade do DNOCS contribuam para o desenvolvimento sustentável das gerações futuras.

Desafios Institucionais à Sustentabilidade

De acordo com os aspectos institucionais da sustentabilidade, o fortalecimento da governança e da força de trabalho é essencial para a transparência e accountability. Atualmente, a Setorial de Contabilidade enfrenta um desafio crítico de sustentabilidade operacional devido à redução drástica de sua equipe, contando com apenas 4 servidores para gerir processos complexos, como a conformidade contábil e as Tomadas de Contas Especiais (TCE).



A recomposição desse quadro é medida indispensável para garantir:

- **Fidedignidade das informações:** Preservar a integridade dos registros no SIAFI e nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG).
- **Segregação de funções:** Assegurar que o conformista contábil não exerça funções conflitantes, salvaguardando a autonomia profissional.
- **Mitigação de riscos:** Garantir que a redução da capacidade técnica não afete a prestação de contas e a imagem da organização perante a sociedade.

Perspectivas e Normatização Internacional

O DNOCS monitora a evolução das normas internacionais de sustentabilidade (IFRS S1 e S2) e as futuras diretrizes do International Public Sector Standards Board (IPSASB). A Autarquia busca alinhar seus processos para que, em exercícios futuros, o relato integrado evidencie com clareza a relação entre o equilíbrio financeiro, a responsabilidade social e as boas práticas de governança.

Tabela de Indicadores de Sustentabilidade Institucional

Conforme sugerido pelo Guia de Elaboração do TCU, o monitoramento por indicadores é essencial para evidenciar a eficiência no uso de recursos públicos e a transparência da gestão.

Dimensão da Sustentabilidade	Indicador Sugerido	Contexto DNOCS 2025
Financeira	Eficiência na Execução de Investimentos	Investimentos de R\$ 267,6 milhões realizados no exercício.
Institucional	Capacidade da Equipe Contábil	Atuação com força de trabalho reduzida (4 servidores) para toda a Setorial.
Operacional	Relação Custo/Folha de Pagamento	Redução de 5,58% na remuneração a pessoal em relação a 2024.
Ambiental	Gestão de Ativos Imobiliários	Descontinuidade do uso do SPIUnet em 2026 e adoção de métodos mais eficientes para apuração automática de depreciação de bens imóveis.

Aspecto Ambiental e Modernização

- **Eficiência de Custos:** A redução de R\$ 4,7 milhões nos gastos com pessoal e encargos demonstra uma busca por maior eficiência institucional, alinhada ao princípio de responsabilidade na gestão de ativos.
- **Conformidade e Transparência:** A observância rigorosa à Macrofunção-STN 020315 e ao Manual Siafi garante a fidedignidade na evidenciação dos efeitos patrimoniais, evitando a manipulação de informações e garantindo a transparência exigida pelos novos padrões de sustentabilidade.

Risco à Sustentabilidade Social e Institucional: Capital Humano

A sustentabilidade de uma organização pública depende diretamente de sua capacidade de captar e reter talentos, garantindo a continuidade da prestação de serviços essenciais à sociedade. No DNOCS, observa-se um cenário de vulnerabilidade institucional devido à redução severa da força de trabalho na Setorial de Contabilidade.

- **Impacto na Continuidade Operacional:** A existência de apenas 4 servidores para gerir a contabilidade de uma Autarquia com ativos imobilizados de R\$ 7,1 bilhões compromete a resiliência institucional e a capacidade de resposta a longo prazo.
- **Segregação de Funções e Governança:** O acúmulo de atribuições — que inclui a análise de prestações de contas, atividades de Setorial, Comissão de TCE e gestão de acessos — desafia o princípio da segregação de funções estabelecido nas normas de conformidade.

- **Risco de Perda de Conhecimento:** A ausência de recomposição do quadro, depois da efetivação das sucessivas aposentadorias e vacâncias, cria um risco social interno, onde a sobrecarga de trabalho pode afetar a saúde ocupacional e a retenção do conhecimento técnico acumulado.

Portanto, a recomposição da força de trabalho não é apenas uma necessidade administrativa, mas uma medida de sustentabilidade institucional indispensável para garantir que o DNOCS continue a gerar valor público e a manter a integridade de sua gestão patrimonial e financeira para as futuras gerações.

ASPECTO SOCIAL

No contexto social, o DNOCS, por intermédio das ações e atividades realizadas no âmbito dos projetos Públicos de Irrigação, nas Estações de Piscicultura e no Centro de Pesquisa em Aquicultura Rodolpho von Ihering, em Pentecoste-CE, sob sua gestão, contribui de forma significativa para a sustentabilidade, propiciando à população e à região, inúmeros benefícios.

Além da distribuição de alevinos e dos peixamentos realizados nos açudes públicos e comunidades pelas Estações de Piscicultura, o Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho von Ihering dissemina e transfere conhecimentos e práticas nas áreas de aquicultura e tecnologia do pescado, o que propicia aos participantes oportunidades de inserção no mercado de trabalho, na área de produção e processamento do pescado, afora a contribuição prestada para o fortalecimento da cadeia produtiva, da economia local e a segurança alimentar das famílias beneficiadas.

Ressalta-se o relevante papel exercido pelo Centro de Pesquisas, junto à sociedade e comunidade acadêmica, através das parcerias firmadas com instituições de ensino, superior e médio.

No âmbito dos Projetos Públicos de Irrigação, a sustentabilidade social se destaca especialmente pela criação de empregos diretos e indiretos, pela melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e o fortalecimento e incremento da economia local, bem como, a ampliação de oferta de alimentos nas regiões irrigadas.

A técnica de irrigação implantada nos projetos do DNOCS tornou-se um dos principais pilares para o desenvolvimento hidroagrícola do Nordeste brasileiro, tendo em vista que não enfrentou somente os desafios da seca, mas também contribuiu para o crescimento econômico e a segurança alimentar das regiões beneficiadas.

Na área de infraestrutura hídrica, a implantação de barragens, adutoras e sistemas de abastecimento d'água representa uma medida estruturante para garantir segurança hídrica às comunidades vulneráveis.

As barragens são planejadas para regularizar cursos d'água e assegurar o abastecimento d'água para as populações do seu entorno a partir da ampliação da capacidade de reserva hídrica da bacia em que o reservatório está localizado.

A ampliação da reserva e a distribuição da água contribuem para diminuir os efeitos das secas recorrentes, fortalecendo a resiliência social e econômica das populações do semiárido.

Por exemplo, a Barragem Oiticica/RN, com capacidade de acumulação de 598 milhões de m³, que integra o Projeto de Integração do Rio São Francisco que deve assegurar o abastecimento d'água para as populações do entorno do Rio Piranhas Açu.

Relevante, também, é o caso da Adutora do Pajeú, destinada a ampliar a distribuição d'água potável para a população de dezenas de municípios de Pernambuco e Paraíba, que contribuirá sobremaneira para a redução de desigualdades regionais.

A sustentabilidade ambiental também se manifesta nas ações de recuperação e modernização de barragens existentes.

As Intervenções realizadas em diversos reservatórios do Nordeste têm como objetivo preservar a integridade das barragens e prevenir acidentes ambientais, alinhando-se à Política Nacional de Segurança de Barragens, garantindo não apenas a segurança física das obras, mas também a proteção das comunidades e dos ecossistemas localizados a jusante.

Sob a perspectiva social, promover o acesso à água em áreas rurais difusas contribui para o desenvolvimento humano e para a segurança alimentar, sobretudo em comunidades em situação de vulnerabilidade.

A implantação de sistemas simplificados de abastecimento promove inclusão social ao reduzir a dependência de fontes precárias e ampliar condições de saúde pública. Dessa forma, observa-se que a sustentabilidade socioambiental na gestão hídrica envolve uma abordagem integrada: infraestrutura física, proteção ambiental e promoção social que atuam de maneira complementar. Ao garantir acesso à água, prevenir riscos ambientais e fomentar atividades produtivas, a gestão dos recursos hídricos transforma-se em instrumento de desenvolvimento regional sustentável, contribuindo para redução de desigualdades e fortalecer a convivência com o semiárido.

ASPECTO INSTITUCIONAL

Governança, Transparência e Geração de Valor

A sustentabilidade institucional do DNOCS fundamenta-se em sua **estrutura de governança** e no compromisso com o **Controle Social**.

Em 2025, a Autarquia não apenas cumpriu normas, mas gerou valor público ao converter eficiência administrativa em transparência e responsabilidade social.

Transparência Ativa e Controle Social.

O DNOCS entende que a transparência é o combustível do controle social. Em 2025, houve a manutenção do índice, praticamente **80% de atendimento às demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI)** e a divulgação proativa de dados permitiram que o cidadão monitorasse de perto a aplicação dos recursos.

- **Impacto no Valor Público:** Ao abrir seus dados e cumprir prazos de resposta, o DNOCS reduz o distanciamento entre o Estado e o cidadão, fortalecendo a confiança institucional e permitindo que a sociedade atue como vigilante da gestão hídrica.

Eficiência Operacional como Geração de Valor.

As entregas contidas no **Plano de Logística Sustentável (PLS)**, detalhadas em nossos relatórios de monitoramento, são exemplos claros de como a modernização administrativa contribui para a sustentabilidade financeira:

- **Redução de Insumos:** A economia no consumo de papel e copos descartáveis, impulsionada pela digitalização de processos (SEI) e pelo Almoxarifado Virtual, evitou o desperdício de recursos públicos.

- **Mensuração de Resultados:** A análise do consumo efetivo versus os limites definidos demonstrou um "distanciamento positivo", evidenciando que a cultura de ecoeficiência está cada vez mais internalizada.

- **Geração de Valor:** Cada real economizado com custeio administrativo (papel, energia, materiais) representa um recurso preservado para o investimento em infraestrutura hídrica e ações de convivência com a seca, maximizando o benefício entregue à população do semiárido.

Governança de Riscos e Ética

A implementação de **Planos de Gestão de Riscos Integrada (PGRI)**, em processos como Planejamento Orçamentário e Comunicação Institucional, garante que as entregas à sociedade sejam menos suscetíveis a interrupções.

Aliado a isso, o desempenho da Comissão de Ética (87,5% de demandas atendidas) assegura que a geração de valor seja pautada pela integridade, mitigando desvios e protegendo o patrimônio público.

Participação Social no Processo Decisório

A modernização não é apenas tecnológica, mas democrática. A promoção da participação da sociedade no monitoramento da oferta hídrica e na gestão dos reservatórios democratiza o acesso à água. Esse modelo de governança participativa garante que as decisões da Autarquia reflitam as necessidades reais das comunidades, gerando um valor social imensurável na promoção da dignidade e segurança alimentar no Nordeste.



ASPECTO AMBIENTAL

Compromisso Institucional com a Sustentabilidade

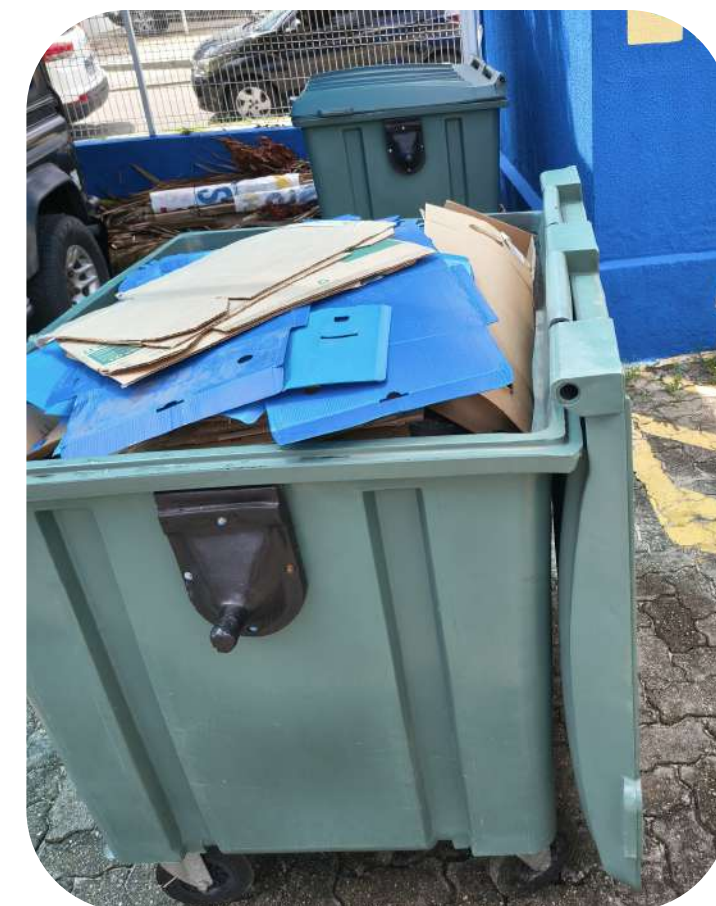
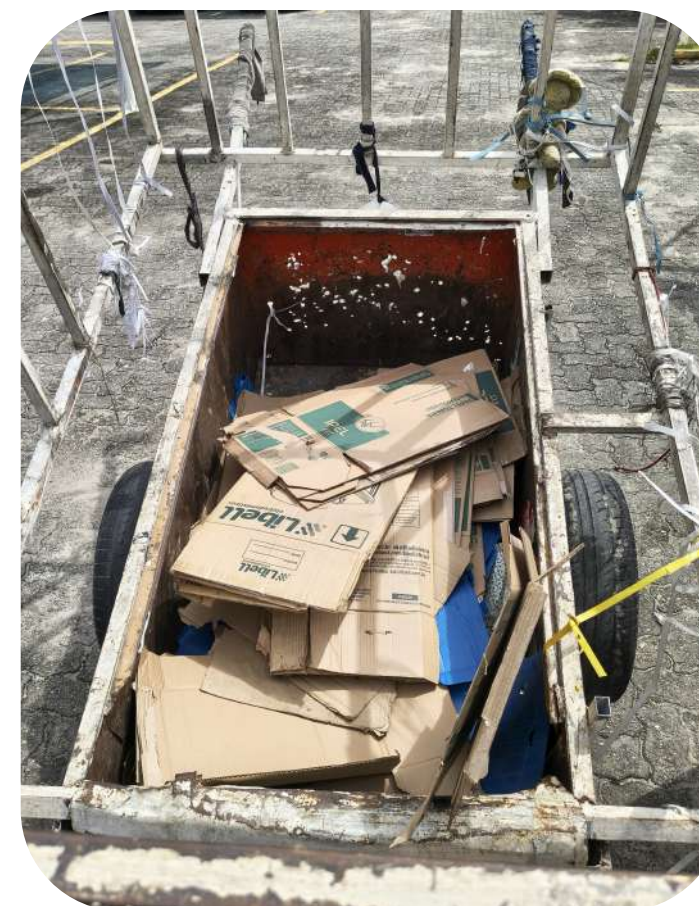
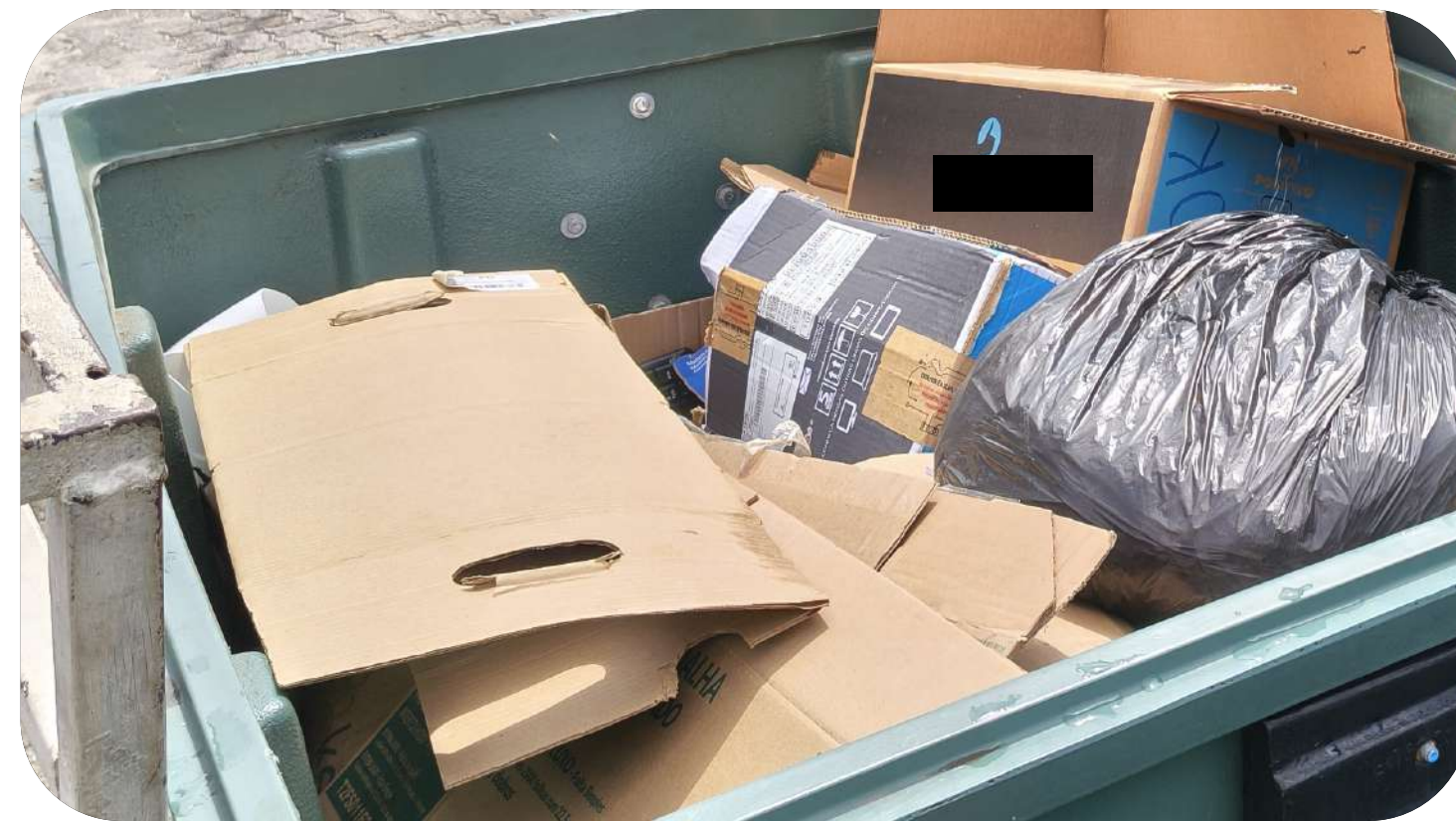
O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas vem consolidando, de forma progressiva e estruturada, uma política institucional orientada à sustentabilidade ambiental, integrando critérios ambientais às rotinas administrativas, aos processos de aquisição e à gestão de bens e serviços. As ações implementadas demonstram alinhamento com os princípios da administração pública moderna, notadamente a eficiência, a economicidade e a responsabilidade socioambiental.

Ações Estruturantes para Redução de Resíduos Poluentes

No eixo de redução de resíduos sólidos e poluentes, o DNOCS adotou medidas concretas e contínuas que contribuem diretamente para a mitigação de impactos ambientais:

- Implantação de separação e coleta seletiva de resíduos sólidos, com posterior doação dos materiais recicláveis às cooperativas e recicladores, promovendo inclusão social e fortalecimento da economia circular.
- Destinação adequada de embalagens de materiais de consumo e bens permanentes recebidos, assegurando seu encaminhamento para reciclagem, evitando o descarte inadequado.
- Realização de Leilões Públicos de Bens Móveis Inservíveis, estratégia fundamental para a redução do acúmulo de materiais sem utilidade institucional. Em 2025, foram realizados 03 leilões públicos, possibilitando o reaproveitamento desses bens por terceiros, por meio da utilização do Sistema DOAÇÕES.GOV e orientados pelo Manual de Desfazimento de Bens Móveis Inservíveis idealizado pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI.
- Manutenção dos Coletores e Lixeiras Seletivas, incentivando a correta segregação dos resíduos no ambiente de trabalho.

Essas iniciativas evidenciam uma atuação preventiva e educativa, reduzindo a geração de resíduos e ampliando a destinação ambientalmente adequada.



Maior Transparência e Rastreabilidade

O AVF assegura **rastreabilidade completa das requisições e entregas**, permitindo auditorias mais eficazes e fortalecimento dos princípios da transparência, da publicidade e do controle interno, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

Agilidade nos Processos Administrativos

A automatização das requisições e o fluxo digital reduzem prazos e burocracias, proporcionando **celeridade no atendimento às unidades demandantes** e maior previsibilidade na reposição de materiais.

Sustentabilidade Ambiental

O modelo virtual contribui diretamente para a **redução do consumo de recursos naturais**, uma vez que:

- Minimiza desperdícios de materiais;
- Reduz a geração de resíduos sólidos;
- Diminui a necessidade de embalagens e movimentações logísticas desnecessárias;
- Incentiva o consumo consciente e planejado.

Integração com Sistemas Governamentais

O Almoxarifado Virtual integra-se a sistemas estruturantes do Governo Federal, como o **SIADS**, promovendo padronização, confiabilidade das informações e melhor governança dos bens de consumo.

Padronização e Qualidade dos Materiais

O sistema garante a **padronização dos itens adquiridos**, assegurando qualidade, conformidade técnica e atendimento às especificações previamente definidas, o que reduz falhas e retrabalhos.

Fortalecimento da Governança e do Controle

A utilização do Almoxarifado Virtual fortalece a **gestão por dados**, possibilitando análises de consumo, indicadores de desempenho e tomada de decisão baseada em evidências, além de facilitar o acompanhamento pelos órgãos de controle.

Conformidade Legal e Boas Práticas

A adoção do AVF está alinhada às diretrizes da **Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021)**, às orientações dos órgãos de controle e às boas práticas de governança pública, eficiência e sustentabilidade.

Melhoria da Cultura Organizacional

O sistema estimula a **racionalização do consumo**, a responsabilidade compartilhada e a conscientização dos servidores quanto ao uso adequado dos materiais, fortalecendo a cultura institucional de eficiência e sustentabilidade.

Realização de requisições de materiais de expediente e bens permanentes de forma digital, por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS).

Adoção de configurações de impressão econômica, como impressão frente e verso, margens ajustadas e modo econômico, racionalizando o uso de papel e insumos.

Digitalização de faturas e documentos administrativos, reduzindo custos operacionais e impactos ambientais associados ao uso excessivo de papel.

Relatório de Sustentabilidade Ambiental por Insumos

Apresentação

O presente Relatório de Sustentabilidade Ambiental tem por finalidade apresentar os resultados alcançados na gestão e no consumo de insumos, no âmbito do DNOCS, com ênfase nos itens **Copo para Água, Copo para Café e Papel A4**. O documento evidencia os esforços institucionais voltados à redução do consumo, à conscientização ambiental e à promoção de práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

As ações implementadas incluíram **campanhas de conscientização, atividades educativas e a afixação de orientações em elevadores e flanelógrafos**, estimulando o uso racional dos recursos e a mudança de comportamento dos usuários.

Metodologia

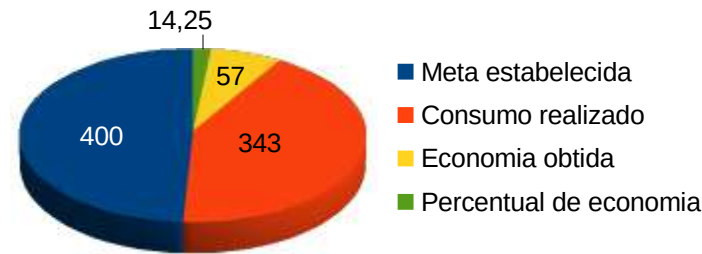
A análise baseia-se na comparação entre as **metas estabelecidas** para cada insumo e o **consumo efetivamente registrado** no período avaliado. A partir desses dados, foram

calculadas as economias absolutas e percentuais, permitindo avaliar o desempenho das ações de sustentabilidade adotadas.

Resultados Consolidados por Insumo

Copo para Água

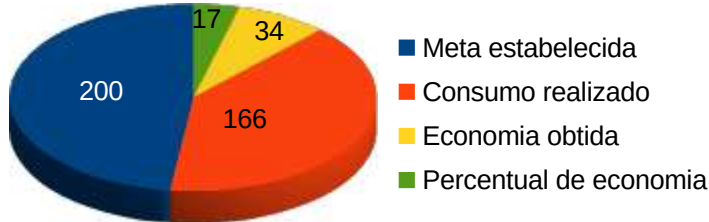
Indicador	Quantidade
Meta estabelecida	400 pacotes
Consumo realizado	343 pacotes
Economia obtida	57 pacotes
Percentual de economia	14,25%



O resultado demonstra redução relevante no consumo de copos para água, refletindo a adesão dos usuários às orientações institucionais e às campanhas de conscientização ambiental.

Copo para Café

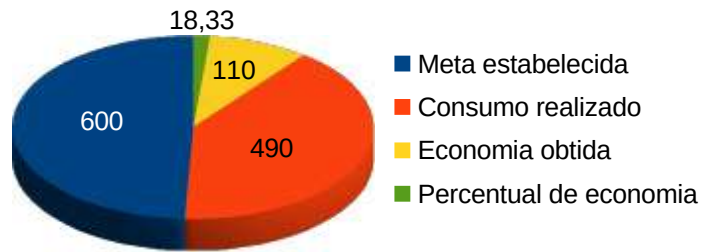
Indicador	Quantidade
Meta estabelecida	200 pacotes
Consumo realizado	166 pacotes
Economia obtida	34 pacotes
Percentual de economia	17%



Observa-se desempenho ainda mais expressivo na redução do consumo de copos para café, evidenciando o impacto positivo das ações educativas e do incentivo ao uso consciente de materiais descartáveis.

Papel A4

Indicador	Quantidade
Meta estabelecida	600 resmas
Consumo realizado	490 resmas
Economia obtida	110 resmas
Percentual de economia	18,33%



A redução no consumo de papel A4 destaca-se como um dos principais avanços, associada à intensificação da digitalização de processos, ao controle de impressões e à sensibilização dos servidores quanto ao uso responsável desse insumo.

Insumo	Meta	Consumo	Economia	Percentual de Economia
Copo para Água	400	343	57	14,25%
Copo para Café	200	166	34	17%
Papel A4	600	490	110	18,33%



Os dados consolidados indicam que todas as metas de consumo foram cumpridas com margem de economia, refletindo positivamente as ações de gestão eficiente de recursos. Além da redução de custos diretos, os resultados contribuem para a diminuição de resíduos sólidos e do consumo de recursos naturais, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Análise Gráfica (Síntese Descritiva)

A representação gráfica dos resultados — por meio de gráficos comparativos entre meta x consumo — evidencia visualmente a redução alcançada em cada insumo, destacando o distanciamento positivo entre o consumo efetivo e os limites previamente definidos. Tal análise reforça a consistência dos resultados obtidos.

Ações educativas e visuais

Avisos em flanelógrafos e elevadores



Papel de parede dos computadores



Considerações Finais

As ações implementadas pelo DNOCS demonstram um compromisso efetivo com a sustentabilidade ambiental, indo além do atendimento normativo e incorporando práticas responsáveis ao cotidiano institucional. Os resultados obtidos refletem uma gestão consciente, que alia eficiência administrativa, redução de impactos ambientais e valorização do interesse público.

Dessa forma, o DNOCS reafirma seu papel como órgão público comprometido com o desenvolvimento sustentável, contribuindo ativamente para a preservação ambiental e para a consolidação de uma cultura organizacional orientada ao uso racional dos recursos naturais.

Os resultados apresentados confirmam o êxito das iniciativas de sustentabilidade ambiental promovidas pelo DNOCS, especialmente no que se refere à redução do consumo de materiais descartáveis e de papel.

Conclui-se que o desempenho observado no consumo dos insumos analisados é positivo e consistente, demonstrando eficácia nas medidas de controle e conscientização adotadas. Recomenda-se a manutenção e o aprimoramento das práticas atuais, bem como o monitoramento contínuo dos indicadores, visando ampliar os percentuais de economia nos exercícios subsequentes e fortalecer a cultura institucional de uso sustentável dos recursos.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

PRODUÇÃO, RENDAMENTO E FUTURO

Gestão de riscos e controles internos

Em 2025, o DNOCS deu continuidade às ações de aprimoramento dos seus mecanismos de governança.

No que se refere à Gestão de Riscos e Controles Internos, com o intuito de contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, foram elaborados os Planos de Gestão de Riscos relacionados aos seguintes processos de trabalho:

-  Planejamento Orçamentário
-  Pactuação e Monitoramento de Metas Institucionais
-  Comunicação e Relações Institucionais
-  Gestão de Contratos Simultâneos e Interdependentes
-  Mapeamento dos Processos de trabalho

O Plano de Gestão de Riscos Integrada da Pactuação e Monitoramento de Metas Institucionais, identifica os riscos a seguir:

- **Risco 1-** Atrasar o envio de dados pelas unidades setoriais dentro dos prazos estabelecidos.
- **Risco 2-** Dados enviados com baixa qualidade (desorganizados, incompletos, inconsistentes)
- **Risco 3-** Metas mal definidas ou inadequadas (não alinhadas à cadeia de valor, não mensuráveis, inatingíveis)

O Plano de Gestão de Riscos Integrada da Comunicação e Relações Institucionais contempla os principais riscos identificados:

- RISCO 1**
As campanhas de comunicação perderem sua efetividade ou se tornam obsoletas, não atingindo os objetivos de comunicação interna e externa.
- RISCO 2**
A imagem do DNOCS ser prejudicada devido à divulgação de informações incorretas, imprecisas ou por dificuldades de identificá-las e responder tempestivamente às demandas da imprensa
- RISCO 3**
Os eventos organizados pelo DNOCS não atingirem seu potencial máximo de comunicação e engajamento, tanto interno quanto externo.
- RISCO 4**
Metas mal definidas ou inadequadas (não alinhadas à cadeia de valor, não mensuráveis, inatingíveis).

O Plano de Gestão de Riscos Integrada para Mapeamento dos Processos de trabalho apresenta os seguintes riscos:

- RISCO 1**
Ocorrer representação do processo sem aderência ao compliance legal
- RISCO 2**
Ocorrer representação do processo sem aderência às boas práticas de caráter técnico
- O Plano de Gestão de Riscos Integrada de processos de trabalho relacionado ao Planejamento Orçamentário**
 -  **Risco 1-** Ocorrer a descontinuidade de empreendimentos em andamento.
 -  **Risco 2-** Ocorrer a fragmentação orçamentária entre ações, a partir de recursos insuficientes diminuindo o impacto efetivo de cada uma.
 -  **Risco 3-** A elaboração da proposta não refletir as reais prioridades técnicas do DNOCS.
 -  **Risco 4-** Ocorrer paralisações e/ou retardamentos dos cronogramas dos empreendimentos.
 -  **Risco 5-** Ocorrer necessidade de replanejamentos, haja vista que uma parte significativa da despesa decorre das obrigações constitucionais e legais.
 -  **Risco 6-** Risco de descontinuidade na gestão do conhecimento, decorrente da aposentadoria iminente de servidores experientes, sem que haja o devido repasse de saberes e práticas, o que pode comprometer a continuidade das atividades institucionais.
 -  **Risco 7-** Aumentar as chances de gerar despesas inscritas em restos a pagar.
 -  **Risco 8-** Apresentar informações superficiais, dados imprecisos ou incompletos ou de baixa qualidade de maneira a prejudicar o planejamento e/ou decisões dos gestores gerando novos problemas.
 -  **Risco 9-** Gerar consequências negativas relacionadas ao controle de gastos (saldos existentes que não serão realizados e falta de recursos em ações importantes).
 -  **Risco 10-** Causar dificuldades no cumprimento de metas e objetivos.

O Plano de Gestão de Riscos Integrada dos Contratos Simultâneos e Interdependentes, elenca os seguintes riscos:

RISCO 1

Atraso ou Paralisação em um contrato que impacta outros.

RISCO 2

Desalinhamento de especificações técnicas e de qualidade.

RISCO 3

Sobreposição ou Lacuna de escopo (Duplicidade ou Omissão).

RISCO 4

Falha na gestão de riscos integrada.

RISCO 5

Conflito de interesses ética (Compliance).

As análises dos controles internos e a priorização das ações de resposta aos riscos foram realizadas em conformidade com a metodologia estabelecida na Política de Gestão de Risco Integrada (PGRI), instituída por meio da Portaria nº 413/DG, de 15 de dezembro de 2020.

O objetivo central dos trabalhos desenvolvidos ao longo do período de referência foi a identificação das vulnerabilidades existentes nos macroprocessos que compõem a cadeia de valor do DNOCS, bem como a proposição de medidas de tratamento adequadas a essas vulnerabilidades. Tais iniciativas visam mitigar riscos, fortalecer os controles internos e ampliar as oportunidades de geração de valor público, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

Aferição do grau de satisfação dos usuários – realidade de alcance social

A Ouvidoria do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) desempenha um papel crucial para o aprimoramento dos serviços prestados pela Autarquia, ao atribuir alta importância às demandas dos cidadãos que, em muitos casos, sugerem correções de rumo e apontam melhores caminhos. Esta parte do relatório visa apresentar uma análise detalhada do desempenho da Ouvidoria, onde são abordadas a frequência e os tipos de manifestações recebidas, assim como o tempo médio e percepção do modo como a resposta foi percebida pelos usuários.

A quantidade e qualidade das ações desenvolvidas pela Ouvidoria demonstram que todas as demandas externas recebidas foram atentamente consideradas e receberam respostas, as mais satisfatórias possíveis. Internamente, foram apresentadas recomendações destinadas a contribuir para a promoção da integridade e da melhoria dos serviços prestados pela Autarquia.

No total, foram recebidas 331 manifestações na Ouvidoria do DNOCS através do Sistema FALA.BR, incluindo SIC (Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão) e LAI (Lei de Acesso à Informação).



Foram recebidas 331 manifestações na Ouvidoria do DNOCS



As demandas recebidas diretamente pelo Sistema FALA.BR, relacionadas ao SIC – Sistema de Informação ao Cidadão, envolvem reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e simplifique, como se pode constatar a seguir:

MOTIVO ARQUIVAMENTO	TIPO DE MANIFESTAÇÃO
 RECLAMAÇÃO	36 (16,2%)
 SOLICITAÇÃO	72 (32,4%)
 DENÚNCIA	112 (50,5%)
 SUGESTÃO	3 (1,4%)
 ELOGIO	2 (0,9%)
 SIMPLIFIQUE	—

*Considera apenas as manifestações respondidas e em tratamento



A Ouvidoria do DNOCS é a unidade responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e pedidos de informações relativos às políticas e ações desenvolvidas pela Autarquia.

A atuação da Ouvidoria é tanto externa quanto interna, e os meios para recepcionar as manifestações encaminhadas pelos cidadãos estão presentes em diversos canais de atendimento eletrônico ou presencial. O quadro a seguir demonstra a estratificação por canais de entrada da Ouvidoria e apresenta um comparativo dos anos de 2024 e 2025.

TOTAL DE DEMANDAS 2024	TOTAL DE DEMANDAS 2025
LAI: 90	LAI: 102
SIC: 192	SIC: 229
E-mail: 69	E-mail: 37
WhatsApp: 15	WhatsApp: 44
Telefone: 35	Telefone: 41
Presencial: 41	Presencial: 25

De acordo com o Artigo 16 da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, o prazo para o atendimento dos requerimentos apresentados à Ouvidoria é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado mediante justificativa, por igual período.

Em 2025, o tempo médio de resposta do DNOCS às manifestações recebidas foi de 23,5 dias pelo regime LAI e 26,7 dias pelo SIC. Esses dados indicam que, a Ouvidoria do DNOCS tem respondido às solicitações dentro do prazo previsto em lei.

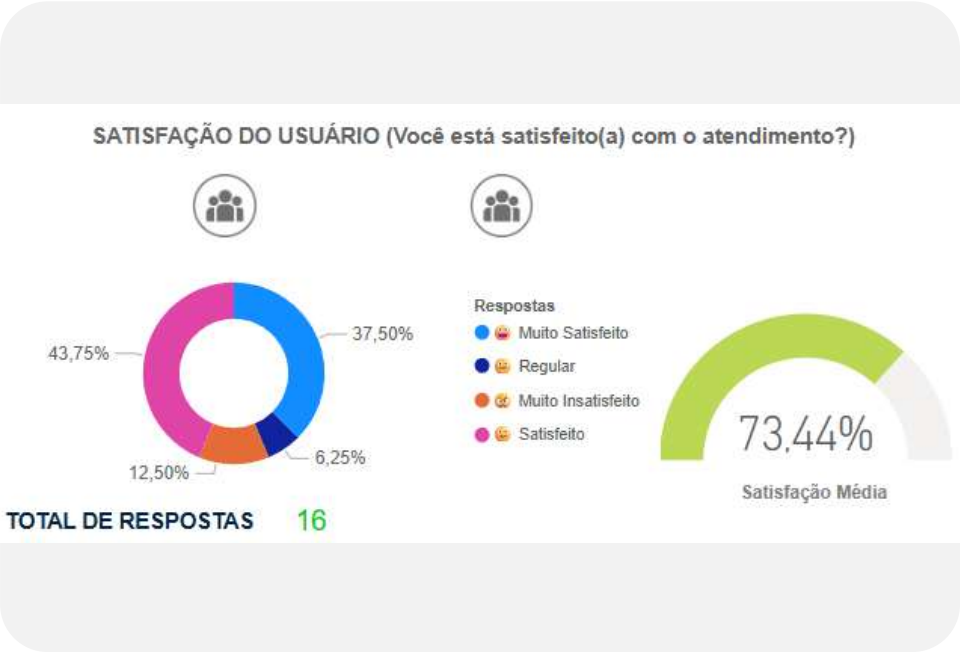
Depois do atendimento recebido na Plataforma FALA.BR, o nível de satisfação dos usuários que buscaram atendimento na Ouvidoria da Autarquia é apresentado a seguir:



Outra informação relevante obtida a partir do Painel Resolveu (CGU) é o percentual de resolutividade das manifestações. Em 2025, o DNOCS registrou 99,11% de resolutividade positiva (“sim”) e 0,89% sem resolutividade (“não”). É importante ressaltar que esses dados são fornecidos pela própria unidade de ouvidoria ao final do tratamento da manifestação por meio da Plataforma Fala.BR, especialmente quando a resposta inicial não foi conclusiva. Durante o ano de 2025, a Ouvidoria realizou um acompanhamento das manifestações, buscando soluções junto às unidades e setores do DNOCS, e atualizou as respostas conforme o andamento das demandas na Plataforma Fala.BR.



O preenchimento do formulário de satisfação do usuário pelo FALA.BR é facultativo, o que justifica a baixa quantidade de resposta dos usuários quando comparado ao quantitativo de pedidos encaminhados à Ouvidoria. É relevante comentar que a adesão dos usuários não é muito expressiva quantitativamente, apesar de ser importante conhecer a opinião das pessoas que utilizam o sistema de ouvidoria do DNOCS.



O Painel Resolveu (CGU, 2025) também mostra que cerca de 73,44% dos usuários se percebem como relativamente satisfeitos. É pertinente explicar que, historicamente, os usuários costumam classificar a sua satisfação baseada no atendimento, ou não, de sua demanda, em vez de considerar de forma mais ampla e complexa todo o processo de atendimento da Ouvidoria Geral.

O gráfico seguinte mostra a série histórica do recebimento das manifestações de Ouvidoria em 2025, destacando um aumento nas demandas encaminhadas diretamente pelo sistema da CGU, mas com significativo número de demandas presenciais e por telefone. Ressalta-se que mesmo quando o canal de acesso é presencial ou por telefone, a demanda é incluída no sistema FALA.BR, para fins de acompanhamento e retorno eficiente para o usuário.



A Ouvidoria do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) integra o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal e tem como principal finalidade fortalecer a participação social e o controle da gestão pública. Com esse propósito, este relatório apresenta, de forma sistematizada, as atividades internas da Ouvidoria,

de maneira completa, porém simplificada, visando preservar a memória das principais ações realizadas pela Autarquia.

A diversidade, a amplitude e a complexidade da atuação da Ouvidoria em 2025 são aspectos relevantes que estão em sintonia com o processo de atuar como espaço de interlocução entre os diversos setores e a sociedade, impulsionando a cidadania, a participação e a transparência no serviço público. É possível constatar em comparação com ano de 2024, que a Ouvidoria expandiu suas atividades e apresentou mudanças significativas em vários indicadores, principalmente utilizando as manifestações recebidas como instrumento de melhoria contínua dos serviços prestados pelo DNOCS.



MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O contato entre os cidadãos e a Ouvidoria ocorre de diferentes formas, sendo a principal delas a Plataforma Fala.BR

 falabr.cgu.gov.br

Os demais canais entre a Ouvidoria do DNOCS e a sociedade são:

E-mail institucional: ouvidoria@dnocs.gov.br
Telefone da Ouvidoria: (85) 3391.5198 ou (85) 3391.5381
Atendimento presencial:
Edifício Sede Administração Central DNOCS
Av. Duque de Caxias, 1700 - Centro.
Térreo, Portaria Principal - Sala da Ouvidoria.

 **Site:** gov.br/dnocs
 **E-mail:** comunicacao@dnocs.com.br
 **Twitter:** [@dnocsbrasil](https://twitter.com/dnocsbrasil)
 **Youtube:** [/dnocsoficial](https://youtube.com/dnocsoficial)
 **Facebook:** [/dnocsgovbr](https://facebook.com/dnocsgovbr)
 **Instagram:** [@dnocsoficial](https://instagram.com/dnocsoficial)

Carta de Serviço ao Cidadão:
<https://url.mutua.com.br/mcjS>

Medidas administrativas para apuração de responsabilidades por danos ao erário – atividades de Correição

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITO

A Unidade Correcional do DNOCS integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, apresentando como diretrizes: i) a plena observação aos princípios constitucionais, em especial aos do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da proporcionalidade; ii) célere e efetiva responsabilização administrativa das infrações; iii) atuação técnica especializada, com ênfase na prevenção; iv) uso dos dados e informações correcionais para a melhoria da gestão; e v) uso do planejamento como ferramenta de gestão, nos termos do artigo 4º, da Portaria Normativa nº 27 da Controladoria-Geral da União. No âmbito interno do órgão encontra-se regulamentada pelo Decreto nº 11.198, de 15 de setembro de 2022, e pela Portaria nº 284/DG/2024, de 01 de julho de 2024, sendo subordinada ao Gabinete do Diretor-Geral.

As atividades correcionais desempenhadas correspondem às apurações de irregularidades, através da instauração e da condução de procedimentos corre-

cionais, que podem ter natureza investigativa ou acusatória, considerando o acervo normativo que rege a matéria administrativa disciplinar: Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.112/1990; Lei 9.784/1999; Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, da Controladoria Geral da União; Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 11.129/2022, assim como o Manual de Processo Administrativo Disciplinar da CGU; o Manual de Responsabilização de Entes Privados; as Notas Técnicas e Instruções Normativas da Corregedoria-Geral da União (CRG-CGU); as Súmulas do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

A Portaria nº 409/DG, de 02 de outubro de 2024, prorrogada pela Portaria nº 313/DG, de 06 de outubro de 2025, designou a unidade de Auditoria Interna como interventora na gestão da Unidade Correcional do DNOCS, com o objetivo de otimizar a resolução dos processos apuratórios.



MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

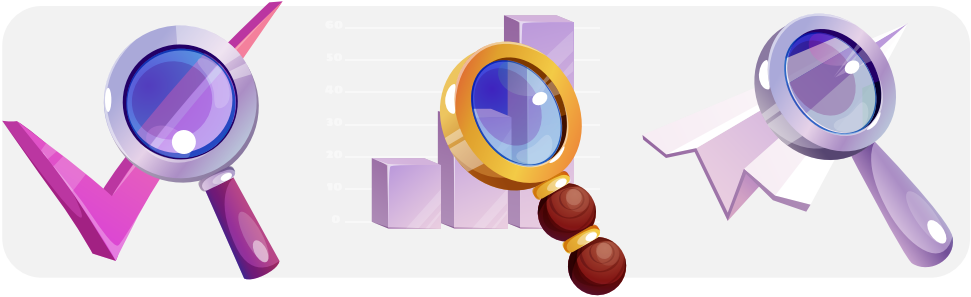
A seguir, são demonstrados no quadro 01, os trabalhos correcionais em trâmite durante janeiro e dezembro. Para efeitos de comparação, segue também o quadro 02, com os mesmos dados referentes ao ano de 2024:

Atividades	Janeiro /2025	Dezembro/2025
Sindicâncias	0	0
PAD	5	12
IPS	0	1

Quadro 01 – Elaborado pelo Serviço de Correição

Atividades	Janeiro /2024	Dezembro/2024
Sindicâncias	1	0
PAD	3	5
IPS	0	0

Quadro 02 – Elaborado pelo Serviço de Correição



Além disso, são apresentados no quadro 03, de forma mais detalhada, informações sobre a situação dos processos em trâmite na Unidade Correcional, contemplando os que estão aguardando análise, instauração e reanálise, bem como os que já estão na fase de instrução, aguardando julgamento e os concluídos, ao fim do exercício de 2025:

Atividades	Análise	Juízo de admissibilidade	Instrução	Aguardando julgamento	Concluídos
Sindicâncias	1	3	—	—	1
PAD	12	17	12	—	10
IPS	1	—	—	—	—

Quadro 03 – Elaborado pelo Serviço de Correição

A execução dos Processos Administrativos de Responsabilização de Empresas – PAR também integra as atividades da Unidade Correcional do DNOCS. Apresentamos a situação dos referidos instrumentos ao fim do ano de 2025:

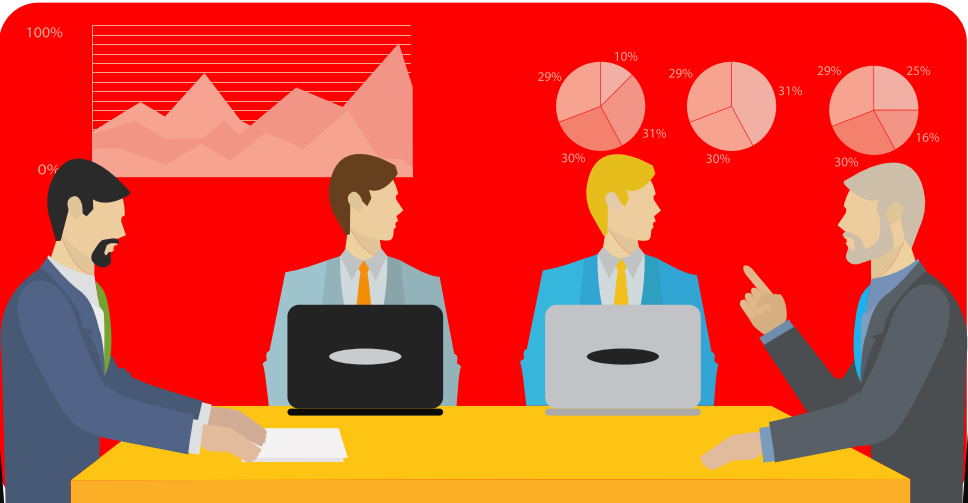
Atividades	A instaurar	Em instrução	Aguardando julgamento	Julgados
PAR	1	—	2	1

Quadro 04 – Elaborado pelo Serviço de Correição



Por fim, ressaltamos que informações complementares acerca das atividades correcionais do DNOCS podem ser consultadas no endereço eletrônico do órgão:

<https://url.mutua.com.br/ZZpD>



Oportunidades, desafios e perspectivas

O DNOCS tem como missão histórica mitigar os efeitos da seca no semiárido brasileiro por meio da implantação de obras de infraestrutura hídrica e seu aproveitamento. Este é um compromisso que se intensifica com as mudanças climáticas, períodos prolongados de estiagem e aumento da probabilidade de eventos extremos, especialmente na região de sua área de atuação. A necessidade de adaptar obras e estratégias diante desse cenário é um desafio.

Os riscos que estão presentes em 2025 são, principalmente, as dificuldades decorrentes de um orçamento anual insuficiente, contingenciamentos que comprometem a continuidade de ações finalísticas da instituição e atrasam seus cronogramas de execução e a capacidade operacional limitada, com mais um ano sem a realização de concurso público, que se agrava com o envelhecimento de seu quadro técnico, sem a devida reposição.

A instituição enfrentou os riscos apontados, através da priorização de obras estruturantes (Novo PAC), e com o apoio de seu Ministério Supervisor, que descentralizou a execução de diversas ações de sua responsabilidade, bem como iniciativas de transformação digital e governança.



As oportunidades da Autarquia estão destacadas por meio de sua missão, com o fortalecimento de parcerias e redes interinstitucionais, com a celebração de convênios e termos de cooperação com instituições de ensino e pesquisa, por exemplo, e com a integração com políticas nacionais de segurança hídrica, priorizando ações de acesso à água e segurança hídrica, com ênfase na perfuração e instalação de poços tubulares, alinhando suas ações em diversas escalas territoriais. Além disso há também a inovação técnica e sustentável em projetos de irrigação, aquicultura e métodos de convivência com a seca, que servem como áreas de inovação, com potencial para gerar impactos positivos na agricultura familiar, economia local e desenvolvimento regional.

A conclusão da maioria das obras paralisadas é vital para a geração de impacto social imediato, com a geração de emprego e renda e, por consequência, a melhoria da imagem da Autarquia diante da sociedade. Internamente, é fundamental repensar a estrutura organizacional do DNOCS e, em decorrência de sua reorganização, batalhar pela realização de concurso público adequado à recomposição do seu quadro de pessoal.

No último trimestre de 2025, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) sinalizou para a realização, em 2026, de um conjunto de oficinas para a construção da força de trabalho necessária ao cumprimento das competências do DNOCS. O Ministro de Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) enviou proposta de reestruturação organizacional do DNOCS ao MGI.

Para que a instituição seja fortalecida e preparada para os extremos climáticos mais frequentes, é essencial o aumento de investimentos federais em segurança hídrica: prioridade política para ampliar orçamento para construção e recuperação de barragens, em respeito à Lei de Segurança de Barragens.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras (DF), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Manual Siafi.

O Serviço de Contabilidade (DA/DRF/CO), responsável pela contabilidade do DNOCS, tem sua estrutura estabelecida na Portaria n.º 43/2017/DG/GAB, 31 de janeiro de 2017. Faz parte da Divisão de Recursos Financeiros (DA/DRF) e essa, por sua vez, da Diretoria Administrativa (DA).

A força de trabalho da Setorial de Contabilidade tem sido reduzida ao longo dos anos por aposentadorias, pedidos de vacâncias e redistribuições, sem, contudo, haver a devida recomposição, contando atualmente com apenas 4 servidores, sendo 1 economista, 1 administradora e 2 contadores. O setor é subdividido em duas seções, sendo uma dedicada à análise das prestações de contas (DA/DRF/CO-PC) e outra às atividades próprias de Setorial de Contabilidade (DA/DRF/CO-CC) nos termos da Macrofunção-STN 020315:

“Os órgãos/unidades Setoriais de Contabilidade são as unidades de gestão interna dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública, responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de determinadas unidades gestoras executoras ou órgãos sob sua supervisão, podendo ser caracterizados nas seguintes formas:

- Setorial Contábil de Órgão: é a Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as Unidades Gestoras a este pertencentes, e pelo registro da respectiva conformidade contábil”

A reduzida equipe de trabalho, além de se dividir entre as atividades inerentes às seções, também comporta a Comissão de Tomadas de Contas Especiais – TCE e é responsável pelo cadastro de acessos a diversos sistemas de governo. Faz-se oportuno destacar texto da norma ao se referir ao conformista:

“O conformista contábil, em observância ao princípio da segregação de função, não poderá, concomitantemente, exercer quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão.”

O mandamento visa salvaguardar as atribuições legais da Setorial de Contabilidade como órgão de transparência e accountability, de encargos estranhos às atividades contábeis que porventura possam-lhe ser atribuídos:

“Os servidores da Unidade Gestora ocupantes do cargo de Contador, de Técnico em Contabilidade ou de cargo equivalente com atribuições contábeis devem estar envolvidos com as atividades contábeis da sua unidade de lotação para fins da conformidade contábil, sendo esses profissionais subordinados tecnicamente à Seccional ou Setorial de Contabilidade e credenciados no SIAFI para este fim.”

Guia-se por procedimentos descritos na Macrofunção-STN 020315 e estabelece como necessária a autonomia profissional, como condição de preservar a fidedignidade na evidenciação dos efeitos patrimoniais, orçamentários e financeiros nas Demonstrações Contábeis e relatórios refletindo com integridade as alterações no patrimônio público, objeto central da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Quanto à estrutura técnica disponível, o DNOCS executa o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, adota a Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP e se utiliza do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, participa do macroprocesso contábil da União contando com a estrutura normativa e suporte operacional da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT) da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que atua como órgão central de contabilidade e da CCONT do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, do qual o DNOCS é vinculado, que atua como Órgão Setorial de Contabilidade.

Os controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observância das normas estão relacionados à integridade da informação contábil. Cada prerrogativa de registros no sistema é passível de conferência mensal e integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança.

A conformidade de registro de gestão, observada a segregação de funções, atesta a conformidade com os documentos de suporte.

Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral - RCPG apresentam a situação e os resultados do exercício. É composto pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

As Demonstrações Financeiras 2025 foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

RCPG fornecem informações sobre gestão do patrimônio público e contribui na prestação de contas, evidenciam a situação financeira-contábil da Unidade Prestadora de Contas - UPC, evolução no exercício de referência e em comparação ao último exercício, fatos contábeis e mutações, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa e outras informações que subsidiam a avaliação da gestão econômico-financeira da entidade.

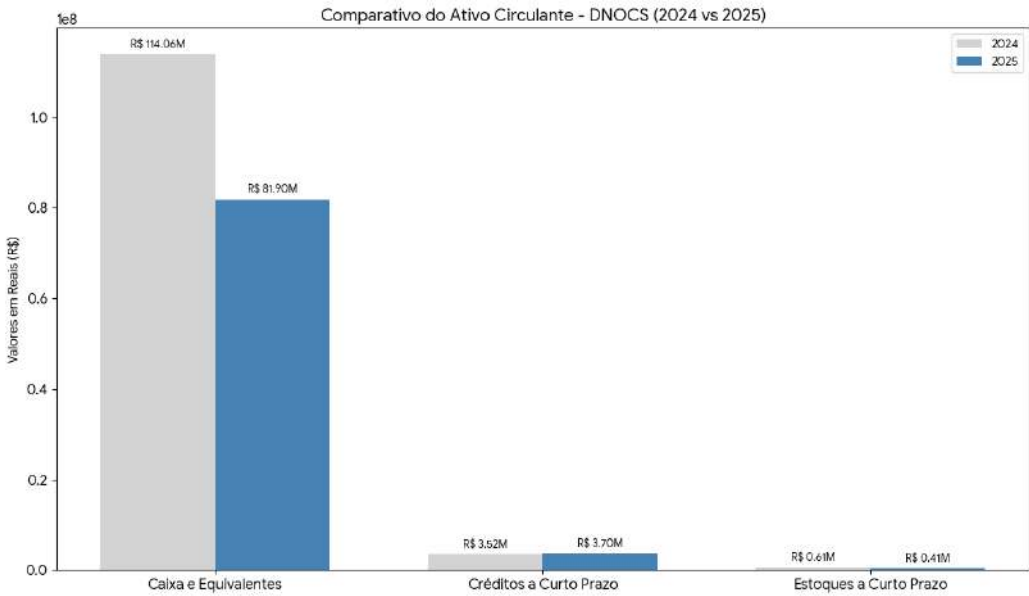
Em relação a depreciação, amortização e exaustão têm-se por base a Lei nº4320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), MCASP e Lei nº 10.180/2001.

O custo, direto e indireto, do ativo imobilizado ou do ativo intangível é utilizado como base de cálculo para depreciação, amortização ou exaustão, método quotas constantes e apuração a partir da disponibilidade, com exceção aos bens imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Nesse caso o valor é apurado automaticamente pelo SPIUnet sobre o valor depreciável, método da Parábola de Kuentzle, no mesmo dia em que o bem é colocado em condição de uso.

Vale ressaltar que há normas de prestações de contas próprias de fundos de financiamentos e de conselhos de profissões, que não se aplicam ao DNOCS, posto tratar-se de uma autarquia.

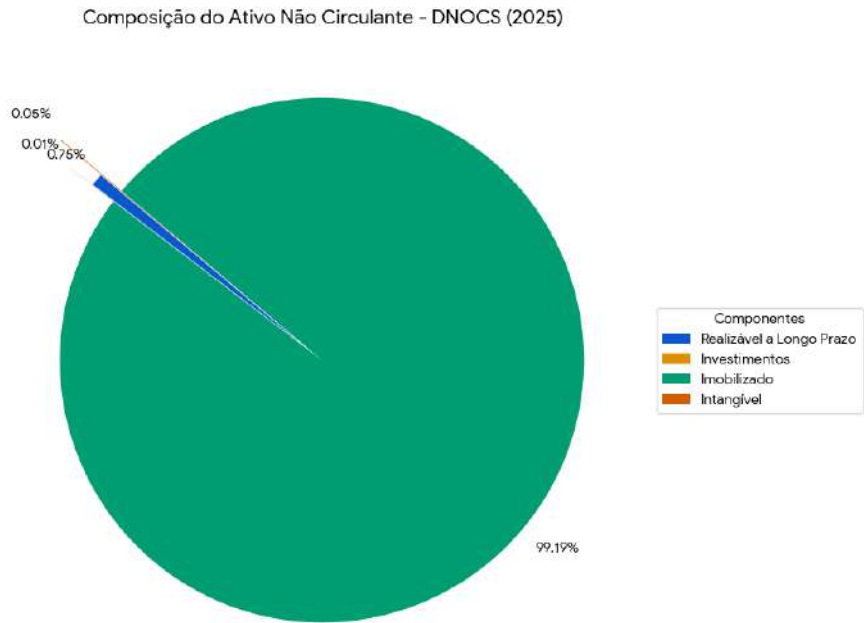
Também não se aplicam os apontamentos e medidas relativas às conclusões de auditorias independentes das demonstrações financeiras realizadas por entidades externas ou órgãos de controle, posto não ter ocorrido tais auditorias no período do fechamento do exercício até a presente data, nem do exercício financeiro em comparação.

O Ativo Circulante é formado majoritariamente por Caixa e Equivalentes de Caixa, com saldo de R\$ 81,8 milhões apurados no fim do exercício de 2025, representando um decréscimo de 28,20% em relação a 2024 e compõe 95,22% do total do Ativo Circulante em 2025.



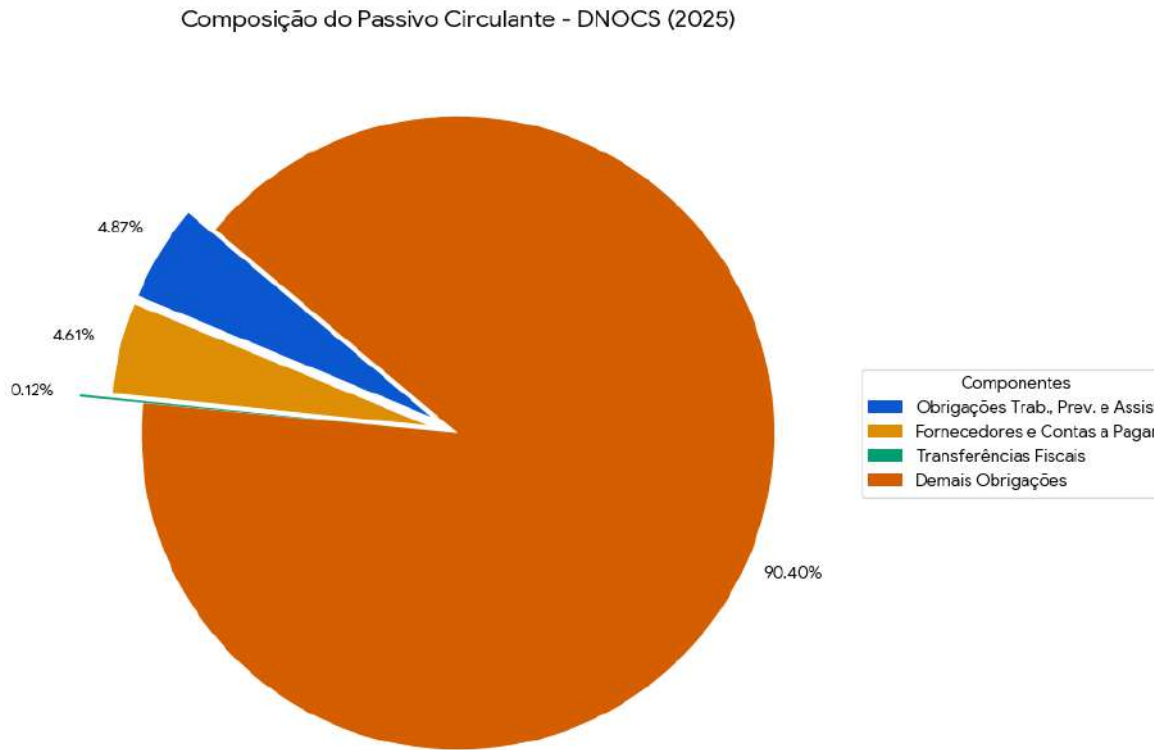
No fechamento do balanço, a conta de Limite de Saque apresentou um saldo de R\$81,8 milhões e desses, R\$48,9 milhões estavam comprometidos com Ordens de Pagamento referentes à Folha de pagamento de dezembro/2025, paga no início de 2026.

O Ativo Não Circulante é formado pelos itens Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. O Imobilizado teve a maior participação na formação do Ativo Não Circulante, R\$ 7,1bilhões de saldo, o equivalente a 99,19% no exercício.



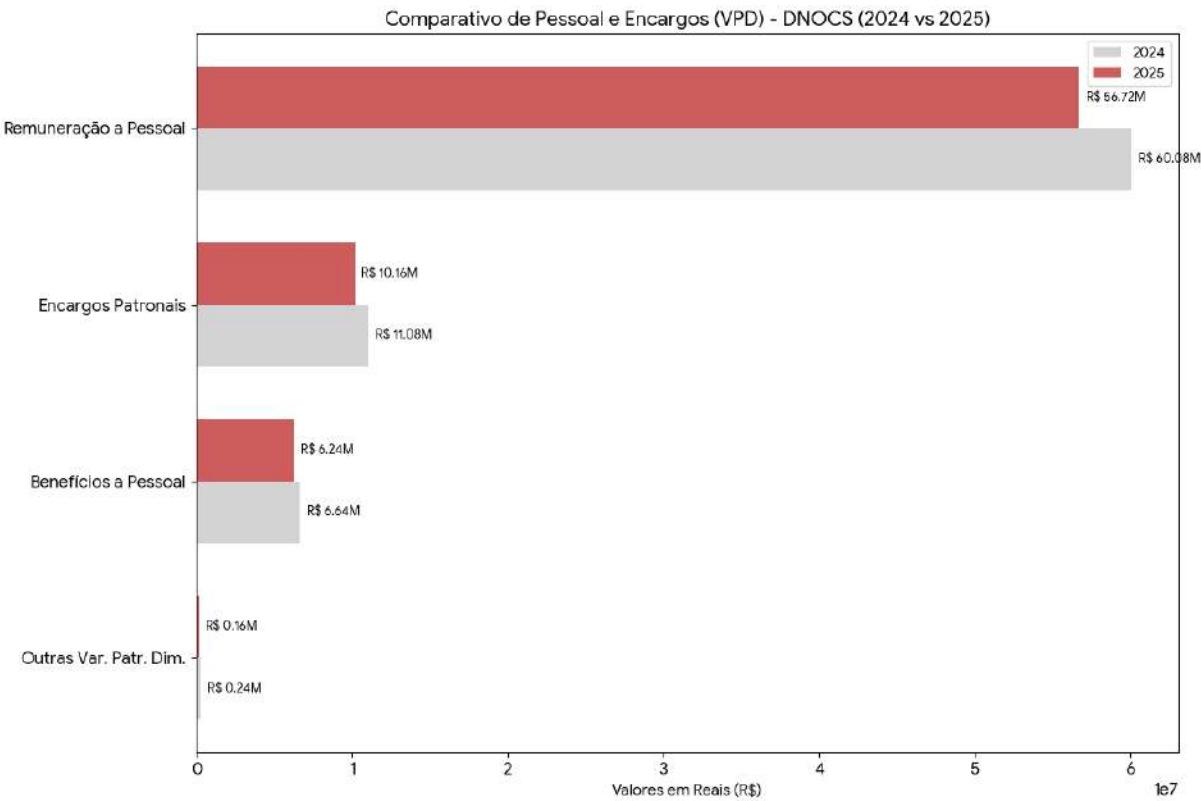
O imobilizado apresentou um aumento de 3,13%, os bens imóveis foram o principal fator para o incremento, com crescimento de R\$235,6 milhões.

O Passivo Circulante apresentou um saldo de R\$1,3 bilhão, distribuído nas contas de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, 4,61% do total; Transferências Fiscais a Curto Prazo, com R\$1,5 milhão, 0,12% do total, e Demais Obrigações a Curto Prazo, que apresenta o montante mais expressivo, R\$1,2 bilhão, representando 90,40% e refere, principalmente, a Termos de Execução Descentralizadas contratados aguardando as devidas prestações de contas.



A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou um Resultado Patrimonial do Período de R\$ 120.093.242,09, apresentando uma variação negativa de 64,63% em relação ao ano de 2024, que computou R\$ 339.5 milhões.

Vale destacar que em 2025 houve redução de quase 26,2% de despesas com transferência e delegações concedidas, cerca de R\$415 milhões. Além disso, observa-se uma redução de mais de 6% nos gastos com pessoal e encargos, o equivalente a R\$4,7 milhões.



Pessoal e Encargos, totalizaram R\$73,2 milhões apresentando uma redução nas despesas com pessoal de 6,1% quando comparado a 2024. O item despesas com remuneração a pessoal totalizou R\$56,7 milhões (77,4% do saldo do grupo), apresentando uma redução de 5,58% em relação ao exercício de 2024. Os encargos patronais sofreram uma redução de 8,3% em relação ao exercício anterior.

Pessoal e Encargos	AV (%) 2025	2025 (R\$)	AH (%)	2024 (R\$)
Remuneração a Pessoal	77,40%	56.723.135,06	-5,58%	60.077.432,31
Encargos Patronais	13,87%	10.160.562,89	-8,30%	11.079.863,55
Benefícios a Pessoal	8,51%	6.236.081,87	-6,10%	6.641.170,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,22%	161.673,98	-33,90%	244.592,49
TOTAL	100,00%	73.281.453,80	-6,10%	78.043.058,89

Ingressos	AV (%) 2025	2025 (R\$)	AH (%)	2024 (R\$)
Recursos Vinculados	0,24%	6.495.799,51	-24,24%	8.573.830,66
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00%	-1.038,02	-94,68%	-19.510,59
Transferências Financeiras Recebidas	78,33%	2.117.790.160,02	-21,55%	2.699.486.898,74
Recebimentos Extraorçamentários	17,21%	465.245.556,28	73,63%	267.945.786,27
Saldo do Exercício Anterior	4,22%	114.055.566,86	51,07%	75.500.055,77
TOTAL	100,00%	2.703.587.082,67	-15,76%	3.051.506.571,44

O quadro a seguir apresenta a Execução Orçamentária e Financeira - EOF nas unidades que compõem a UPC, conforme valores evidenciados no Balanço Orçamentário.

UNIDADES GESTORAS ESTADUAIS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DNOCS - CEST/PE - RECIFE-PE	4.107.356,03	3.414.635,54	2.727.586,90
DNOCS CEST/PI-TERESINA-PI	17.982.983,59	1.533.006,12	1.449.033,24
ADM CENTRAL	1.108.287.977,02	837.514.690,56	778.470.713,88
DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE	15.082.687,57	5.883.533,57	5.708.054,18
DNOCS - CEST/RN - NATAL-RN	31.040.397,03	7.383.274,13	7.012.465,01
DNOCS - CEST/PB - JOAO PESSOA - PB	2.836.111,74	2.654.774,93	2.441.109,61
DNOCS - CEST/AL-PALMEIRA DOS INDIOS	1.525.338,59	1.445.129,25	1.435.378,28
DNOCS - CEST/SE ARACAJU - SE	65.440.112,13	707.400,11	705.838,13
DNOCS - CEST/BA - SALVADOR - BA	21.364.524,38	6.751.468,79	5.429.145,24
DNOCS - CEST/MG - MONTES CLAROS-MG	2.327.521,24	1.456.190,67	954.633,47
	1.269.995.009,32	868.744.103,67	806.333.957,94

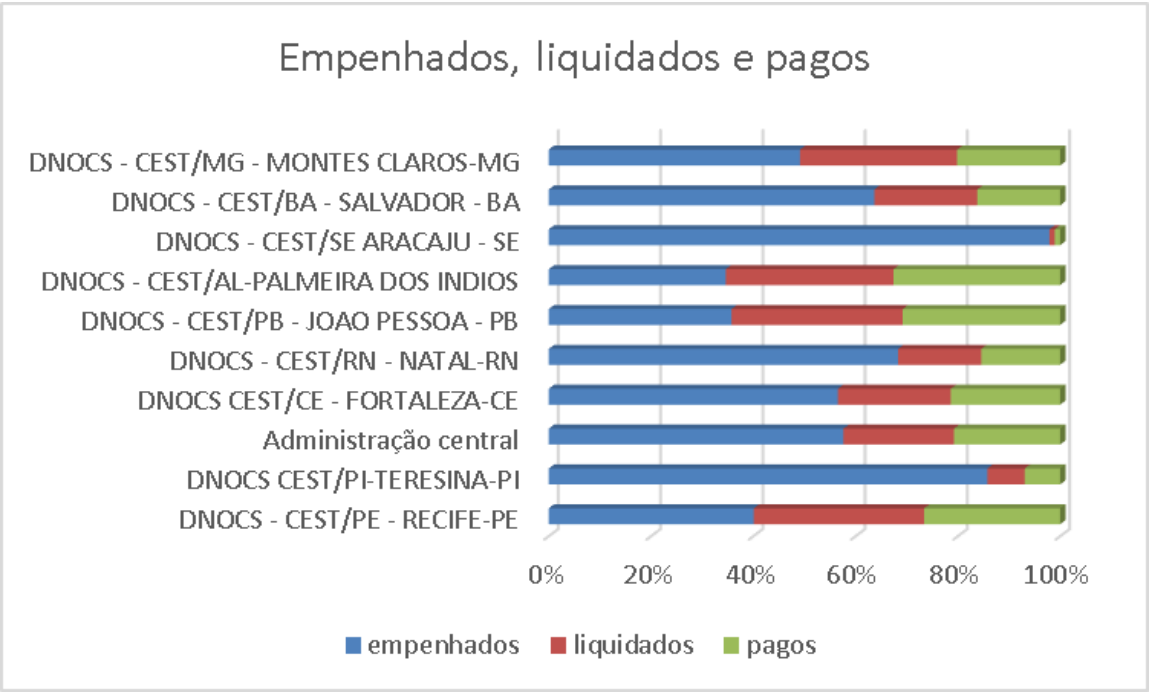
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM A UPC

O volume empenhado pela Administração Central representou 87% do total, seguido pela Cest-SE com 5%, entretanto, vale ponderar que os valores relativos à Folha de Pagamento de ativos, inativos e pensionistas são executados exclusivamente na Administração Central, fato que deve ser considerado na interpretação dos dados.

A seguir apresenta-se a mesma distribuição, mas retirando-se o grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais. Nessa, a participação da Administração Central na coluna de empenhados cai para 72% e sobe para 11% a da CEST-PB. Na coluna de liquidados observa-se que a Administração Central executou por volta de 84% do total e a CEST-RN, segunda colocada, 3,81%.

Unidades	empenhados	liquidados	pagos
DNOCS - CEST/PE - RECIFE-PE	4.095.358,07	3.402.637,58	2.715.588,94
DNOCS CEST/PI-TERESINA-PI	17.982.983,59	1.533.006,12	1.449.033,24
Administração central	433.134.789,08	162.361.502,62	156.112.220,26
DNOCS CEST/CE - FORTALEZA-CE	15.082.687,57	5.883.533,57	5.708.054,18
DNOCS - CEST/RN - NATAL-RN	31.040.397,03	7.383.274,13	7.012.465,01
DNOCS - CEST/PB - JOAO PESSOA - PB	2.836.111,74	2.654.774,93	2.441.109,61
DNOCS - CEST/AL-PALMEIRA DOS INDIOS	1.525.338,59	1.445.129,25	1.435.378,28
DNOCS - CEST/SE ARACAJU - SE	65.440.112,13	707.400,11	705.838,13

O gráfico abaixo apresenta o nível de execução orçamentária, por unidade, em 31 de dezembro, já descontados o grupo de pessoal e encargos.



A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa em dezembro de 2025 apresentou um **saldo negativo de R\$ 32,1 milhões**. Esse resultado representa uma redução acentuada em relação ao exercício de 2024, que havia registrado um saldo positivo de aproximadamente **R\$ 38,5 milhões**.

Grandes Grupos de Fluxo de Caixa	2025 (R\$)	2024 (R\$)	AH (%)
I. Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	235.457.253,96	547.748.154,85	-57,01%
II. Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-267.615.695,36	-509.192.643,76	-47,44%
III. Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	0,00	0,00	0,00%
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes (I + II + III)	-32.158.441,40	38.555.511,09	-183,41%
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	114.055.566,86	75.500.055,77	51,07%
(=) Caixa e Equivalentes de Caixa Final	81.897.125,46	114.055.566,86	-28,20%

Diferente do exercício anterior, os fluxos de caixa das atividades operacionais em 2025, que totalizaram R\$ 235,4 milhões, não foram suficientes para suportar integralmente os fluxos das atividades de investimento, que demandaram R\$ 267,6 milhões.

A variação nominal negativa nos fluxos operacionais foi de R\$ 312,29 milhões entre os dois anos. Essa queda foi impulsionada pela redução nos ingressos operacionais, especialmente nas Transferências Financeiras Recebidas, que caíram de R\$ 2,69 bilhões em 2024 para R\$ 2,11 bilhões em 2025.

Embora a atividade de investimento tenha apresentado saldo negativo, o desembolso total nessa categoria (R\$ 272,1 milhões) foi, na verdade, inferior ao realizado em 2024 (R\$ 514,6 milhões). A maior parte desses recursos foi destinada à aquisição de ativos não circulantes, somando R\$ 250,2 milhões.

Por fim, no que diz respeito às atividades de financiamento, não houve qualquer movimentação de caixa nos últimos dois exercícios financeiros.

A seguir apresenta-se a mesma distribuição, mas retirando-se o grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais. Nessa, a participação da Administração Central na coluna de empenhados cai para 72% e sobe para 11% a da CEST-PB. Na coluna de liquidados observa-se que a Administração Central executou por volta de 84% do total e a CEST-RN, segunda colocada, 3,81%.

Item (Atividades Operacionais)	2025 (R\$)	2024 (R\$)	AH (%)
Receita Patrimonial	1.128.799,43	1.598.107,94	-29,37%
Receita Agropecuária	10.756,76	32.836,00	-67,24%
Receita Industrial	17,00	248,80	-93,17%
Receita de Serviços	717.273,90	1.335.034,27	-46,27%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	85.109,01	176.182,02	-51,69%
Outros Ingressos Operacionais	2.119.374.654,18	2.700.790.864,85	-21,53%
- Ingressos Extraorçamentários	433.725,01	564.643,78	-23,18%
- Transferências Financeiras Recebidas	2.117.790.160,02	2.699.486.898,74	-21,55%
- Arrecadação de Outra Unidade	1.150.769,15	739.322,33	+55,65%
TOTAL DOS INGRESSOS OPERACIONAIS	2.121.316.610,28	2.703.933.273,88	-21,55%

ACESSE POR AQUI A DECLARAÇÃO E RELATÓRIO CONTÁBIL DO CONTADOR



DECLARAÇÃO:

<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-a-informacao/t-pc/DeclaracaodoContadorSEI2100313.pdf>



RELATÓRIO:

<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/acesso-a-informacao/t-pc/RelatrioContbil2025VersoFinal.pdf>

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA - Agência Nacional de Águas
AUDI - Auditoria Interna
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CDRU - Contratos de Concessão de Direito Real de Uso.
CEST - Coordenadoria Estadual do DNOCS
CGU - Controladoria-Geral da União
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CTS - Comitê de Tecnologia e de Segurança da Informação e Comunicações
CPGE - Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica
CPGE/DGE - Divisão de Gestão Estratégica
CPGE/GOV – Serviço de Governança
CPGE/NUGOV- Núcleo de Governança
DA - Diretoria Administrativa
DA/DGP - Divisão de Gestão de Pessoas/Diretoria Administrativa
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DG – Diretoria-Geral
DG/GAB – Gabinete da Direção Geral
DGE/PE- Serviço de Planejamento e Monitoramento Estratégico
DI - Diretoria de Infraestrutura Hídrica
DP - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção
DP/GTRA – Grupo de Trabalho de Regularização Ambiental
DP/DPA/MC - Serviço de Monitoramento e Controle Estatístico
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
ENDES - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FAPIJA – Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe – Apodi
FALA-BR – Plataforma Integrada de Ouvidorias e Acesso à Informação
GDACE - Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
IGG - Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública
IGOV – Índice de Governança
IgovContrat - índice de governança e gestão de contratações
IgovPessoas - índice de governança e gestão de pessoas
iGovPub - índice de governança pública organizacional
INEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - BA
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LOA - Lei Orçamentária Anual
MDR - Ministério do Desenvolvimento Regional
MIDR – Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
MPF – Ministério Público Federal
NUC - Núcleo de Correição
OGU – Orçamento Geral da União
PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PAR – Processo Administrativo de Responsabilização
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PETIC / PDTIC - Plano Estratégico / Diretor de Tecnologia da Informação
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGR-I - Plano de Gestão de Riscos Integrada
PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
POA – Plano Operativo Anual
PPA – Plano Plurianual
PPI – Projeto Público de Irrigação
PRM – Procuradoria da República no Município
PROSB – Programa de Segurança de Barragens
RAE – Reunião de Avaliação Estratégica
RAMA – Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental

GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
IGG - Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública
RIPD - Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais
RGRS – Relatório de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
RP – Restos a pagar
RPNP – Restos a pagar não processados
RPP – Restos a pagar processados
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SEMACE – Superintendência Estadual de Meio Ambiente no Estado do Ceará
SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse SIG
SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil
SISOUVIDOR - Sistema Gerenciado pela Ouvidoria do MDRI
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
TAC - Termo de Ajuste de Conduta
TED - Termos de Execução Descentralizada
TCU - Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UO – Unidade Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas

Expediente

Assessoria de Comunicação do DNOCS (ASCOM)

Ana Raquel Marques Magalhães – Chefe do Setor de Comunicação

Simone Nunes Cavalcante – Jornalista e Chefe Substituta

Camila Ribeiro Grangeiro – Jornalista

Antonio Alan Sampaio de Melo – Designer Gráfico

Contato

comunicacao@dnocs.gov.br

(85) 3021 5178 / 3021 5121



**DEPARTAMENTO NACIONAL
DE OBRAS CONTRA AS SECAS**

Av. Duque de Caxias, 1700 - Centro, Fortaleza - CE, 60035-110



(85) 3391-5100



www.gov.br/dnocs